

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

OCUPAÇÕES URBANAS E A (RE) PRODUÇÃO DAS
MORADIAS POPULARES EM MANAUS: ESTUDOS NO
BAIRRO DO COROADO E LOTEAMENTO RIO PIORINI

TATIANA DA ROCHA BARBOSA

MANAUS 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

TATIANA DA ROCHA BARBOSA

OCUPAÇÕES URBANAS E A (RE) PRODUÇÃO DAS MORADIAS
POPULARES EM MANAUS: ESTUDOS NO BAIRRO DO COROADO E
LOTEAMENTO RIO PIORINI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura, área de concentração Espaço e Tempo na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

MANAUS 2009

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

	Barbosa, Tatiana da Rocha
B238o	Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroado e Loteamento Rio Pionini / Tatiana da Rocha Barbosa. - Manaus: UFAM, 2009. 136 f.; il. color.
	Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.
	Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
	1. Assentamentos humanos 2. Ocupação territorial 3. Moradia I. Oliveira, José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
	CDU 364.122.7(811.3)(043.3)

TATIANA DA ROCHA BARBOSA

OCUPAÇÕES URBANAS E A (RE) PRODUÇÃO DAS MORADIAS
POPULARES EM MANAUS: ESTUDOS NO BAIRRO DO COROADO E
LOTEAMENTO RIO PIORINI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura, área de concentração Espaço e Tempo na Amazônia.

Aprovado em 23 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, Presidente

Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Elenise Faria Scherer, Membro

Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Tatiana Schor, Membro

Universidade Federal do Amazonas

*Os que vivem em nossas casas
imprevisadas, os que vivem o dia-a-dia da
ocupação provisória ou mal paga, os que não têm
amanhã programado, são afinal, os que têm direito
a esperança como direito e ao sonho como dever.*

Milton Santos

*Aos que guiaram
meus passos em direção a academia, Jorge e Francisca
(pais). A você, Cristhiano Leite por tudo o que por mim
fez para a concretização deste trabalho.*

Esta conquista dedico a vocês.

AGRADECIMENTOS

Aquele que sempre nos sonda (Deus), pela força e persistência inseridas em meu ser;

Ao senhor papai e a senhora mamãe por priorizarem a educação de seus filhos;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas por ter se prontificado a repassar seus conhecimentos;

A equipe da secretaria do programa de Pós-Graduação (Isabella Santos, Gimima da Silva e Alberta Amaral) pela boa vontade e excelente atendimento que a mim dispensaram no decorrer do curso;

Ao Cristhiano Leite dos Santos por fazer parte da minha vida estendendo suas mãos nos momentos de angustia;

A Jônia Quédima F. Carvalho, eterna chefinha, pela amizade sincera, carinho, compreensão e orações.

Aos colegas de Mestrado, em especial Alvatir Carolino, Andreina Santos, Eder Gama, Denis Carvalho e Grace Soares pelos momentos de descontração que aliviavam as aflições provocadas pela busca do conhecimento;

Aos professores Alfredo Wagner, Elenize Scherer e Tatiana Schor pelas valiosas contribuições;

Ao Professor José Aldemir de Oliveira, sabedor de que para todo o meu sempre um grama de seus exemplos valerá mais do que uma tonelada de bons conselhos. Meus pais me guiaram rumo ao caminho do conhecimento e o senhor, depois deles deu prosseguimento. Por isso, lhe faço um agradecimento especial;

A todos,

AGRADEÇO.

RESUMO

A moradia apresenta-se como item necessário a reprodução da vida. O habitar equipara-se a necessidade do comer e vestir e está intrinsecamente relacionado a reprodução do capitalismo, por sua vez dependente de mão-de-obra. A dialética existente entre a necessidade de morar e de reprodução do capitalismo produz um dos mais proeminentes problemas presenciados pela sociedade: a crise da falta e/ou precariedade nas habitações, pois o solo urbano é fracionado e ocupado conforme as condições financeiras da população que consome o espaço mediante a sua capacidade de pagamento, estando, os desprovidos de condições financeiras, fadados a periferizar espaço. Sendo este item indispensável a reprodução da vida, a habitação é mercadoria especial, visto que para habitar os indivíduos não apenas precisam de um teto, outros elementos se fazem necessário para permitir a continuidade da reprodução da vida. No cerne das questões relacionados a moradia esta sua produção mediante a apropriação ilegal do solo urbano que pode conotar antes de qualquer outra coisa, como a demonstração de coragem, força e por vezes de vontade de viver do ser humano. Nesse contexto se insere a cidade de Manaus cuja espacialidade foi moldada por meio das moradias populares edificadas via ocupação ilegal de terras. Em detrimento das muitas questões relacionadas a esta temática, buscou-se estudar as ocupações urbanas na cidade de Manaus tendo como ponto de partida as ocupações do Coroado e loteamento Rio Piorini. A primeira surgiu em 1971 envolta a retomada econômica da cidade de Manaus por meio da Zona Franca e a segunda em 2003 época em que a cidade se apresentava com aproximadamente 1.500.000 habitantes. Com base nestas informações preliminares, o estudo foi direcionado para o entendimento do porque estas ocupações se originaram e se, mesmo havendo diferença temporal significativa entre o surgimento das mesmas, há semelhanças em seus processos de produção. Para tanto, a pesquisa se dedicou a entrevistar 50 (cinquenta) moradores tanto do Coroado como do Rio Piorini por meio de entrevistas abertas e formulários fechados. Da mesma forma, foi elaborado tanto o levantamento de informações destas localidades em órgãos públicos, como também, o aporte bibliográfico para a realização do trabalho final que tem como resultados primordiais, a constatação de que mesmo em se tratando de épocas diferenciadas, o processo de produção das ocupações em estudo foi marcado por conflitos envolvendo os proprietários da terra e seus ocupantes que lutavam pelo mesmo objetivo, a aquisição da moradia. No decorrer do estudo também se verificou que o índice de moradores destas ocupações provenientes tanto do interior do estado quanto de outras localidades da federação brasileira não se alterou. Constatou-se também que o Coroado, hoje classificado como bairro vivenciou as mesmas condições encontradas no início do loteamento Rio Piorini: a ausência dos equipamentos de uso coletivo que estão sendo inseridos pouco a pouco mediante reivindicações populares o que nos leva a palpitar o prognóstico de que a ocupação Rio Piorini, em se consolidando tende a adquirir características semelhantes a do Coroado. Ademais, os estudos realizados verificaram que a produção das ocupações em questão reforçam a necessidade pela casa e moradia, entendida como o direito de ter um teto não apenas para morar, mas fundamentalmente para permitir que seu morador perceba seu lugar na cidade, pois mesmo que ele não se sinta parte dela, tendo o seu lugar nela, ele se percebe.

ABSTRACT

The house presents itself as a necessary item reproduction of life. The dwell equates the need to eat and wear and is intrinsically related to the reproduction of capitalism, in turn dependent on labor. The dialectic between the need to living and reproduction of capitalism produces one of missing and/or insecurity in the home, as the urban land is occupied and fractionated as the financial conditions of the population that consumes the space through their ability to pay, and the lack of financial conditions, to impose the fadados periferização of space. As this item essential to reproduction of live, housing and goods particular, to live as individuals not only need a ceiling, if other elements are needed for the continuity the reproduction of life. "The housing can be characterized on the one hand, with respect to its place in the whole economic system and the other as a product with specific characteristics: (CASTELLS, 1983: 225). At the heart of the issues related to housing, is facing its production through the illegal appropriation of urban land that can connote before anything else, as a demonstration of courage, strength and sometimes the will to live as human beings. In this context comes the city of Manaus which spatiality was shaped by means of housing popular occupied by illegal occupation of land. At the expense of many issues related to this subject, aimed to study the urban occupations in the city of Manaus to a point of departure the occupations of the river Piorini Coroado and blending. The first came in 1971 projected economic recovery in the city Manaus though the Free Zone in 2003 and the second time when the city was presented approximately 1.500.000 inhabitants. Based on this information preliminary, the study was directed to the understanding of why these occupations were originated and whether, even with time difference significant between the appearance of them, there are similarities in their production process. For this, the research is devoted to interview 50 (fifty) of booth the residents of the Rio Piorini and Coroado trough interviews open and closed forms. Similarly it was produced both the removal os information on these localities public bodies, as well as the contribution to the achievement bibliographic the final work that has the primary results, the finding of the even when dealing with different times, the production process the occupations under study was marked by conflicts involving the owners and occupants of the land that fought for the same purpose the acquisition of occupations of residents from both inside the state as in other localities of the Brazilian federation is not changed. Moreover, it appears that the crowned, now classified as neighborhood experienced the same conditions found at the beginning of the blending River Piorini: the lack of equipment for collective use being added little through the popular demand that we to palpitate the prognosis that the occupation Rio Piorini on whether building tends to acquire characteristics similar to the choir.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Mapa da cidade de Manaus: áreas de estudo – Coroado e Ocupação Rio Piorini	19
Imagem 02 – Área urbana de Manaus entre 1980 e 1981	64
Imagem 03 - Área urbana de Manaus entre 1980 e 1981	65
Imagem 04 – Área urbana de Manaus - 1995	69
Imagem 05 – Manchas das áreas de ocupação em Manaus no ano de 2003	71
Imagem 06 – Delimitação da área de estudo no Bairro do Coroado	87
Imagem 07 – Rua Brasília: início da produção do bairro do Coroado	89
Imagem 08 – Rua Santo Antônio: início da produção do bairro do Coroado	89
Imagem 09 – Igarapé da Av. Beira Rio	91
Imagem 10 – Primeiro transporte coletivo do Coroado	93
Imagem 11 – Sede do Centro Desportivo e Comunitário do Coroado	97
Imagem 12 – Dependências da sede do Centro Desportivo e Comunitário do Coroado	97
Imagem 13 – Ocupação rio Piorini: identificação de propriedade.	102
Imagem 14 - Ocupação rio Piorini: identificação de propriedade.	102
Imagem 15 - Ocupação rio Piorini: demarcação de propriedade.	103
Imagem 16 – Ocupação Rio Piorini: arruamento em 2003.	103
Imagem 17 - Ocupação Rio Piorini: arruamento em 2003.	103
Imagem 18 - Ocupação Rio Piorini: arruamento em 2003.	105
Imagem 19 - Ocupação Rio Piorini: arruamento em 2009.	105
Imagem 20 – Rio Piorini: improvisação do viver	110
Imagem 21 – Rio Piorini: improvisação do viver	110
Imagem 22 – Rio Piorini: arruamento em 2009	112
Imagem 23 – Rio Piorini: arruamento em 2009	112
Imagem 24 – Rio Piorini: arruamento em 2009	113
Imagem 25 – Rio Piorini: abastecimento de água	114
Imagem 26 – Rio Piorini: abastecimento de água	114
Imagem 27 – Rio Piorini: abastecimento de água	115
Imagem 28 – Rio Piorini: abastecimento de água	115

LISTA DE SIGLAS

CEMEI - Centro Municipal de Ensino Infantil

CDCC - Centro Desportivo Comunitário do Coroadó

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

LOM – Lei Orgânica do Município

MSTL - Movimento Sem-Teto de Luta pela Moradia

NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira

SETHAB – Secretaria de Estado de Terras e Habitação

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUHAB - Superintendência da Habitação

SPA – Serviço de Pronto Atendimento

SPF – Secretaria de Política Fundiária do Estado do Amazonas

ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Rio Piorini: residência anterior dos ocupantes	107
Gráfico 02 - Rio Piorini: estrutura da habitação	110
Gráfico 03 – Rio Piorini: banheiros nas residências	111
Gráfico 04: Rio Piorini: arruamento	112

Sumário

Introdução	14
1 A construção dos espaços e espacialidades no urbano	20
1.1 Compreendendo a Segregação Socioespacial urbana	26
1.2 Habitação e moradia: a configuração da segregação residencial urbana	28
1.3 O espaço do consumo e o consumo do espaço: a produção capitalista do espaço urbano.....	31
1.4 Do Estatal ao Privado: (re) produções e valorizações do (no) espaço urbano....	35
1.4 A questão da moradia.....	39
1.4.1 Vencendo a crise na habitação?.....	42
2 Moradias populares e a produção da espacialidade urbana de Manaus 46	
2.1 (Re)produção da espacialidade da Manaus de 1669 a 1920: criação e consolidação dos seus principais bairros	47
2.2 (Re)produção da espacialidade da Manaus de 1920 a 1969: criação e consolidação dos seus principais bairros	54
2.3 Moradias populares e a (re)produção da espacialidade urbana de Manaus a partir de 1970: a Zona Franca de Manaus	61
2.4 Ocupações urbanas: a produção das moradias populares em Manaus.....	72
2.4.1 Surgimento, evolução e possível consolidação das ocupações urbanas – breves reflexões.....	75

3 Ocupar para morar? Reflexões sobre o processo de ocupação de terras em Manaus81

3.1 De ocupação a bairro: Coroado – trinta e oito anos de (re)produção 86

3.1.1 Nos tempos da ocupação 88

3.1.2 O *status* de bairro: implantação das infraestruturas no Coroado 94

3.2 Lutando pela contínua reprodução: moradores da ocupação Rio Piorini e o sonho da consolidação..... 100

3.2.1 Ocupação harmoniosa? Proprietário dos lotes x ocupantes 101

3.2.2 Ocupação Rio Piorini: aspectos socioeconômicos 105

3.2.3 Ocupação Rio Piorini: habitação e moradia 109

3.3 Processos de Produção e reprodução das ocupações Coroado e Rio Piorini: semelhanças e dessemelhanças 117

3.4 Precisa-se morar, precisa-se viver, mas está de bom tamanho sobreviver: as ocupações Coroado, Piorini e seus ocupantes..... 120

Considerações Finais..... 123

Referências..... 128

Anexos..... 133

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, no decorrer de sua produção e reprodução, é forçosamente fragmentado pelos diferentes segmentos sociais, que ao produzirem-no imprimem características distintas e promovem (re)produções diferenciadas refletidas na espacialidade que se configura em dessemelhantes níveis, perpassa a produção material no espaço e interfere na produção da vida, por sua vez expressa no espaço.

Sendo a produção do espaço reflexo na (re) produção da vida, destaca-se estar no urbano, ou melhor, no uso que se faz das terras no urbano as mais complexas relações engendradas pela sociedade no espaço multifacetado, neste estudo representado por meio da produção em Manaus, das moradias populares.

A moradia é expressa como condicionante da (re) produção da sociedade, considerando os vários agentes de permanências e mudanças sociais que orientam a produção do espaço, asseverada para Sousa & Oliveira (2003), como resultado de processos sociais materializados por intermédio do trabalho da sociedade heterogênea e fragmentada.

Para tanto, a pesquisa elabora análises acerca da produção do espaço urbano da cidade de Manaus-Amazonas, concentrando-se na produção da moradia popular com base no processo de ocupação urbana, responsável direta pela configuração da espacialidade de Manaus, cidade amazônica, situada na margem esquerda do rio Negro, no período referente às décadas de 1970, 1980, 1990, fazendo-se presente na década de 2000.

O trabalho faz uso do termo ocupações urbanas e se refere às áreas utilizadas para construção de habitações populares em terrenos que possuam um proprietário. Assim, este estudo denomina tais ocupações como ilegais e/ou

irregulares. Eventualmente – visto que os próprios moradores das áreas ocupadas se caracterizam como invasores –, a palavra “invasão” será utilizada.

Mediante expressiva interferência das ocupações na espacialidade da capital amazonense, buscou-se entender os processos que a regem enfocando os vários fatores que permitam a concretização das ocupações com a finalidade de verificar suas importâncias no processo de modelagem do espaço urbano de Manaus e suas representatividades na sua configuração.

Por isso, com base nos diversos usos da terra urbana de Manaus, o trabalho destaca o destinado à moradia pelos segmentos mais pobres da cidade, que adquiriram suas habitações por meio do processo de ocupação urbana. Posteriormente, tece análises quanto à importância da produção das ocupações para a configuração da espacialidade de Manaus buscando evidenciar os fatores responsáveis pelas ocupações na capital baré inseridas nas décadas já mencionadas.

O motivo dos estudos referentes às ocupações urbanas decorre da constatação de que o processo de ocupação de terras urbanas acaba por originar a segregação residencial, que “é o grau de aglomeração de um determinado grupo sócio/étnico em uma dada área” (TORRES, 2004), processo esse que promove a diferenciação física nos territórios urbanos, em alguns casos, com o intuito de evidenciar visualmente as diferenciações entre as classes.

No entanto, com o intuito de melhor conhecer alguns processos concernentes à produção das ocupações urbanas e sua posterior relevância para a cidade de Manaus, este estudo concentra suas análises em duas áreas (ver Imagem 01 na pag. 19): no Bairro do Coroado e Loteamento Rio Piorini.

A primeira área de estudo é um bairro consolidado, oriundo em 1971, intitulado Coroado – escolhido para análises por entender que sua origem foi primordial para a expansão da cidade para o leste, ao abrir caminho para a produção de novos bairros – já o do loteamento Rio Piorini, é ocupação recente,

surgida em 2002, e que busca a consolidação em meio a resistências impostas no espaço pelos proprietários das terras ocupadas.

Como observado, as áreas de estudo em questão, produziram-se temporalmente em períodos distintos. Para efeito de análises, primeiramente realizou-se a identificação e, posteriormente, a análise dos fatores macro e micro estruturais diferenciais e similares que marcam ambas as ocupações.

A posteriori foi estabelecido análises comparativas sobre as ocupações Coroado e Rio Piorini, visualizando as condições de moradia e habitação e, principalmente se as pessoas que residem nestas áreas sentem-se ou não, satisfeitas com sua habitação e conseqüentemente, com seu local de moradia. Para tanto, a pesquisa fez uso, além da observação direta nas áreas, da aplicação de 50 (cinquenta) formulários (ver anexos 01 p. 134) no loteamento Rio Piorini, bem como 10 (dez) entrevistas livres¹. Em se tratando do bairro do Coroado, por ser uma área muito extensa, se estabeleceu delimitações² para posteriormente entrevistar 50 (cinquenta) moradores.

O Coroado, segundo o Censo de 2000 do IBGE, possui superfície de 1.142.21 hectares habitada por cerca de 72.000 pessoas e está dividido entre 1, 2 e 3. Sua ocupação foi iniciada em 1971, nas terras da Universidade Federal do Amazonas e registrou conflitos entre os ocupantes e o Estado que, por meio de força policial, tentou retirar os barracos de palhas e casas de madeiras que se erguiam no terreno dividido pelos novos ocupantes, em lotes de 10 por 20 e 30 metros próximo ao então quilômetro 4 da estrada do Aleixo, Zona Leste.

¹ As entrevistas livres eram direcionadas por meio de roteiro pré-estabelecido (ver anexo 02 p. 134).

² Em detrimento da extensa área ocupada pelo bairro do Coroado, a pesquisa delimitou sua área de estudo entre a av. General Rodrigo Octávio (Contorno) a oeste, rua São Francisco a leste, av. Cristo Rei a sul, rua Brasília e rua da Paz a norte, pois estas áreas foram as primeiras a receber os moradores e atualmente configuram-se como as mais valorizadas do Coroado. Ver Imagem 06 p87.

Quanto à composição teórica do trabalho, as linhas que hão de vir fazem alusão aos vários fatores para a produção e concretização das ocupações no urbano, regidas pela organização institucional do espaço, ou seja, pela atuação do Estado no espaço urbano que, segundo Manuel Castells (1983), é determinada pela expressão, das unidades urbanas, do conjunto dos processos de integração, de repressão e de regulamentação que emanam do Estado.

A dissertação está estruturada de modo a permitir a leitura das ocupações em Manaus nos últimos 20 anos, não como algo em si, mas baseado na conjuntura de como a cidade foi sendo produzida. Nesse sentido, o Capítulo 1 traz reflexões concernentes à construção dos espaços e espacialidades no urbano, enfatizando o Estado, os agentes sociais e os promotores imobiliários como construtores e principalmente consumidores do espaço no qual a produção das habitações e moradias, é retratada como principal modeladora da espacialidade urbana.

Assim, o capítulo seguinte é direcionado a compreensão da produção da espacialidade urbana da cidade de Manaus a partir da produção das moradias populares. Para tanto, o segundo capítulo traz o compêndio da produção e consolidação dos principais bairros da cidade de Manaus desde a criação da cidade em 1669 até meados do ano de 2000 respeitando as conjunturas econômicas e sociais estabelecidas ao longo da reprodução espacial da capital amazonense: ciclo da borracha, cheias do rio Amazonas e seus afluentes e Zona Franca de Manaus.

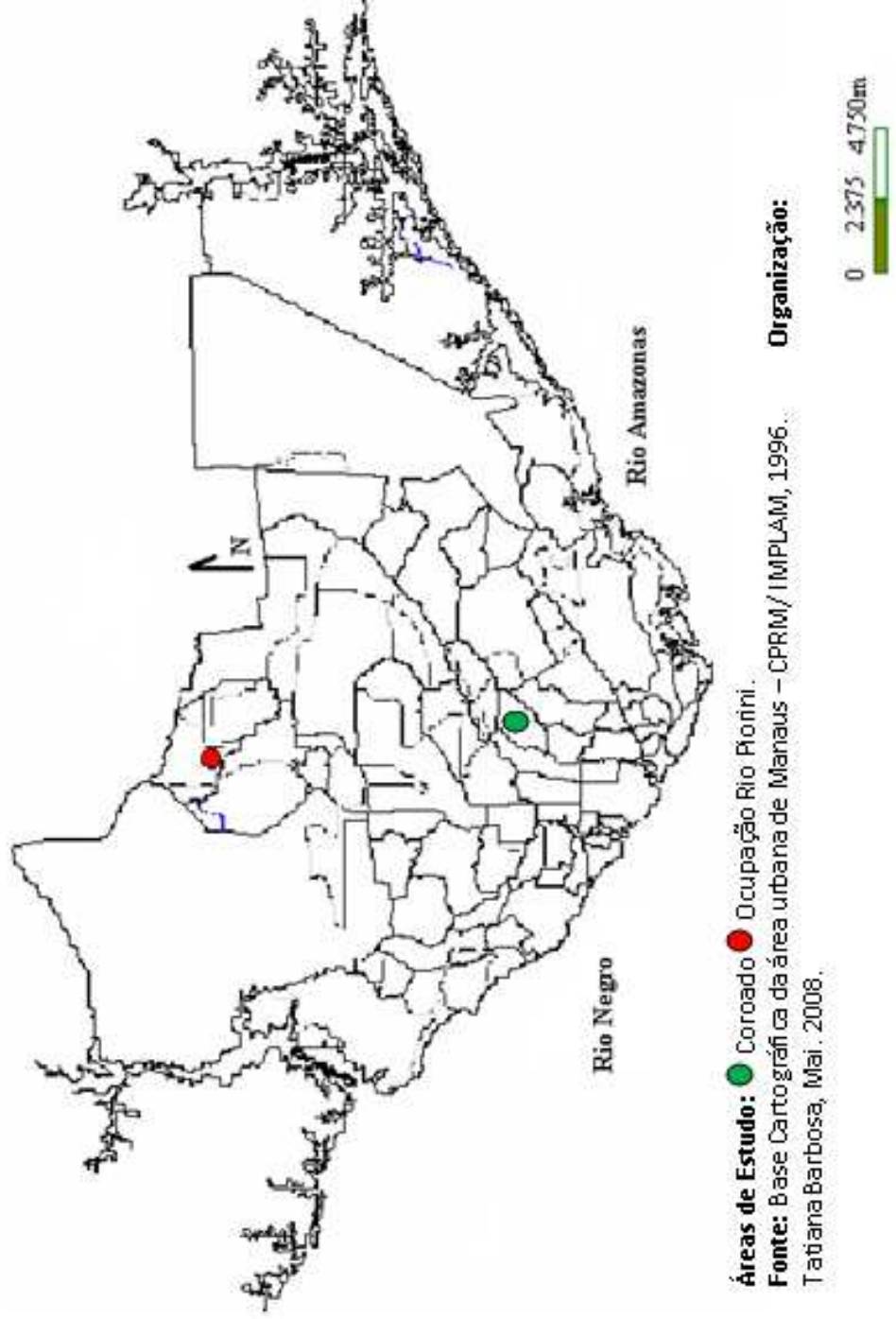
Em meio a produção das moradias populares, Manaus tem seu crescimento espacial acelerado mediante os dois últimos fatores já citados. Com isso, o Capítulo 2 destaca ser este crescimento impulsionado pelas ocupações urbanas, caracterizadas como responsáveis pela desordem espacial da cidade.

Em função dos pré-conceitos relacionados a produção das moradias populares via ocupações urbanas, o terceiro e último capítulo destaca duas ocupações Coroado, oriunda em 1971 e Rio Piorini, em 2003 e assim estabelece

análises quanto a sua produção, relevância para espacialidade de Manaus, bem como comparações concernentes aos processos de produção, reprodução e consolidação cujo destaque são seus moradores com vistas a identificar se os mesmos concebem sua casa e seu entorno como seus lugares na cidade e dela se sentem parte ao produzirem a sua espacialidade.

Ao finalizar, o trabalho considera que a discussão sobre as ocupações em Manaus repõe a discussão do direito à cidade conforme defendido por David Harvey. Entretanto, salienta-se ser possível que as ocupações na capital amazonense não atinjam a dimensão do direito à cidade, mas as mesmas configuram-se como a tentativa de seus moradores com as suas condições objetivas buscarem esse direito.

Imagem 01 – Mapa da cidade de Manaus: áreas de estudo – Coroado e ocupação Rio Piorini



1 CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS E ESPACIALIDADES NO URBANO

A concepção teórica concernente ao urbano preestabelece que ele está para além da cidade. O urbano concretiza-se no espaço geográfico que “é produto, processo e manifestação da sociedade” (SILVA, 2001, p. 42) e traz, em detrimento das divergências entre pensamentos e ações dos membros da sociedade, contradições oriundas da sua desigualdade gerando conflitos, por sua vez, contribuintes para a configuração do espaço geográfico.

Essas contradições desafiam-nos a compreender o espaço como uma totalidade. Milton Santos enfatiza que “é a realidade do todo que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (1997, p. 94). Ana Fani A. Carlos (2001) salienta que a primeira análise a ser elaborada a respeito das contradições do espaço é a de que a sociedade, ao produzir sua vida, produz o espaço geográfico.

Assim, a autora convida-nos a compreender que a atividade do trabalho humano é considerada como produtora do espaço geográfico. Isto implica que deve haver a “articulação entre as atividades produtivas e não – produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial deste processo” (Ibidem, 2001, p. 63). Ou seja, o espaço é um produto histórico-social, pois é construído em um determinado momento e “o processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas” (SANTOS, 1997, p. 96).

Desse modo, com base nos aspectos do processo histórico, é preciso analisar a produção do espaço como produto social pela lógica de sua produção, bem como da sua reprodução. Quanto ao processo de produção, ele refere-se à produção das relações sociais e dos bens e mercadorias; já a reprodução vem a

ser o processo que “está associado às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos e por ela determinado. Em suma, a reprodução aponta para a perspectiva de compreensão da totalidade que escapa ao plano econômico” (CARLOS, 2001, p. 63). Conseqüentemente, em sendo necessário articular a produção do espaço urbano com a sua reprodução, é possível analisar o espaço enquanto totalidade, mesmo considerando que ela é fugaz, pois, “por mais que se possa defini-lo, o urbano nunca estará inteiramente presente e plenamente atual” (LEFEBVRE, 2001, p. 110).

Cabe ressaltar que as reproduções das relações expressam as condições da sociedade atual “na justaposição da riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem” (CARLOS, 1994, p. 23). Segregação que foi incorporada por meio de processo histórico e evidencia as múltiplas espacialidades do espaço geográfico cuja análise não deve ser simplista.

Por esse aspecto, tomamos a configuração da espacialidade urbana por intermédio da paisagem que “é o resultado das determinações das políticas públicas e de relações sociais de produção” (OLIVEIRA, 2001, p. 22), compreende o visível e não se limita ao belo. É necessário, portanto, ter cuidado com a distinção entre paisagem e espaço. Esses elementos não são sinônimos. “A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1997, p. 83).

Nesse momento, não existem pretensões em reduzir a espacialidade urbana por meio da paisagem. A intenção é evidenciar por meio da produção da paisagem os seus processos de reprodução por meio das relações que nela permeiam.

E são estas relações históricas, constantes e divergentes que produzem paisagens históricas, mutáveis, diferenciadas e segregadas, por sua vez, modeladoras da espacialidade capazes de promoverem o movimento da cidade.

Não apenas os movimentos de ir e vir, mas o da paisagem que é constantemente alterada em face da dinamicidade dos muitos processos envolvidos nas relações impetradas pelo homem no espaço urbano.

Essa segregação ajuda a compor o espaço urbano e transcende a uma simples “separação” dos lugares. Ela estende-se à fragmentação das pessoas que são seres indispensáveis à reprodução do espaço. Tal fragmentação ocorre mediante as imposições estipuladas pelo capital que segrega vidas e valores, e articula-os conforme suas necessidades.

Os diversos modos de apropriação do espaço o tornam singular. As diferenciações nos usos implicam diferentes configurações, paisagens. São as necessidades dos indivíduos, por sua vez históricas, que ajudam na construção do processo de produção do espaço e as relações cotidianas na sua reprodução, pois necessidades como comer e estabelecer relações afetivas não são inerentes ao processo de produção e reprodução do capitalismo e, por ser um produto histórico, fruto das relações cotidianas, a paisagem se configura mediante estas relações que, por serem constantes e mutáveis, por sua vez, alteram a paisagem, o que nos permite dizer que ela está em movimento.

Outro aspecto relacionado ao processo de reprodução do capitalismo é a necessidade da moradia que se equipara à necessidade da habitação (casa), pois morar em uma área cujas condições não propiciem a reprodução da vida, em seu sentido pleno, implica impedir a continuidade da reprodução do espaço.

Mas e o urbano? O que vem a ser ele? Como ele se concretiza?

O modo de vida urbano, ou o próprio urbano, “é um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 2001, p. 47). Nas palavras de Lefebvre, o urbano é o modo de ser de cada indivíduo. O urbano, porém, “não é uma alma, um espírito ou uma entidade filosófica” (Ibidem, 2001, p. 49), pois o urbano se concretiza nas pessoas

que, ao pensar em cidade, remetem seus pensamentos ao lugar das trocas, das redes, da circulação de pessoas e mercadorias.

Por essa perspectiva, o urbano passa a ser concretizado mediante a imposição das relações de produção e troca, ou seja, é ele associado apenas à questão econômica. Todavia, a cidade não deve ser analisada separando-a, “nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém, isolando-a como se fosse um sistema completo” (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

Por isso, o urbano ou a realidade urbana “não se vincula só ao consumo, ao *terciário*, às redes de distribuição, pois ela intervém na produção e nas relações de produção” (LEFEBVRE, 1999, p. 52). “O urbano marca não só o ritmo da vida, mas o modo de vida e o pensar a vida” (CARLOS, 1994, p. 58). Ritmo este, semelhante à paisagem que adquire configurações conforme as necessidades, os diversos modos de vida e pensar a vida de quem a contempla.

Assim, o urbano tende a ser o modo como cada indivíduo o concebe. No entanto, o urbano nasce nas pessoas e materializa-se por meio não só das suas ações, mas, também, das ações implementadas pelo outro. Isso implica que o urbano é a soma entre os pensamentos dos indivíduos e as ações da coletividade.

É como se pensa e se vive que permite a concretização do urbano. Todavia, essa coletividade, quase sempre guiada pelo capitalismo, impõe ao indivíduo conceitos que melhor a convém, deturpando ou enervando os pensamentos individuais.

O fato é que pensar “a problemática urbana – que é teórica – não se reduz à tendência da constituição da cidade enquanto obra e, nesse sentido, refere-se à problemática urbana, refere-se ao homem, à sua vida, ao seu mundo” (CARLOS, 2001, p. 67). Assim, pensar o urbano não é apenas pensar a cidade. Pensar o urbano é pensar sobre como viver *a* e *na* cidade, sem restringi-la ao construído, ao econômico, à produção técnica e racional.

Pensar *a e na* cidade implica refletir sobre as relações que nela permeiam. Relações que são “atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e, no entanto, não flutuam no ar, não fogem na transcendência” (LEFEBVRE, 2001, p. 48), ou seja, as relações interligam-se ao material que, por sua vez, não devem ser dissociados do imaterial.

Em se tratando do imaterial na cidade, muitos dos seus habitantes reduzem-no ao local da “crise urbana”, do caos, da insegurança e problemas sociais proporcionando, por essa perspectiva, a dimensão do desassossego e “o direito à cidade que se refere às possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões, esvaziam-se” (CARLOS, 2001, p. 424), dando lugar à “estranheza das relações entre o habitante e a cidade, como se a vida estivesse sendo determinada ou manipulada por um elemento mágico que seguimos, cegamente, sem nos dar conta do feitiço” (Ibidem, 2001, p. 61).

Indubitavelmente, a questão a ser assinalada neste momento refere-se aos elementos do urbano, pois em sendo o urbano não apenas a materialização da cidade, mas também o viver *a e na* cidade, como se configuram os elementos do urbano?³ O que o compõe e como eles são percebidos, influentes e influenciados no feitiço da cidade?

A tendência é retratá-lo enquanto o modo de ser. Assim, a cidade passa a ter as características de quem a vive, ou seja, ela pode ser interpretada como o lugar da degradação dos valores ou da agregação de esperanças. Isso implica concebê-lo por meio do abstrato e do real.

O abstrato, segundo Lefebvre (1999), nega o espaço social que é quem suporta a vida por meio de ações concretas que se expressam na paisagem, ou

³ Roberto Lobato Corrêa, em *O espaço Urbano*, define esses elementos como o capital imobiliário, os donos dos meios de produção, o Estado, os movimentos sociais e os excluídos socialmente.

seja, a vida cotidiana, pois o abstrato pode transformar a realidade urbana em doces e quiméricos desejos ou amargas expectativas, assim como a realidade pode converter os doces desejos em frustradas esperanças que podem ou não concretizar-se por intermédio das ações implementadas no espaço geográfico, e é justamente a não implementação das ações utópicas que tende a anular o espaço social.

Entretanto, “as utopias proporcionam consolo: ainda que elas não possuam um lugar concreto, há mesmo assim uma região fantástica imperturbada em que podem desenvolver-se” (HARVEY, 2001, p. 241) os mais variados anseios que se expressam em múltiplas pessoas.

O urbano enquanto modo de ser de cada indivíduo está condicionado aos múltiplos sentimentos atribuídos à sua materialização: a cidade. Isso implica que o viver na cidade transforma o urbano em plural, pois esse viver reflete as condições sentimentais dos indivíduos, ou seja, incorporá-lo à sua vida por meio de ações e conquistas, opõe-se a ser do urbano e não tê-lo enquanto ser. Por esse aspecto, o urbano do não ter materializa-se na cidade, pelo não ter acesso ao transporte coletivo, à escola, casa, moradia, emprego, qualidade de vida, lugar.

Homens e mulheres, enquanto agentes de produção do urbano, têm enveredado cada vez mais pelo processo de valorização técnico e racional do espaço urbano que segrega e degrada os espaços antigos apagando a identidade da cidade, impondo novas formas e funções, gerando “novas” contradições do espaço oriundas da presença humana em meio à ausência de lugares, pois o processo de valorização técnico-racional constrói os não lugares⁴ criando nos homens a necessidade pelo não necessário à reprodução da vida.

⁴ Esse conceito foi proposto por Marc Augé (1994), antropólogo francês, para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. O espaço do não-lugar não cria identidade única, nem relações: cria solidão e similitudes.

Ana Fani Carlos salienta que a análise das “novas” contradições surge por intermédio da atividade do trabalho humano, que se articula entre a apropriação privada e a produção espacial coletiva, “onde o mundo do homem passa a ser o mundo das coisas” (CARLOS, 1994, p. 61), permitindo ao capital sua reprodução assaz e ao homem a possibilidade de continuar vivendo. Essas contradições transcendem o imaterial e são facilmente identificadas no espaço mediante a produção de áreas diferenciadas dentro do urbano, gerando, por sua vez, segregação estampada na paisagem e refletida na produção da vida.

1.1 COMPREENDENDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA

Em termos gerais, segregação significa separar, dividir, isolar. Associando a palavra à produção do espaço, traz-se à baila que segregação socioespacial vem a ser a divisão da sociedade materializada no espaço geográfico. Entretanto, saber a terminologia da palavra facilitará, mas não permitirá a compreensão do processo gerador da segregação socioespacial, onde, obviamente, a sociedade se configura como mentora de sua existência. Assim, para análises iniciais, é fundamental compreender o que leva a estabelecer o processo de segregação. Seria a segregação proposital? Quais suas consequências no espaço e para a sociedade?

Os escritos de Manuel Castells (1983), “num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (p. 250). Com isso, o autor nos fornece indícios para a resposta de nossa primeira pergunta.

O processo de segregação e o entendimento de sua origem são alcançáveis a partir do momento em que se compreende que ao mesmo tempo em que a cidade se produz, reproduz-se, sendo ela ao mesmo tempo obra e

produto “mediada pelo trabalho e, que [...] além do conteúdo do trabalho, é o fato de que a obra se produz pela apropriação e o produto se impõe pela dominação – ambos determinam o uso – criando uma prática espacial diferenciada” (CARLOS, 2001, p. 216).

É sabido que o espaço geográfico é produzido socialmente. Da mesma forma, também já se esclareceu que em sendo socialmente produzido, impossível não haver disparidades no processo de sua produção. Todavia, Castells (1983) nos indica que mesmo havendo diferenças entre classes na sociedade, elas buscam homogeneizar-se não apenas com o intuito de hierarquizar o espaço deixando evidente que são diferentes, mas também como alternativa de se autoidentificarem no espaço geográfico, promovendo, assim, a segregação urbana.

No entanto, “o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 143). O processo de segregação das classes sociais é então conceituado por Flávio Villaça (2001) como o “processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais ou conjunto de bairros* da metrópole” (p. 142).

Essa situação nos leva ao entendimento de que a segregação socioespacial é imposta no espaço por aqueles que fazem questão de expor sua condição social diferenciada. Entretanto, ressalte-se que essa imposição em sua maioria é estabelecida pelos não excluídos socialmente. Por sua vez, os excluídos são empurrados a outros pedaços da cidade contribuindo para o processo de segregação socioespacial. Entretanto, “a segregação não impede o crescimento de outras classes no mesmo espaço” (Ibidem, 2001, p. 142). Com isso, por mais segregada que seja a área, há probabilidades de aqueles que buscam hierarquizar o espaço urbano terem os arredores de “seu pedaço” habitados por membros da sociedade não participantes de sua classe social.

A segregação estampada na paisagem, segundo Villaça (2001), é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. Em sendo o espaço urbano forçosamente segregado pelos que buscam hierarquizá-lo, suas consequências recaem sobre a classe da sociedade que se encontra socialmente excluída a se ver forçada a buscar outras áreas na cidade para dar continuidade às suas vidas, pois “a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros (Ibidem, 2001, p. 148), originando consequências para a sociedade e seu espaço. Entretanto, no cerne da produção do espaço urbano, dentre as muitas consequências oriundas do processo de segregação, dois elementos são claramente evidenciados: habitação e moradia.

1.2 HABITAÇÃO E MORADIA: A CONFIGURAÇÃO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL URBANA

A habitação cuja denominação vem de *habitat*,⁵ conforme explicitado por Lefebvre (2001), tem função simplificada, restringindo o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se. Portanto, a habitação é a casa em si, resume-se à sua estrutura física e à moradia concerne aos equipamentos (saneamento básico, infraestrutura), que possam propiciar a seus habitantes qualidade de vida.

A habitação “representa a dimensão do poder, e o seu planejamento implica a tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada e uma espacialidade hierarquizada, determinando o modo como e por quem o espaço será ocupado” (OLIVEIRA & COSTA, 2007). Isso implica que os espaços

⁵ *Habitat* (do latim, “ele habita”) é um conceito usado em ecologia que inclui o espaço físico e os fatores abióticos que condicionam um ecossistema e, por essa via, determinam a distribuição das populações de determinada comunidade.

destinados à produção da moradia, por tudo aqui já mencionado, também são diferenciados.

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e nível das instalações e das funções que se ligam a elas (CARLOS, 2001, p. 249). A habitação é sem dúvida um dos elementos visuais que mais transparecem no processo de segregação socioespacial, tanto para quem segrega como para quem é segregado, pois “o homem habita e se percebe no mundo a partir da sua casa” (Ibidem, 2001, p. 217).

“A segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes” (VILLAÇA, 2001, p. 148). Quem melhor habita é certamente que tem condições de obter uma moradia envolta a infraestruturas que possibilitem a reprodução de suas vidas sem desassossegos.

No cerne da produção da habitação e moradia, estão os bairros que se caracterizam por serem áreas médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de uma extensão bidimensional. O observador neles *penetra* mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência quando visíveis de fora (LYNCH, 1997, p. 52).

Essa extensão bidimensional apontada por Lynch é facilmente perceptível, pois a segregação espacial remete a quem reside e principalmente apenas observa nos bairros inúmeras referências e diferenças não apenas visuais. Os bairros se apresentam urbano como a materialização das diferenças existentes no espaço e são para quem segrega como um cartão de visitas.

Os bairros distinguem quem é quem no espaço urbano, pois, por mais vistosa que seja a habitação, em sendo o bairro carregado de estigmas negativos e significações sociais, dependendo do bairro onde a residência está situada, o

habitante sempre será visto como o morador do bairro A ou B. Villaça (2001) estabelece não ser à toa que a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais cria sítios sociais muito particulares. “O bairro como nível da prática socioespacial se revela no plano do vivido (envolvendo a categoria habitante), que mostra a condição da vida material, ganha sentido na vida cotidiana, expressando as condições da reprodução espacial do mundo moderno” (CARLOS, 2001, p. 244).

É no bairro que as relações cotidianas se fortalecem e tendem a obter destaques em relação ao todo da cidade. Os moradores dos bairros podem carregar consigo o sentimento de pertencimento a um pedaço da cidade e os elementos que o compõe, são determinantes para sua configuração, não apenas como bairro, mas principalmente como parte do todo.

É nessa parte da cidade que ocorre a produção da vida, onde cada habitante mantém relação com o espaço, consumindo-o, reproduzindo-o, independente de ele possuir apropriação privada ou coletiva. Castells (1983) sustenta que, havendo consumo coletivo, independente de serem estatais ou privados, os espaços se tornam públicos, pois o consumo pela coletividade tende a proporcionar o sentimento de pertencimento do todo pelo espaço, porque ao se apropriar os indivíduos impõem vida aos espaços proporcionando a eles um cotidiano mutável agregado à visão dos diferentes consumidores, onde cada um estabelece no espaço privado/estatal/público uma relação com/no espaço.

Por isso, a produção espacial coletiva deve ser analisada mediante duas perspectivas: o da produção de mercadorias e da produção da vida, sendo que a produção de mercadorias, segundo Ana Fani (1994), produz coisas no espaço ao mesmo tempo em que o produz enquanto mercadoria, estabelecendo, portanto, o consumo do espaço e o espaço do consumo.

1.3 O ESPAÇO DO CONSUMO E O CONSUMO DO ESPAÇO: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO

A construção e reconstrução do espaço são elaboradas mediante as ações da sociedade heterogênea, fragmentada em classes e participante do processo capitalista. Sociedade, que luta por sua sobrevivência, adequando-se às exigências do capitalismo e alimenta, sejam por necessidade imposta ou criada, os processos e produtos por ele gerados.

Dentre os processos referentes à produção capitalista, David Harvey (2001) salienta que, de modo aceitável, a produção da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas, mediante o sistema de circulação de capital que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito. Manuel Castells (1983) esclarece que “sob esta categoria podemos reagrupar um conjunto de processos complexos, que têm a ver com a reprodução simples e ampliada da força de trabalho na sua relação com o espaço” (p. 221). Em se tratando do espaço da cidade, essas relações se concretizam por meio da apropriação do solo urbano. Não obstante, há de ressaltar-se que a cidade é uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades; é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Essa disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital (SINGER, 1982, p. 21).

Mediante essas disputas, é possível visualizar os modos de apropriação do espaço entre os muitos grupos pertencentes à cidade e as consequentes atribuições que a ele empregam. Todavia, para efeito de compreensão dos processos que engendram a produção capitalista no espaço, destacam-se os usos destinados à produção da moradia, que se apresenta como item indispensável à reprodução da força de trabalho.

Para efeito de análises, é necessário refletir a respeito dos “interesses específicos da sociedade que estão organizados em torno da própria terra [...] Esses interesses e os conflitos entre eles formam o fio condutor das mudanças espaciais” (GOTTDIENER, 1997, p. 279). São os agentes (promotores imobiliários, políticos, capital financeiro, ambientalistas, proprietários de casas, sem-teto, etc.) envolvidos nesse processo, que buscam materializar seus interesses e a terra aparece como item indispensável para sua concretização.

Por isso, no sistema capitalista, como mencionado, a terra é uma mercadoria. Todavia, é uma mercadoria especial cujo “valor da terra urbana é um produto social que pode ser explorado por qualquer um [...] podendo ser convertida em muitas formas de valor de troca” (GOTTDIENER, 1997, p. 219), fato esse que legitima o consumo do espaço e “como a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo” (SINGER, 1982, p. 23) e a casa própria cada vez mais distante das populações com baixo poder aquisitivo.

O mercado imobiliário atua estabelecendo a maneira como ocorre a exploração da terra urbana com fins destinados à habitação, com isso determina se a terra será mais ou menos valorizada e, embora indispensável à continuidade da vida, a moradia se apresenta como um bem que não se encontra ao alcance de todos, pois para morar o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço, o que transforma a moradia em mercadoria.

Em contrapartida, como bem salienta Ermínia Maricato (2001), a moradia é uma mercadoria especial, pois demanda por terra urbanizada. No entanto, é o Estado que se apresenta como o responsável pela urbanização por meio da disponibilização dos equipamentos de uso coletivo: ruas asfaltadas, transporte coletivo, redes de energia e água, propiciando o acesso aos serviços urbanos que, por sua vez, tendem a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda.

Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva essa escassez ao nível crítico, permitindo acréscimo na valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (SINGER, 1982, p. 27).

Nesse momento, destaca-se que o uso capitalista do solo urbano impõe aos desprovidos de situação econômica favorável a morar envolto aos equipamentos de uso coletivo, única alternativa: propagar a pobreza e periferização no espaço, afinal “pobreza e periferização aparecem como dois termos e duas realidades interligadas. O nexos entre os dois é assegurado pelo processo especulativo, que aparece segundo diversas fisionomias, agrupando fatores diversos, conforme diversas modalidades” (SANTOS, 1990, p. 51).

Há de ressaltar-se que essa periferização se origina mediante o parcelamento do solo que passa a ser propriedade de quem por ele paga. Nesse caso, o Estado se mostra como principal agente interventor no espaço, propiciando acentuação nas diferenças espaciais. O fato é que a “propriedade privada de parcelas do espaço aparece como título jurídico que sacramenta o processo de apropriação que está na base do sistema capitalista de produção – tanto material quanto da vida” (CARLOS, 1994, p. 171), onde a lógica do sistema estabelece que quem não paga, não mora e se não mora, não vive.

“A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos” (SINGER, 1982, p. 33). No entanto, o processo de (re)produção da vida não se esvai diante do sistema capitalista e se ajusta às situações por ele impostas.

Sendo indispensável morar para viver, então é necessário burlar o aparelho político-jurídico para adquirir a habitação. Essa lógica força os pobres a utilizarem-se dos meios contrários à lei para conseguirem dar continuidade às suas vidas. “[...] Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc.” (SINGER, 1982, p. 33).

Em detrimento dessa situação o espaço vai se tornando o lugar dos conflitos entre os que nele o consomem mediante a possibilidade de pagar e os que não têm as mesmas condições propiciando-nos a análise de que no espaço se estabelece as relações de consumo, sendo sua produção guiada pelo capitalismo precursor das contradições inerentes à sociedade.

Para tanto, dentre as muitas questões relacionadas à produção capitalista do espaço, é necessário ter cautela quanto à profunda materialização do espaço, para que ele não seja encarado apenas como o construído. A esse respeito, Lefebvre (2001) evidencia que as propriedades do espaço não se limitam ao ambiente construído principalmente pelo fato de que o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, pois constitui também um produto dessas relações, sendo o próprio espaço um objeto de consumo.

Isto implica que, para a continuidade da produção capitalista, mesmo não sendo único item responsável pela continuidade da produção capitalista, o espaço torna-se objeto indispensável à sua reprodução.

1.4 DO ESTATAL AO PRIVADO: (RE) PRODUÇÕES E VALORIZAÇÕES DO (NO) ESPAÇO URBANO

O Estado⁶ possui em sua natureza a capacidade de segregar e articular os espaços, propiciar condições de circulação de pessoas e mercadorias, bem como a acumulação de capital. Talvez seja precipitado, mas conforme expressa Maria da Glória Gohn (1991), o Estado enquanto agente que se apresenta com uma dupla natureza, pois ao mesmo tempo em que expressa força e poder, mantém-se com um discurso universalizante, vem a ser senão a base, um dos principais agentes capazes de intervir diretamente na configuração do espaço urbano, construindo-o, desconstruindo-o e reconstruindo-o conforme as necessidades vigentes, ou seja, o Estado é o único agente envolvido no processo de (re)construção do espaço capaz de intervir diretamente na terra urbana, apropriando-se, quando julga necessário de propriedades até então não pertencentes a ele.

Essas intervenções podem ocorrer alterando a paisagem urbana e as relações das pessoas com os lugares. Em alguns casos, porém, a sutileza empregada durante determinadas modificações pode não propiciar às pessoas a real percepção das transformações, pois o Estado utiliza subterfúgios que visam escamotear a realidade ante sua necessidade em beneficiar empresas ou validar algum empreendimento o qual valorizará determinadas ações a favor.

De um ponto de vista geral, “a intervenção do Estado no urbano tem a ver com a criação de condições gerais para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho” (GOHN, 1991, p. 35). Dessa forma, quando se faz a associação do plano político-jurídico com o Estado, leva-se em

⁶ O Estado não é monolítico. Deve ser compreendido em suas várias instâncias: ao mesmo tempo em que implementa mecanismos (infraestruturas), para a produção do espaço, assegurando com isso a reprodução da sociedade, por sua vez, ele introduz instrumentos e instituições de controle, regulação e gestão.

consideração o fato de o Estado buscar constantemente a neutralização de um possível conflito de classes, pois essa segregação entre elas torna-se fundamental para a continuação da acumulação de capital e, por conseguinte, a garantia da reprodução da força de trabalho.

Portanto, em se tratando das vias econômicas do urbano, o Estado no plano político-jurídico “busca a neutralização destas classes através de políticas que escamoteiam a segregação, a espoliação, etc.; e estas políticas transformam tudo linearmente em questões específicas de diferenças temporais” (GHON, 1991, p. 35). Isso se dá assegurado em um planejamento que, muitas vezes, não se explicita, já que “mesmo ineficiente, constitui um mecanismo funcional para controlar o conflito de classes” (GOTTDIENER, 1997, p. 138):

[...] o Estado torna-se o ordenador, o ‘sustentáculo da política urbana’. Isto significa que ao mesmo tempo em que ajuda diretamente os monopólios capitalistas, intervém no processo de consumo, tomando para si os encargos de vários setores de produção que são essenciais à reprodução da força de trabalho, o que significa que as reivindicações e exigências sociais passam a ser gerenciadas por ele (RESENDE, 1998, p. 213).

Portanto, como bem destaca Ana Fani (1994), o papel do Estado no processo de produção do urbano atua por duas vertentes, onde a primeira proporciona as condições gerais de reprodução do capital, e a segunda, a de gerenciar as crises sociais. Assim, o Estado intervém no espaço urbano capitalista a fim de assegurar a continuidade da reprodução do capital. Isso implica que a atuação do Estado no espaço urbano altera concretamente sua organização espacial e, por conseguinte, sua reprodução que ocorre mediante a multiplicidade de fatores, que tornam, portanto, o espaço urbano num campo complexo de ações e pensamentos divergentes.

Tais complexidades, geradas pelas relações sociais, tornam-se mais videntes na medida em que o Estado passa a intervir diretamente no espaço. Para exemplificar, é possível destacar a atuação desse agente ao beneficiar uma

empresa privada que venha gerar receitas significativas para ele. Ou seja, uma empresa, ao ser instalada numa fração do espaço urbano, deverá obter em um curto espaço de tempo todas as infraestruturas necessárias à sua edificação e funcionamento: rede de água, luz, telefone e Internet em sua maioria em locais onde tais infraestruturas não existem.

Em contrapartida, se algumas famílias forem residir em áreas cujas condições iniciais as instalações da empresa são idênticas, dificilmente tais infraestruturas serão implementadas e, se forem, serão realizadas precariamente, pois o Estado passa a “olhar” para os seus cidadãos à medida que eles se tornam contribuinte.

É importante salientar que o poder de intervenção do Estado no espaço é eminente. Ana Fani (2001), por sua vez, afirma que o espaço é produzido e reproduzido como mercadoria reprodutível e que o desenvolvimento do capitalismo gera contradições no próprio processo de realização e que esse desenvolvimento traz metamorfoses no plano de realizações do cotidiano, pois “o espaço está carregado de sentido. Suas formas e seu traçado se remetem entre si e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda a análise concreta” (CASTELLS, 1983, p. 304).

Isso reforça a ideia de que, ao mesmo tempo em que a cidade é o *locus* da produção de mercadorias e das trocas, ela também é a expressão de um modo de vida. Milton Santos (1997) afirma que cada lugar é a sua maneira o mundo e os lugares desse ponto de vista podem ser vistos como um intermédio entre o mundo e o indivíduo. Isso nos leva à reflexão de que em cada indivíduo há um pouco do todo.

Partindo dessa perspectiva a respeito dos lugares e dos seus significados, é possível afirmar que as transformações impostas pelo Estado alteram não somente as áreas físicas, mas também o cotidiano que, nas palavras de Oliveira (2001), pode ser entendido como o banal, o dia a dia. Esse banal, porém, é carregado de significados para quem o vive.

No cotidiano está a capacidade de superação da realidade pela procura da transformação da vida política, da economia, da estrutura jurídica e social e do Estado. No âmbito da produção do espaço urbano, o cotidiano aponta para a superação da linearidade imposta por um urbanismo concebido como mero desdobramento da lógica do mercado. E o mais importante: a mudança do cotidiano das pessoas pode significar transformação da própria vida com consequência na espacialidade que se vai construindo (OLIVEIRA, 2001, p. 138).

O autor evidencia que o cotidiano supera as transformações impostas por forças superiores ao indivíduo, porém com base nas relações estabelecidas pelo lugar e o cotidiano das pessoas, talvez seja possível afirmar que as intervenções elaboradas pelo Estado causam interferências profundas na vida de quem tem seu lugar e cotidiano extirpado, seja pela política, pela economia, pela estrutura jurídica, social e principalmente pelo Estado, que dispõe de estratégias que “tendem a criar um espaço homogêneo, estabelecendo e impondo limites ao uso por meio de normas e leis que definem, impedem e inibem a apropriação da cidade pelo habitante” (CARLOS, 2001, p. 49), contribuindo para a delimitação do usufruto do espaço pelo homem, inibindo sua identificação com o espaço e, conseqüentemente, a criação de seu lugar.

Os “lugares têm seus conteúdos definidos pelas relações sociais, pelas possibilidades e pelos limites de apropriação” (SPOSITO, 2001, p. 69), e o Estado, ao visar perspectivas benéficas para si, ignora as relações existentes no espaço, alterando o cotidiano e principalmente a vida dos consumidores que possuem afetividade com o espaço então modificado. Esse sentimento de pertencimento do indivíduo com os lugares tende a acentuar-se no espaço de seu habitar.

É o espaço da habitação que mais desperta os sentimentos em relação à cidade e seu pertencimento a ela, pois para os habitantes esse espaço é “real e concreto; é aquele dos gestos do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, reconhecimentos, já que a vida se realiza criando e delimitando percursos” (CARLOS, 2001, p. 219).

Portanto, ao morar os indivíduos passam a obter referências mais concretas no espaço. Todavia, a ausência de habitação pode promover o sentimento de não pertencimento a lugar algum. Entretanto, a ausência de moradia não é a única responsável por esse processo, a precariedade nas habitações também pode usurpar dos indivíduos seus sentimentos quanto a seus lugares na cidade.

Em razão do exposto, certamente o fio condutor para futuras análises a respeito do sentimento ou não de pertencimento à cidade está na análise referente à produção da moradia, indubitavelmente ligada ao modo de produção capitalista onde o Estado aparece como elemento fundamental para a sua configuração.

1.4 A QUESTÃO DA MORADIA

A moradia apresenta-se como item necessário à reprodução da vida. O habitar equipara-se à necessidade do comer e vestir e está intrinsecamente relacionado à reprodução do capitalismo, por sua vez dependente de mão de obra. A dialética existente entre a necessidade de morar e de reprodução do capitalismo produz um dos mais proeminentes problemas presenciados pela sociedade: a crise da falta e/ou precariedade nas habitações:

(...) Esta crise da habitação não é peculiar do momento presente; nem sequer é uma das misérias próprias do proletariado moderno, diferente de todas as classes oprimidas do passado. Ao contrário, afetou de uma maneira quase igual todas as classes oprimidas de todos os tempos. (...) O que hoje se entende por escassez de habitação é o particular agravamento das más condições de moradias dos operários em consequência repentina de população para as grandes cidades; é um formidável aumento dos aluguéis, uma maior aglomeração de inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade total de encontrar abrigo (ENGELS, 1985, p. 116).

Essa crise “emerge numa conjuntura marcada por grandes transformações. A manufatura rural é destruída e a grande indústria se desenvolve, gerando, de um lado um extenso fluxo migratório e do outro a criação de uma grande

quantidade de empregos nas cidades” (RIBEIRO & PECHMAN, 1985, p. 18), proporcionando nova remodelação do espaço urbano, pois as indústrias cerceadas pelo sistema de acumulação de capital passam a ditar as regras na sociedade. O intenso fluxo migratório vivenciado pelas cidades permite às indústrias selecionar sua mão de obra conforme suas necessidades.

Da mesma forma, o contingente populacional extrapola os limites de emprego ofertado pelas indústrias promovendo a aceleração do crescimento urbano, o desemprego e, conseqüentemente, o empobrecimento da população, afinal “qualquer forma de trabalho concentrado provoca ou favorece a formação ou o desenvolvimento de uma cidade. É por isso que toda ação industrial, que implica na criação de grandes estabelecimentos e no trabalho de massa, acelera a evolução urbana” (GEORGE, 1983, p. 167).

Nos parágrafos anteriores, abordou-se o fato de o solo urbano ser fracionado e ocupado conforme as condições financeiras da população que consome o espaço mediante sua capacidade de pagamento, estando, os desprovidos de condições financeiras, fadados a impor a periferização do espaço, sendo o modelo de acumulação de capital imposto pelo sistema que rege a matriz dos problemas relacionados à crise da habitação.

“Em princípio, a habitação urbana é função das necessidades circunstanciais da família, o que a diferencia da habitação patriarcal do meio rural europeu, onde as gerações se sucedem” (GEORGE, 1983, p. 187). A habitação urbana é, portanto, a concretização do modelo de acumulação capitalista onde mora quem paga, mas acima de tudo mora bem, quem melhor paga, sendo, em razão disso, escassa em escala mundial. No entanto, há de ressaltar-se que:

a moradia, além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne à sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de produção, durabilidade, etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetura, integração no conjunto de habitações e na região) e seu status institucional (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade, etc.) que determinam os papéis, os níveis e

as filiações simbólicas de seus ocupantes (CASTELLS, 1983, p. 224).

Frisa-se que a habitação é uma mercadoria especial, visto que para habitar os indivíduos não apenas precisam de um teto, outros elementos se fazem necessário para permitir a continuidade da reprodução da vida. “A moradia pode ser caracterizada, por um lado, com relação ao seu lugar no conjunto do sistema econômico e por outro enquanto *produto* com características específicas” (Ibidem, 1983, p. 225).

O morar exige a existência dos equipamentos de uso coletivo e é aí que o problema habitacional tende a agravar-se, pois ele “está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da produção da força de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 57).

Nesse momento, o Estado se apresenta como o regulador na produção dos espaços programando suas ações conforme seus interesses que, por vezes, não são os mesmos dos habitantes da cidade. No entanto, é preciso salientar que os equipamentos de consumo coletivo “se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta” (SINGER, 1982, p. 29).

Em contrapartida, não é o fato de o local de moradia encontrar-se distante do centro que o inviabiliza para a instalação de habitações. Os promotores imobiliários se encarregam de solvabilizar condições para edificação de novas moradias por meio da especulação imobiliária. Esses agentes, segundo Ribeiro & Pechman (1985), ao construírem novas habitações, seguem a lógica especulativa que se traduz na busca de estratégias que permitam a venda pelo preço mais alto possível, como forma de elevar a rentabilidade do investimento.

É por essa lógica que a população de baixa renda é excluída do processo de produção da moradia, sendo incitada a participar da construção de sua moradia por intermédio da ilegalidade em uma parcela do solo urbano desprovida de infraestrutura mínima indispensável ao percurso da vida. Não obstante, o Estado se apresenta como o único agente capaz de intervir e amenizar a situação da falta e/ou precariedade de moradias por meio do subsídio/financiamentos de lotes e casas populares.

Mas, em muitos casos, a quantidade de pessoas que efetivamente não possuem condições de adquirir essas moradias continua sendo elevada. Fato que justifica o porquê das pessoas morarem precariamente, seja em bairros muito afastados do Centro, como é o caso da ocupação Rio Piorini, ou no próprio Centro; entretanto, à beira de igarapés, como ocorre em Manaus.

1.4.1 VENCENDO A CRISE NA HABITAÇÃO?

A crise na produção da habitação fundamenta-se primordialmente na essência da produção capitalista do espaço urbano, onde o espaço se apresenta como *objeto* de consumo, transformando o solo e suas benfeitorias em mercadoria e impossibilitando para muitos sua aquisição. A esse respeito, David Harvey (1980) assevera que “o solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias [...] são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar” (p. 135). Para tanto, se o mecanismo de *produção* da crise de moradia aparece claramente, as razões pelas quais ela se *mantém* são menos imediatas. Com efeito, as necessidades da moradia determinam uma demanda importante no mercado e, mais ainda, a reprodução da força de trabalho fica perturbada, com consequências possíveis, ao mesmo tempo, sobre o próprio trabalho e sobre a “paz social” (CASTELLS, 1983, p. 227).

A casa proporciona mais esperanças em alcançar o amanhã e, por apresentar-se como indispensável para a reprodução da vida, é um dos

elementos que equipara os membros sociedade diante das suas necessidades. Ricos e pobres carecem de moradia; ricos e pobres precisam e querem viver e para isso se organizam. No entanto, conforme Oliveira (2001) explicita, o modo como determinado grupo se organiza para produzir e atender às suas necessidades, não explica *per se* toda a sociedade, posto que o processo de produção não se completa, nem se encerra em si mesmo.

A produção está para além de sua mera realização, é por isso que, ao analisar-se a questão da moradia, não se deve resumir-la a casa, tampouco, a moradia. É fundamental ampliar o leque de análises para as relações estabelecidas entre os habitantes, o local de moradia e o restante da cidade, afinal é a prática social que pode ressaltar aos nossos olhos a relação entre os indivíduos e o seu espaço. Mediante essa relação, observa-se que a crise da moradia não se apresenta para todos, mas, e para os que se apresentam, como a parcela da sociedade afetada por essa mazela social “resolve” seu problema? Quais suas relações com o espaço?

Manuel Castells (1983) expõe que a profundidade significativa da moradia pode ser desvendada baseada na compreensão do processo social que a determina (p. 249). Isso pressupõe que o entendimento das questões relacionadas à falta e/ou precariedade das habitações se dá mediante análises da conjuntura à qual a parcela da sociedade participante desse processo se insere.

O fato é que para quem pode pagar pela mercadoria preciosa que é a casa, habita; já os que não dispõem das mesmas oportunidades habitam precariamente, pois essa população tende a buscar na cidade as áreas que melhor convém diante de sua situação econômica. A moradia precária se apresenta como a solução imediata para a resolução de seu problema, que é a ausência da habitação, mas isso não o exime de outra mazela: a precariedade de sua moradia. As habitações construídas por quem não possui onde morar vão surgindo no espaço da cidade da maneira que seu habitante a pode ter e se configuram basicamente por meio de dois processos: o da compra de um

pequeno lote afastado do centro da cidade⁷ e, por conseguinte, desprovido dos equipamentos de consumo coletivo, ou via ocupação urbana.

Quem pode pagar por um lote nas condições acima listadas, diferencia-se de quem não o pode fazer por obter a segurança em estar residindo numa propriedade que lhe pertença, situação esta que não ocorre com quem ocupa ilegalmente, pois “quando os direitos de propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo urbano” (SINGER, 1982, p. 34).

Há de ressaltar-se que o instinto à sobrevivência humana é o responsável pelas ações dos indivíduos ao buscarem solucionar seus problemas concernentes à ausência de habitação, levando-os à prática da autoconstrução descrita por Ermínia Maricato (1982), como a arquitetura possível. “A autoconstrução é um processo que marca um modo de vida por permear quase todas as tarefas do cotidiano dos trabalhadores empenhados nela” (LIMA, 1982, p. 88).

Os indivíduos estabelecem essa prática e com ela tecem redes de relações que extrapolam os limites familiares, pois na autoconstrução os empreiteiros também contam com a colaboração de vizinhos e amigos. No entanto, “para construir a casa própria utilizando trabalho obtido dessa maneira, é preciso que o autoconstrutor recorra a pessoas a quem já ajudou e se dispõem a ajudar um dia” (Ibidem, 1982, p. 87), mas esse regime de trabalho não se caracteriza apenas como uma troca de favores. As relações empregadas também se estabelecem porque o ajudante observa no outro a sua necessidade, pois “é principalmente por meio da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o

⁷ Milton Santos estabelece que a periferia esta no centro da mesma forma que o centro esta contido na periferia, pois a periferia é caracterizada mediante a ausência e/ou precariedade nos serviços oferecidos.

problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga” (MARICATO, 1982, p. 73).

Esse regime de construção da casa própria se estende por anos, e diferencia-se do regime de compra e venda da força de trabalho. “A casa cresce parceladamente, pois o trabalhador sempre dispõe de poucos recursos para compra dos materiais que são, portanto, extremamente racionados” (Ibidem, 1982, p. 86), mas esse regime só passa a estabelecer-se nas áreas de ocupação com a certeza de que ela será consolidada. Do contrário, as populações residentes nessas áreas improvisam suas habitações e, por vezes, seus modos de viver no urbano.

Mas estariam os desprovidos de habitação minimizando o problema da falta de habitações? A esta questão é possível mencionar que sim, pois ao trazer para si o instinto de sobrevivência, os indivíduos pormenorizam seus problemas construindo suas casas, sejam em terrenos particulares ou ocupados. E quanto à precariedade das moradias, o mais importante é ter a casa? Sobreviver é o suficiente? Tais questionamentos tendem a ser respondidos no decorrer do trabalho, pois se aplicarão eles às áreas delimitadas para estudo: o bairro do Coroado e a ocupação Rio Piorini.

Há de ressaltar-se, no entanto, que os modos de viver no urbano associam-se à percepção do habitante sobre a cidade que transforma pequenos espaços em lugares, dos quais é o lugar da habitação que tende a destacar-se entre cada indivíduo dos demais “cantos” da cidade de modo a contribuir para a produção da espacialidade urbana. Assim, a produção das moradias populares destaca-se como propulsora da espacialidade da cidade, em Manaus, acentuada mediante as ocupações urbanas.

2 MORADIAS POPULARES E A PRODUÇÃO DA ESPACIALIDADE URBANA DE MANAUS

Entender a espacialidade urbana pressupõe compreender que o espaço é socialmente produzido e que, para além de sua produção em detrimento do uso que nele se faz, há sua reprodução “mediante inúmeros agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir de condições concretas, defender seus interesses” (OLIVEIRA, 2001, p. 20). São os interesses do homem, o eu quero, eu tenho condições e/ou eu necessito que, ao se materializarem no espaço, preenchem-no de maneira desigual, configurando a espacialidade urbana, atribuindo-a como impressões digitais modelagem única, inconfundível.

Dentre os muitos desejos que o homem possui indubitavelmente a casa aparece como item necessário à produção e reprodução de sua vida. “O homem habita e se percebe no mundo a partir da sua casa” (CARLOS, 2001, p. 217), e a casa certamente é o objeto mais cobiçado que, associada ao bairro, revela com facilidade a espacialidade de determinada cidade.

Assim, conhecer os espaços dos bairros produzidos por meio das moradias, suas histórias e particularidades ajuda-nos a conhecer o espaço da cidade que testemunhou a realização de sua história que pode ser, a um só tempo, passado, presente e futuro, como já nos asseverou Milton Santos (1997, p. 124).

Ao analisar a configuração espacial de Manaus com base em seus bairros, observa-se claramente que a cidade tem seu crescimento horizontalmente, espraiando-se pelas áreas verdes inabitadas conotando a impressão de ausência de planejamento. A Manaus de 2009 é apenas o reflexo dos muitos processos econômicos e políticos que emanam da sociedade.

Mário Ypiranga Monteiro revela que “Manaus nasceu sob o influxo de forças (*sic*) que não revelam, em absoluto, uma tendência orientadora, disciplinada. É mais obra de improvisação do homem apressado” (1971, p. 14), o que nos aponta para uma obra que pressupõe a consciência da sua não finalização. A espacialidade se constrói ao longo do tempo e não se separa nem por objetos, nem por ações. A espacialidade perpassa por todas as etapas da produção espacial.

José Aldemir de Oliveira (2001) enfatiza que a cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultado do modo de ser de uma sociedade em espaços – tempos específicos. Daí a importância de conhecer a cidade, sendo, pois, que seu conhecimento está para além de evidenciar como ela foi produzida. Conhecer a cidade e sua espacialidade pressupõe compreender os processos que permitiram sua configuração.

2.1 (RE)PRODUÇÃO DA ESPACIALIDADE DA MANAUS DE 1669 A 1920: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS SEUS PRINCIPAIS BAIRROS⁸

A configuração da espacialidade de Manaus perpassa por três importantes fases: surgimento da cidade (1669), período áureo da borracha e Zona Franca de Manaus (1967). No que tange ao seu surgimento, Otoni Mesquita (2006) evidencia que Manaus passa a existir em detrimento das explorações implementadas pelos portugueses à região amazônica.

Em função dessas explorações, no ano de 1669, aos 3°8'7" latitude S e 60°61'34" longitude O Greenwich, na altura de 44,49 metros sobre o nível do mar,

⁸ Os bairros listados ao longo do capítulo estão cronologicamente organizados mediante o início da ocupação daquilo que hoje, por meio da perspectiva urbana, denominamos de bairro. Assim, as datas inseridas podem não corresponder à data oficial do surgimento do bairro, mas sim ao registro dos primeiros moradores na área.

ergueu-se lentamente, colgada à barreira da margem esquerda do rio Negro, um simulacro de fortaleza, de forma quadrangular, em pedra e barro, um forte batizado com o nome de Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro (MONTEIRO, 1971, p. 26).

Em torno do forte fixaram-se numerosos indígenas das tribos “Manáos, Barés, Banibas e Passés, muitos dos quais haviam colaborado na obra de construção, por influência dos catequistas portugueses. E surgiu para aquela população, moradora de palhoças humildes, o designativo de lugar da Barra” (BITTENCOURT, 1969, p. 30).

Em 1809, Barra tornou-se a principal cidade do distrito do Rio Negro. Inúmeros portugueses, bem como vários brasileiros de outras províncias, estabeleceram-se ali. Construíram-se casas confortáveis, e a cidade cresceu no decurso de trinta ou quarenta anos, até se tronar, depois de Santarém, a principal povoação das margens do Amazonas (BATES, 1979, p. 133).

Dentre as muitas particularidades apresentadas durante o surgimento e consolidação da espacialidade da cidade de Manaus, a presença dos portugueses e seus respectivos interesses impuseram (ou ao menos tentaram impor) à cidade uma espacialidade voltada aos moldes europeus.

A morfologia de Manaus, à época, foi, sem dúvidas, grande contribuinte na modelagem⁹ de sua espacialidade, pois, como bem destaca Otoni Mesquita (2006), Manaus, por ser entrelaçada de igarapés,¹⁰ possui em relação ao modelo europeu traços exóticos, pois o traçado da cidade obedecia aos ditames da

⁹ Mário Ypiranga Monteiro relata que Manaus foi construída em parte sobre seis cursos d'água ou igarapés, três dos quais foram aterrados para o alargamento da cidade, cujo traçado obedeceu a um grande plano não totalmente executado (p. 126).

¹⁰ Cursos de água cujo volume varia de acordo com o período de cheia e vazante dos rios amazônicos.

natureza surpreendendo e impressionando os viajantes estrangeiros, cuja formação cultural e hábitos eram completamente diferentes.

Em se tratando dos viajantes, eles só passam a interessar-se por Manaus a partir de 1848. Henry Bates (1979), ao referir-se a Manaus em seus escritos, destaca que “a localização da cidade oferece muitas vantagens; o clima é saudável, não há mosquitos no lugar, o solo é fértil e apropriado a todo tipo de cultura tropical (o café do Rio Negro é especialmente afamado por sua superior qualidade). Além do mais, a cidade fica na confluência de dois grandes rios navegáveis” (p. 134).

Talvez por isso, já em 1849, há a ocupação das terras onde hoje é o bairro do São Raimundo. Essas terras foram cedidas para o Seminário São José posteriormente incorporado ao patrimônio da instituição religiosa. “Na época, o bispo dom Lourenço da Costa Aguiar resolve lotear uma parte das terras para pessoas de baixa renda” (Disponível em http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=532).

Durante o período compreendido entre a década de 1840 foi crescente o número de cronistas, pesquisadores, cientistas e aventureiros a região que, em 5 de setembro de 1850, é elevada à categoria de Província, sendo o nome Cidade da Barra do Rio Negro modificado definitivamente em 4 de setembro de 1856, por intermédio da Lei n.º 68, para Cidade de Manáos e é exatamente a partir da segunda metade do século 20 que a espacialidade dessa cidade começa a passar por transformações significativas.

Para a nova Província, João Baptista Tenreiro Aranha foi nomeado em 7 de julho de 1851 como presidente e sua gestão durou cerca de 7 meses. Arthur César Ferreira Reis (1989) destaca o fato de Manaus ser à época da elevação do Amazonas à categoria de Província, pequenina, com uma população insignificante, de 608 almas, tinha feição totalmente colonial, cortada de igarapés, carecia de reformas que a tornasse uma capital e Tenreiro Aranha levantou-lhe melhoramentos, inclusive a construção de prédios públicos, não os chegando,

todavia, a realizar. Apenas reformou a cadeia, então cubículo imundo do quartel militar. As maiores dificuldades encontradas por Tenreiro Aranha para aplicar benfeitorias na cidade referiam-se à falta de mão de obra para executar as construções.

Foi seu sucessor, o Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda, cuja gestão foi até 22 de abril de 1853, que conseguiu o começo da construção dos primeiros prédios públicos em Manaus – Câmara Municipal e Tesouraria da Fazenda. Montou a secretaria da Assembleia Provincial, que instalou solenemente e concluiu a organização dos demais serviços públicos criados por seu antecessor (REIS, 1989, p. 197).

Quanto à população da Província, “de acordo com o censo realizado em 1858, totaliza 55.000 indivíduos, sendo que o distrito municipal da Barra, que abrange uma grande área à volta da capital, não conta com mais de 4.500 habitantes” (BATES, 1979, p. 134). Mas, “a princípio, o povoamento se fez vagarosamente; de 1872 em diante, com rapidez, intensidade, em caráter colonizador” (MESQUITA, 1989, p. 218).

Arthur Cézar Ferreira Reis (1989), em outro momento, evidencia que:

A grande ocupação seria, contudo, iniciada e quase toda ela realizada pelo nordestino, pelo cearense principalmente, quando em 1877 o sertão do Nordeste sofreu a visita da seca que o assolou barbaramente. Enxotado pela violência do meio, que lhe tirou os recursos da vida, vitimando os rebanhos, queimando as culturas agrícolas, esgotando os mananciais d'água, o nordestino teve que procurar recursos noutras terras, abandonando o berço onde deixava miséria. A Amazônia, para onde já se encaminhava, lhe era campo vasto à atividade. Dos 4.610 cearenses, que nesse ano deixavam Fortaleza procurando por vale tentador, muitos centos rumaram para o Amazonas. Nos anos seguintes, perdidas as esperanças do inverno, em verdadeiras ondas, novos milhares se lançaram a Província. Em março de 1879, segundo cálculos oficiais, já tinham entrado em Manaus mais de 6 mil retirantes cearenses. O governo, procurando recebê-los e localizá-los como contribuições preciosas ao progresso da Província, criou colônias em vários pontos do interior, núcleos agrícolas, duas das quais nas cercanias de Manaus, atendidas por comissões

subordinadas a uma central, com sede na capital amazonense (p. 220).

É notório que a chegada desses imigrantes começa a impor a cidade de Manaus outro ritmo em sua espacialidade. É importante ressaltar que o crescimento não apenas populacional, mas também espacial da cidade tem forte influência com a implementação do transporte por meio dos bondes. Oliveira (2001) destaca que “as primeiras referências para o transporte de bondes em Manaus datam de 1882” (p. 108).

Em se tratando da economia da Província, ela estava baseada nas construções dos prédios públicos e em pequenos comércios que vendiam por preços elevados os suprimentos necessários à sobrevivência das pessoas.

A agricultura não fornecia indícios de movimentação da economia. Henry Bates (1979) durante seus relatos informa que os colonizadores não deram importância ao cultivo da terra. No entanto, Reis (1989) informa que “nos primeiros anos que se seguiram à inauguração da Província, ainda se registrou esforço em animá-la, mas os produtos naturais, a borracha principalmente, valorizados, espalhados e abundantes por todo o território da Província, absorveram todas as energias” (p. 225).

Todavia, não apenas os quesitos econômicos embargavam o desenvolvimento da Província; “a demorada e burocrática comunicação entre a Província do Amazonas e o poder centralizado na Corte. [...] Dependia-se das liberações do ministério imperial e as comunicações entre as províncias eram diferentes” (MESQUITA, 2006, p. 133).

Em 1889, surge na Província a Colônia (hoje o bairro Colônia Oliveira Machado) para portugueses e espanhóis fundada por Joaquim de Oliveira Machado, vigésimo nono presidente da Província do Amazonas, dando seguimento ao povoamento do lado sul da urbe. No entanto, a ocupação da

cidade passa a expandir-se em 1891, em direção ao norte de Manaus, quando algumas famílias começam a instalar-se onde hoje é o bairro de Flores.

Em termos econômicos, a partir de 1892, a situação da Província começa a modificar-se por conta do processo de aceleração diante da exploração do látex¹¹ e posteriormente confecção da borracha que “foi, sem dúvida, um material do progresso, participando da produção dos mais modernos bens industriais, expressivos dos avanços das técnicas e do domínio da natureza pelo homem” (DAOU, 2000, p. 21).

Os ganhos obtidos por Manaus com a exploração da borracha¹² pouco a pouco a transformavam e a cidade recebia, tanto em nível social quanto cultural, intensas influências europeias. À época, o estilo francês foi inserido na cidade: edificações, costumes, alimentos e vestimentas foram incorporados pela elite que enriquecia à custa do látex extraído pelos seringueiros que advinham principalmente do Nordeste¹³ brasileiro, iludidos com a possibilidade de enriquecimento rápido e fácil.

O poder público, os comerciantes ligados às casas aviadoras e em menor escala os seringalistas são os agentes produtores responsáveis pela configuração da espacialidade de Manaus. Esses segmentos foram os responsáveis pela busca de aproximação (pelo menos no imaginário), social e cultural, de Manaus com a Europa. A necessidade de assemelhar-se aos europeus, porém, permitiu com que a cidade de modo algum se tornasse objeto de admiração por parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma ‘aldeia’ e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ele evocava de mais forte: a presença

¹¹ Líquido recolhido por meio de sangria da seringueira, árvore nativa e abundante, encontrada na Amazônia, posteriormente vulcanizado para assim dar origem à borracha.

¹² A borracha: tratava-se de um item voltado principalmente para o abastecimento do comércio externo. Com isso, a receita arrecada pelos cofres públicos permitiam que eles vivenciassem situação jamais experimentada.

¹³ Estima-se que cerca de 60.000 eram cearenses.

impertinente da natureza por toda a parte. Às vésperas da proclamação da República, a cidade permanecia acanhada, constrangida espacialmente pelo rio, para onde estava voltada (DAOU, 2000, p. 34-35).

Proclamada a República, a Manaus entre 1892 e 1896 sofre significativas modificações durante a administração de Eduardo Ribeiro. Em sua gestão, “foram introduzidos mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana” (DAOU, 2000, p. 35).

Nesse período, surge o bairro da Cachoeirinha, orientado pelo governador Eduardo Ribeiro, “visando aumentar a frota de bondes e reestruturar os serviços de saneamento, abrindo, assim, novas áreas para expandir o perímetro urbano da cidade” (http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=492). Aliás, durante sua gestão, ao sul de Manaus também surgiram os bairros Praça 14 de Janeiro, Morro da Liberdade, São Geraldo, Presidente Vargas e Educandos.

Eduardo Ribeiro, conhecido como “Pensador”, tomando como base as construções europeias, “promoveu grandes aterros e desaterros, levantou as pontes de pedra e ferro, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, mandou fazer o nivelamento das ruas, remodelação de praças e jardins, etc.” (BITTENCOURT, 1969, p. 68). Otoni Mesquita (2006) menciona que sua administração em termos de (re)construção da paisagem social foi a mais dinâmica vivenciada por Manaus que à época, de pequena vila, tornou-se uma moderna e graciosa cidade. No entanto, a urbe modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite tradicional, vinculadas às atividades administrativas e burocráticas. Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes e o sistema de telégrafos subfluvial que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha (DAOU, 2000, p. 36-37).

Esse fato transformava Manaus numa capital influente e atrativa, pois com a prosperidade da borracha, a cidade experimenta um período de pujança econômica até então nunca presenciada. Agnelo Bittencourt (1969) destaca, porém, que a partir de “1913, se instaura o colapso da economia amazonense pela queda do preço da borracha” (p. 75), com isso o esplendor adquirido pela cidade na época próspera infelizmente começou a ruir, sem, a princípio, desacelerar o processo de modernização de Manaus cristalizado nos prédios que retratam fielmente o período vivenciado pela cidade como *Belle Époque* manauense.

A partir daquele ano (1913), até quase a Segunda Guerra Mundial, a cidade pouco se alterou em seu aspecto. Em 1920, porém, houve a perda do monopólio da borracha afetando definitivamente a economia citadina e, conseqüentemente, sua espacialidade, pois a Manaus de 1920 é o resultado do apogeu e do declínio da borracha. [...] A cidade esteve, no período da borracha, mais ligada ao mercado externo do que o mercado nacional, portanto a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior (OLIVEIRA, 2001, p. 36).

Em meio à crise instaurada, a elite sente os efeitos e finda sendo obrigada a abster-se de seus luxos, e os imigrantes, principalmente nordestinos, com o declínio da economia, encontravam-se sem perspectivas. Com essa nova realidade, Manaus se configura da década de 1920 a 1969 mediante cenário economicamente fragilizado afetando diretamente sua população e conseqüentemente sua espacialidade.

2.2 (RE)PRODUÇÃO DA ESPACIALIDADE DA MANAUS DE 1920 A 1969: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS SEUS PRINCIPAIS BAIRROS

Analisar o crescimento da cidade de Manaus por intermédio da produção das moradias populares permite-nos visualizar quão profunda são as

transformações impostas pela sociedade no espaço urbano, visto que é possível detectar as modificações da paisagem citadina que adquire as características de quem a constrói dando a ela impressões únicas e às vezes eternas, não apenas por estarem materializadas, mas, também, por viver nas lembranças dos habitantes que as repassam e, assim, eternizam-nas.

Em função disso, cabe evidenciar que durante essas cinco décadas, aproximadamente, 17 bairros surgiram dando à cidade indícios de que sua expansão apenas se iniciava. Manaus espacialmente espraiou-se em direção ao sul e nessa zona passou a abrigar em 1920 o Beco do Emboca, atual bairro de Santa Luzia, cujo surgimento e crescimento foram impulsionados pela instalação da fábrica de pau-rosa Triunfo. Aliás, é durante essas décadas que Manaus presencia um novo processo no que diz respeito ao surgimento dos bairros: a ocupação de terras por meio da ilegalidade, assunto esse que trataremos adiante.

É na década de 1930 que a urbe tem seu crescimento voltando-se mais para leste com o hoje bairro Colônia Antônio Aleixo, que abrigava os nordestinos advindos a Manaus com a missão de reavivar os seringais da borracha. Essa política foi implementada sem êxito pelo então presidente da República Getúlio Vargas, que para executá-la liberou verbas destinadas à construção de 16 pavilhões com o objetivo de abrigar os nordestinos que, ao constatarem o fracasso do reavivamento, retiraram-se dos pavilhões. No entanto, a partir de 1940, em função de estarem inseridos numa área isolada do restante da cidade, os pavilhões foram reaproveitados como leprosário, atitude pioneira no país (Disponível em http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=495).

No local, os hansenianos recebiam tratamento e eram isolados do restante da cidade. No entanto, a partir da década de 1960, a situação dos moradores da Colônia Antônio Aleixo começa a modificar-se, pois seu isolamento chegava ao fim pela construção da avenida André Araújo e, já na década de 1970, o então prefeito Jorge Teixeira Oliveira permite o livre acesso do fluxo de pessoas ao bairro cujas terras foram por ele loteadas.

A criação dos pavilhões onde os nordestinos eram abrigados foi um prenúncio de que Manaus expandir-se-ia ainda mais. No entanto, na contramão do isolamento, houve, em 1938 no sentido centro-sul, a criação do bairro do Parque Dez de Novembro, que teve importância significativa na produção da espacialidade de Manaus em função do balneário que nele existia e fornecia à população, no final de semanas, relaxamentos em suas águas cristalinas e geladas.

O acesso ao balneário se dava pela rua Recife, que descia do bairro de Adrianópolis, em pista pavimentada de cimento, até o Parque Dez. Nas imediações, onde hoje está aberta a avenida Efigênio Sales, uma vereda, antigamente conhecida por V-8, levava a inúmeras chácaras, todas tendo ao fundo o igarapé do Mindu, formando banhos particulares. O bairro estava nos limites extremos da cidade e, ao atravessar o igarapé, a floresta predominava em toda sua extensão. O local permaneceu por muito tempo como área de lazer, onde os manauenses se refrescavam dos dias quentes e se esqueciam do mormaço econômico que insistia em medrar na capital do Amazonas (Disponível em http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=514).

No período referente aos anos de 1940, bairros como Crespo, São Francisco e Aparecida passam a integrar o urbano de Manaus. O primeiro foi loteado pelo comerciante português Antônio Crespo, cuja área oficializou-se como bairro a partir de 1950, época em que Estado interferiu diretamente por meio da implementação de melhorias e distribuição de lotes.

Quanto ao bairro de Aparecida, “este é um dos mais antigos da cidade” (RIBEIRO FILHO, 1999, p. 50). No bairro é possível encontrar os descendentes de portugueses, onde alguns, inclusive, mantêm seus comércios. Em se tratando do bairro de São Francisco, ele surge em 1947, pela necessidade dos trabalhadores em residir nas proximidades da fábrica de carvão, ali instalada. Esse bairro possui específica relevância no que tange ao crescimento espacial de Manaus.

Sua origem se deve à empreitada do coronel Alexandre Montoril que, em 1951, loteou as terras e deu início ao processo de urbanização do bairro que, posteriormente, abrigou os ribeirinhos tanto da orla de Manaus como do interior do Amazonas, que sofreram com a grande cheia de 1953. Essas pessoas foram beneficiadas com lotes de terras para assim darem prosseguimento às suas vidas, no momento em questão, ameaçada pela cheia do rio Amazonas e seus afluentes.

A partir de 1947, em expansão ao centro-sul, acompanhando a linha do trem, surge acanhadamente o bairro Nossa Senhora das Graças. Seus primeiros moradores eram os paraibanos que estavam saindo dos seringais e procurando nas cidades melhores oportunidades de vida. No bairro, as primeiras terras ocupadas eram da maçonaria da cidade e denominou-se Beco do Macedo em homenagem a um dos primeiros moradores do local, o Sr. Alfredo Macedo.

O crescimento espacial de Manaus estava apenas iniciando. Na década de 1950 as partes sul e leste da cidade receberam moradores que fundaram o Santo Antônio, Petrópolis, São Jorge e São Lázaro. O Santo Antônio não surgiu de ocupação. As terras que deram lugar a um dos bairros mais animados da cidade foram loteadas e vendidas pelos empresários Joaquim Geraldo de Araújo (J. G. Araújo) e Isaac Benzecry, “que pretendiam plantar seringueiras nesse local, porém o apogeu da borracha já entrara em declínio, então lotearam as terras e as venderam” (Disponível em http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=526).

O bairro de Petrópolis, que também abrigou famílias atingidas pela cheia de 1953, assim como o São Francisco, origina-se mediante loteamento promovido pelo coronel Alexandre Montoril. Com relação ao bairro de São Jorge, seu surgimento ocorreu entre os anos 40/50, na parte noroeste da cidade, ainda despovoada. Nessa área, algumas famílias construíram um aglomerado de casas:

No bairro de São Jorge quase tudo era mato; para se locomover os moradores atravessavam enormes capinzais, abriam pequenos caminhos entre as árvores e

faziam varadouros. Com o desmatamento, abriram-se estradas atendendo os apelos da população [...] Não tinha nome o local. Suas designações proveram da própria sabedoria popular em analogia à natureza e a observância dos fatos. Segundo depoimento de seus primeiros moradores, a área ficou inicialmente conhecida como Pico das Águas e Bairro da Rocinha em virtude da umidade do lugar e existência de inúmeras roças, respectivamente. Depois passou a ser chamado de Morro das Corujas, relação esta com as terras íngremes e predominância desta ave no local. Nesse aspecto, há divergência de versão associado à ausência de luz elétrica. O último e definitivo nome originou-se de um plebiscito, no qual o nome São Jorge, o Santo Guerreiro, tornou-se o grande vencedor (SÃO JORGE DOS ORIXÁS. Secretaria de Comunicação Social. História do Bairro de São Jorge, 1990, p. 11).

Quanto ao bairro São Lázaro, esse surgiu com a fixação dos ex-seringueiros, em sua maioria nordestinos, que em função da redução e/ou extinção das atividades concernentes ao seu ofício buscavam, em sua vinda a Manaus, alternativas para garantirem seu sustento. Com isso, a espacialidade da cidade passa a ser modelada mediante a necessidade do outro, seja ele o nordestino, o ex-seringueiro (incluem-se aqui os não nordestinos) e o interiorano. O fato é que a necessidade dessas pessoas se materializou na busca pela sobrevivência, e a casa é condição necessária à reprodução da vida.

O nordestino veio a Manaus refugiado da seca, os ex-seringalistas após a crise da borracha em busca de alternativas econômicas para continuar vivendo e o interiorano refugiou-se da grande cheia dos rios vivenciada por eles em 1953. Nesse período surge em Manaus a cidade flutuante, também determinante para a produção da espacialidade da urbe.

Essa cidade, assim denominada porque se estruturava por um aglomerado de casas construídas sobre toras de madeira que permitiam sua estabilidade sobre as águas do rio Negro, “representou uma alternativa barata de moradia àqueles que não tinham condições de habitar em terra” (OLIVEIRA, 200, p. 79), propiciando à orla paisagem singular, reflexo da necessidade da habitação pelos habitantes que em Manaus residiam.

No entanto, em 1965, no governo do Sr. Arthur Reis, as residências da *cidade flutuante* foram gradativamente removidas; todavia, “ao contrário do que o governo dizia, a retirada das moradias flutuantes se deu em função do aspecto paisagístico do local que incomodava o *portal* de entrada da cidade, das dificuldades de acesso da navegação ao rodway e, principalmente, a implantação do projeto Zona Franca de Manaus” (RIBEIRO FILHO, 1999, p. 17).

Em função da remoção das residências, conforme afiança Oliveira (2001), os moradores “com maior poder aquisitivo foram transferidos para os conjuntos residenciais de Flores e da Raiz” (p. 79). Em contrapartida, os desprovidos de situação financeira favorável receberam, segundo o mesmo autor, apenas materiais para construir suas casas em outro local da cidade.

Entretanto, para que houvesse a fixação dessas populações, advindas em função das circunstâncias acima citadas, foi necessária a expansão territorial de Manaus que se apresentava limitada em detrimento dos igarapés que a cortavam, barreiras naturais, superadas por construção de pontes. Destacam-se nesse momento os escritos de José Aldemir de Oliveira ao inferir:

Ser as pontes os mais importantes vetores na determinação da morfologia da cidade no período de 1920 a 1967 [...] Ao mesmo tempo em que constituíam como fatores de embelezamento urbano articulados a uma proposta urbanística, para a cidade, as pontes possibilitaram a expansão da cidade no sentido do oeste para o leste, ultrapassando os igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, na avenida Sete de setembro, e no sentido sul para o norte através da avenida Constantino Nery, ultrapassando o igarapé da Cachoeira Grande (2001, p. 96-97).

Assim, a “ponte dos Bilhares sobre o igarapé da Cachoeira Grande, numa extensão de 54 metros, possibilitou a expansão da cidade para noroeste ligando o bairro de São Geraldo ao São Jorge e, posteriormente, à praia da Ponta Negra, sendo a ponte inaugurada em 1952” (Ibidem, 2001, p. 98). Em função do elo

estabelecido pela ponte no final década de 1960, Manaus passa a receber outras infraestruturas, destinadas não apenas à circulação, mas também ao esporte e lazer.

Foi o caso do estádio Vivaldo Lima, localizado na avenida Constantino Nery. A história da produção desse estádio se entrelaça à produção daquele que é um dos maiores bairros da cidade, oriundo do processo de ocupação de terras: o Alvorada, inserido no ano de 1968 no urbano de Manaus ao redor do estádio. A ocupação do Alvorada ocorreu por meio da iniciativa do Sr. Fernandes,¹⁴ engenheiro agrônomo que veio de Brasília a Manaus em 1968, encarregado de cuidar do gramado do Vivaldo Lima. A respeito da criação do bairro, em entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2009, o Sr. Fernandes relata:

Eu tinha uma namorada que morava em Educandos e quando eu deixava a menina na ponte do Educandos, ela pegava uma catraia e ia para a casa dela e subia na casa dela pela cumeeira igual rato. Aí eu fiquei indignado (...) aqui em Manaus tem tanta terra e tem gente morando igual rato! Como eu trabalhei em Brasília, conheço bem esse problema urbano da população que não tem poder aquisitivo. Aí resolvi fazer um bairro e comecei a trabalhar no domingo e quem me ajudava era o pessoal que trabalhava no Vivaldo Lima. Aí nos fizemos a locação das ruas e a distribuição dos terrenos. Aí, nós demos um prazo de um mês para ocupar os terrenos. Eles achavam pouco tempo e eu disse: – Negativo, aqui nós temos paus e palhas, é só fazer um rabo de jacu, que era uma construção de campo que se tinha três paus em forma de pirâmide e se coloca em cima as palhas. Daí ter se chamado de cidade das palhas. Como eu via que o bairro estava aumentando e crescendo, aí mudamos para o nome do Alvorada em homenagem ao Palácio Alvorada, que eu morei quase 45 dias como engenheiro responsável pelas obras de lá e como eu morei lá esse tempo e minhas raízes sentimentais estão em Brasília, eu coloquei esse nome.

Há de ressaltar-se que a empreitada do Sr. Fernandes propiciou a Manaus a produção de um bairro cujo surgimento causou outro impacto na espacialidade da cidade previamente modelada até a década de 1960 pela crise da borracha, a enchente dos rios de 1953 e o desalojamento dos moradores da cidade flutuante.

¹⁴ O Sr. Fernandes possui toda a documentação referente não só à época em que prestava serviços no Vivaldo Lima, mas também do início da produção do Alvorada.

Esses vetores de expansão impulsionaram o crescimento populacional da capital amazonense que, em 1960, pelos dados do IBGE, abrigava aproximadamente 173.703 habitantes, que correspondia a 24,5% da população do Estado. No entanto, a *Paris dos Trópicos* ainda estava por sofrer suas maiores transformações, pois, em 1967, ocorre a criação da Zona Franca de Manaus e com ela a esperança de que Manaus revivesse outra fase economicamente pujante.

2.3 MORADIAS POPULARES E A (RE)PRODUÇÃO DA ESPACIALIDADE URBANA DE MANAUS A PARTIR DE 1970: A ZONA FRANCA DE MANAUS

A situação econômica de Manaus pós-economia da borracha deixava transparecer que a cidade dificilmente se ergueria no cenário nacional como uma das grandes capitais econômicas do Brasil até a criação da Zona Franca de Manaus, cujo objetivo inicial não apenas restringia-se à elevação econômica do Amazonas, mas também prover a ocupação da Amazônia até então caracterizada como um “vazio demográfico”. No mais, o modelo ZFM foi

idealizado pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o governo federal, por meio do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Foi instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locacionais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada (Disponível em www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm).

A Zona Franca propiciou novo fôlego à economia do Amazonas, pois “os modelos de Zonas Francas revelam-se extremamente férteis do ponto de vista da acumulação de capital” (SCHERER, 2005, p. 29), que ocorreu expressivamente

em Manaus permitindo assim que a cidade passasse novamente a ser idealizada como o lugar das oportunidades, tornando-se grande polo atrativo para os que almejavam conquistar melhores condições de vida.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) transparecem o momento vivido por Manaus com essa nova situação econômica. A população citadina, como anteriormente mencionada, a partir de 1960, era de 173.703 habitantes que em números representavam 24,5% da população do Estado. Com a implantação da Zona Franca, em 1970, a população do Amazonas sofre acréscimo de 79% elevando sua população para 311.622 habitantes, consolidando a ideia de ocupar um grande “vazio demográfico”.

Em contrapartida, dos mais de 300.000 habitantes, 32,6% da população do Estado residia em Manaus representando acréscimo de 137.917 habitantes em apenas dez anos. Esse acréscimo pode parecer pouco para uma década, porém, em se tratando de uma cidade cujas barreiras geográficas no que tange à acessibilidade não são tão favoráveis (visto que seu alcance ocorre por via aérea – que é caro – ou fluvial – não muito caro, porém pode ser demorado), é possível dimensionar que o aumento populacional foi significativo e tem como principal vetor a implantação da Zona Franca.

Em função desse crescimento populacional, o espaço urbano da cidade passa a sofrer fortes intervenções por parte dos novos habitantes que, sem ter onde morar, iniciam o processo de ocupação “com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade” (SCHERER, 2005, p. 29). O processo de ocupação primeiramente ocorreu nas margens dos igarapés, modificando a paisagem urbana, que “não pode ser considerada como uma simples imagem, tampouco mera localização, mas como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais” (OLIVEIRA, 2001, p. 22).

Dentre os primeiros igarapés de Manaus ocupados, destaca-se o igarapé de Manaus, do Quarenta e Mestre Chico. Os migrantes sentiam-se livres para construir suas casas no curso dos igarapés, porque a “água, ao contrário da

terra, não se constituiu propriedade privada; portanto, não é, no sentido da moradia, mercadoria” (OLIVEIRA, 2001, p. 79). Assim, os igarapés foram alternativas mais viáveis para os novos habitantes que edificavam suas palafitas¹⁵ e por lá alimentavam seus sonhos em adquirir emprego na capital amazonense.

Estabelecendo análise comparativa, de 1920 a 1969, surgem aproximadamente 17 bairros e, durante a década de 1970 surgem 9 (nove) bairros dos quais 4 (quatro)¹⁶ por meio da ocupação ilegal das terras, sem contar com a ocupação das margens dos igarapés por parte das famílias que vinham a Manaus e não possuíam casa para morar, bem como da ocupação de terras de lugares como Lírio do Vale, ocupado em 1975.

Certamente, o “fenômeno essencial que determina o crescimento urbano é o das migrações. A fuga para as cidades é em geral considerada muito mais como um *push* rural do que um *pull* urbano, quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana” (CASTELLS, 1983, p. 89), isto implica, por exemplo, que as ofertas de emprego, moradia, escolas, podem ser inferiores à demanda migratória dos centros urbanos.

Em se tratando de Manaus, dos muitos migrantes que aqui chegavam, os do Nordeste continuavam sendo maioria, mas a participação das pessoas que advinham do interior do Estado do Amazonas com a ilusão de vida economicamente melhor na capital também foi significativa.

Os migrantes tiveram desempenho significativo na modelagem da espacialidade urbana da cidade. Suas participações foram tão expressivas durante toda a década de 1970 que, ao chegar em 1980, a população citadina praticamente apresentava-se o dobro registrado em 1970. Por certo, “o Estado fez

¹⁵ Habitações suspensas em madeira que se ajustam ao regime das águas dos rios amazônicos.

¹⁶ Coroadó, Redenção, Santo Agostinho e Vila da Prata.

vista grossa ao intenso processo migratório” (SCHERER, 2005, p. 40), e Manaus, segundo os dados do IBGE, alcançou a média de 634.756 habitantes, dos quais grande maioria começa a chegar do Estado do Pará. Constatase, com isso, que os escritos de Castells aplicam-se a Manaus, pois foi o processo migratório que acelerou o crescimento urbano da cidade que, nesse momento, já concentrava 44,4% da população do Amazonas e ainda assim continuava atraindo um contingente populacional significativo.

Em termos de crescimento espacial, a década de 1980 (ver Imagens 1 e 2) surpreende por, nesse período, registrar a produção, entre bairros e conjuntos habitacionais, de 22 novas áreas destinadas à moradia, das quais grande maioria construída no sentido norte e leste da cidade.

IMAGEM 02– ÁREA URBANA DE MANAUS



Imagem 2 – Área Urbana de Manaus entre 1980 e 1981. Fonte: Implurb, 2008.

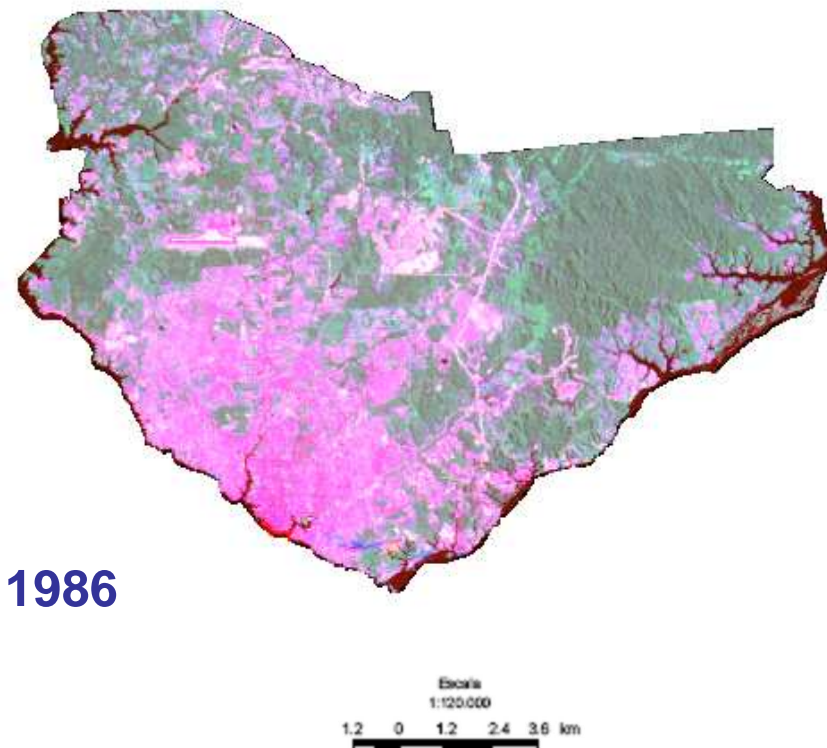
IMAGEM 03 – ÁREA URBANA DE MANAUS - 1986

Imagem 03 – Área Urbana de Manaus entre 1980 e 1981. **Fonte:** Implurb, 2008.

Observa-se por meio da Imagem 1 a concentração da ocupação ao sul e centro-sul da urbe, estando as Zonas Centro-Oeste, Leste e Norte da cidade desprovidas de concentração espacial. Circunstância essa que perdura até meados da década em questão, pois a espacialidade de Manaus no período compreendido pela década de 1980 (Imagem 2) é o reflexo da expansão territorial manauense para o norte e leste em face da produção das moradias populares pela ocupação ilegal de terras, bem como a produção dos conjuntos habitacionais intensificada no ano de 1986.

Em se tratando da Zona Leste, há de ressaltar-se, nesse período, que a fração desse território concentrou a produção de dois dos seus maiores bairros: Armando Mendes e Zumbi (1986). No que diz respeito à história desses bairros, o

que os diferencia é que o Armando Mendes foi planejado para abrigar moradores provenientes de outras zonas geográficas da cidade, principalmente aqueles das margens dos igarapés. Entretanto, no decorrer de sua produção, o bairro teve seu entorno ocupado ilegalmente.

Quanto ao Zumbi, sua área pertencia à congregação salesiana do Amazonas e, “em setembro de 1986, cerca de trezentas famílias, que haviam sido expulsas da invasão Cê Que Sabe, na comunidade São Sebastião, bairro do Aleixo, invadem o local sob a coordenação da irmã Helena Augusta Wallcott, da Pastoral da Terra, e de militantes do PCdoB e do PDT” (Disponível em http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=537).

É interessante frisar que no bojo da construção das moradias populares, os conjuntos habitacionais também aparecem como responsáveis pela espacialidade de Manaus. Dentre os principais conjuntos habitacionais¹⁷ criados, Oliveira & Costa (2007) evidenciam os conjuntos de Flores no bairro do mesmo nome e o Costa e Silva na Raiz, conjunto Castelo Branco no Parque Dez, conjunto 31 de Março (próximo ao Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, que deu origem ao bairro do Japiim), conjunto Ajuricaba (Zona Centro-Oeste) e conjunto Cidade Nova.

Os autores, ao relatarem a criação de alguns conjuntos habitacionais, também contribuem para o entendimento da reprodução da espacialidade de Manaus, pois mencionam que, com a infraestrutura dessas áreas, outras pessoas, pelo processo de ocupação ilegal de terras, instalaram suas residências nos arredores desses conjuntos. É o caso dos conjuntos Ajuricaba, Cidade Nova

¹⁷ Dos conjuntos habitacionais construídos em Manaus, muitos surgiram por meio do Sistema Financeiro de Habitação implementado em 1964. O SFH foi o mais ambicioso programa governamental para o setor habitacional jamais feito no Brasil, o qual financiou mais de seis milhões de novas habitações em seus mais de trinta anos de existência [...] O órgão central do SFH era o BNH, responsável pelo gerenciamento do FGTS, pela normatização e fiscalização da aplicação dos recursos das cadernetas de poupança, e pela definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais. Cláudio Hamilton M. Santos. Disponível em http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0654.pdf. Acesso em 3/1/2009.

e Nova cidade. Aliás, Oliveira & Costa retratam que o conjunto cidade Nova “foi o vetor de expansão urbana da Zona Norte por causa do número de conjuntos populares construídos nos anos 90 e do número de ocupações espontâneas que ocorreu no seu entorno” (Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24530.htm>).

Entre os anos de “1990 e 1993, a ZFM atravessou sua pior crise. Nesse período, as indústrias da ZFM demitiram mais de 26.300 trabalhadores” (SCHERER, 2005, p. 33). No entanto, contrapondo-se a essa circunstância, é na década de 1990 que Manaus possuiu crescimento populacional absoluto mais expressivo. Os dados do IBGE mencionam que, à época, aproximadamente 1.011.501 habitantes residem na cidade, o que corresponde a 48,1% dos habitantes do Amazonas.

Indubitavelmente a conjuntura econômica a qual o país vivencia, associada às ações implementadas pelo Estado que disponibilizam incentivos fiscais com o intuito de atrair empresas, principalmente multinacionais, segundo Elenise Scherer (2005), proporciona a capital à redefinição da vida social amazonense em todas as esferas. “Compõe-se uma nova força de trabalho, constituída por levas de caboclos que migram para a cidade de Manaus [...] nesse contexto, a Zona Franca, com todo o seu aparato industrial, constituía-se na possibilidade de uma vida melhor” (p. 40), circunstância responsável por promover o fascínio¹⁸ naqueles que para a cidade transferiam suas vidas.

Assim, na década de 1990, Manaus recebe mais 16 novas áreas destinadas à moradia (ver Tabela 1 e Imagem 3), sendo a maioria produzida na

¹⁸ Para além das atividades econômicas, a cidade também é o lugar de morar, de trabalhar, de circular e de cuidar do corpo e do espírito (OLIVEIRA, 2001, p. 103). Assim, evidencia-se ser a Zona Franca um dos fatores que impulsionaram a vinda de migrantes do interior do Estado a Manaus. Em contrapartida, esse processo de migração não se encerra nem se explica apenas em decorrência da criação da Zona Franca. É necessário frisar que outras circunstâncias, aqui não listadas, corroboram para a prática da migração.

Zona Leste da cidade. Contudo, as Zonas Sul e Oeste também receberam novos moradores.

Tabela 1 – Cronologia dos principais bairros e conjuntos habitacionais – década de 1990

Seq.	Bairros/Conjuntos	Zona	Ano de Surgimento
1	Jardim Versailles	Oeste	1990
2	Nova República	Sul	1990
3	Valparaíso	Leste	1990
4	João Paulo	Leste	1992
5	Nova Conquista	Leste	1992
6	Nova Floresta	Leste	1992
7	São Lucas	Leste	1994
8	São Pedro	Oeste	1994
9	Gilberto Mestrinho	Leste	1995
10	Santa Inês	Leste	1995
11	Francisca Mendes	Norte	1996
12	Nova Cidade	Norte	1996
13	Parque Riachuelo	Oeste	1997
14	Alfredo Nascimento	Norte	1998
15	Grande Vitória	Leste	1998
16	Parque das Nações	Oeste	1998

Fonte: Portal Amazônia. Disponível em: [http:// www.portalamazonia.globo.com](http://www.portalamazonia.globo.com) - Organização: Tatiana Barbosa, dez./2008.

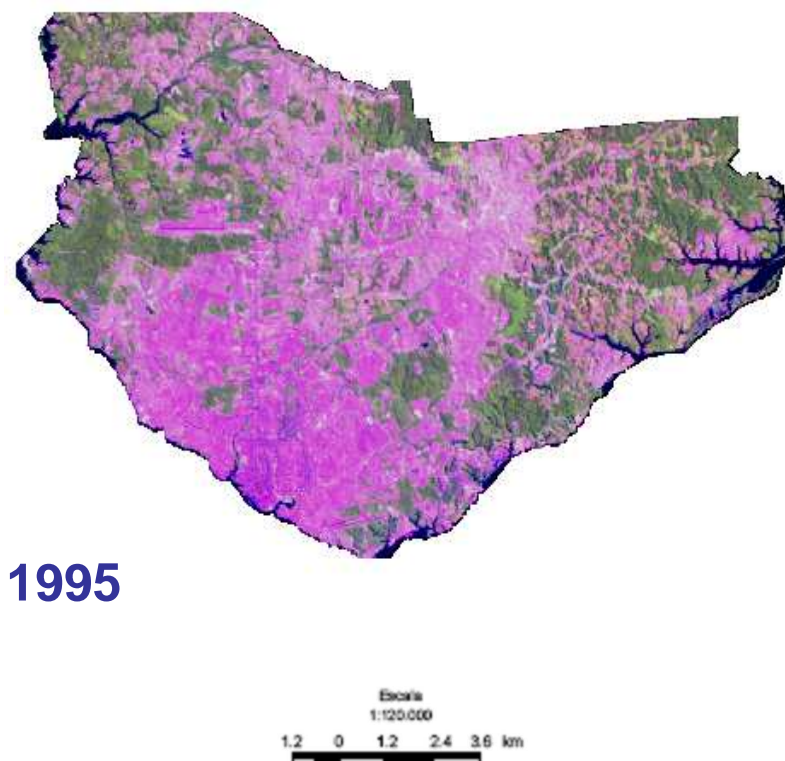
IMAGEM 04 – ÁREA URBANA DE MANAUS - 1995

Imagem 04 – Área Urbana de Manaus em 1995. **Fonte:** Implurb, 2008.

Visivelmente espreada, é assim que se observa a Manaus da década de 1990. Seu espaço urbano está denso nas áreas sul e centro-sul. Ao norte, já não se visualiza com facilidade o verde que caracterizava a cidade das décadas passadas; a leste ainda se sobressaem algumas áreas passíveis de ocupação. Já as Zonas Oeste e Centro-Oeste, estas ainda não estão densamente povoadas, mas também evidenciam indícios de futuras transformações.

O crescimento de Manaus intensificou-se nos anos 2000, época em que a cidade concentrou 1.403.796 habitantes, ou seja, 49,41% da população do Amazonas, proporcionando, portanto, acréscimo nas contradições oriundas dos problemas inerentes à sociedade heterogênea produtora do espaço. Como

exemplo, cita-se o fato de que concomitante ao crescimento populacional há acréscimo na demanda por moradias.

É necessário fazer referência que a espacialidade citadina, no período compreendido entre 2000 e 2008, sofre modificações socialmente construídas mediante a produção de condomínios verticalizados ou fechados. Embora inicialmente esses condomínios tenham sido construídos para as pessoas com renda relativamente elevada, *a posteriori* os empreendimentos imobiliários também começam a voltar-se para as classes populares. Mesmo assim, Manaus vive entre 2000 e 2008 intensos conflitos pela posse de terras urbanas com vistas à aquisição da habitação.

Há de destacar-se, também, que entre os anos de 2000 e 2008, Manaus tem as áreas norte e leste modelando sua espacialidade por meio da produção das ocupações. Dados da extinta Secretaria de Estado de Terras e Habitação – Sethab evidenciaram ter, de 2000 a 2003, surgidos na cidade 54 ocupações que, além de terem contribuído para o crescimento espacial da urbe, acrescentou à sua espacialidade as marcas da sociedade nela inserida (Ver imagem 05 p. 71).

Por certo, Manaus muito encantou por suas belezas naturais quem por aqui passava no início de seu surgimento. A cidade de hoje transformou-se com a sociedade e continua encantando, mas não apenas com suas belezas naturais. Ainda em 1800, Henry Bates descreve:

nossa imaginação cria asas quando refletimos sobre o provável futuro desse lugar, situado no centro da região equatorial da América do Sul, encravado num território quase tão vasto quanto a Europa, em que cada polegada do solo é de uma exuberante fertilidade, um lugar que dispõe de comunicação fluvial com o Atlântico, de um lado, e as repúblicas da Venezuela, Nova Granada, Equador e Bolívia de outro (p. 134).

Provavelmente, Bates tenha imaginado que a Manaus por ele no momento presenciado transformar-se-ia em um grande centro econômico, em razão de seu posicionamento geográfico. Talvez também tenha pensado que os homens que aqui a administrariam a deixariam cada vez mais bela. Por certo, isso ocorreu. Manaus é um centro econômico cujas paisagens predominantes encantam quem a ela aprecia. Entretanto, no que concernem às moradias populares, é possível observar que a produção da espacialidade da cidade revela o que pode ser a face mais obscura da urbe: a Manaus das invasões.

2.4 OCUPAÇÕES URBANAS: A PRODUÇÃO DAS MORADIAS POPULARES EM MANAUS

A relação do homem com a produção do espaço transcende a sua produção. No capítulo anterior já se esclareceu que o homem produz, reproduz e consome o espaço geográfico. Dentre as muitas formas de consumo do espaço, pode-se mencionar ser a destinada à habitação e moradia as mais prementes. Habitar é necessidade vital para o ser humano. Produzir a moradia é sinônimo de reprodução da vida, necessária à perpetuação da reprodução do espaço.

Em se tratando da produção das moradias populares em Manaus, somos guiados a pensar nas ocupações urbanas que, de modo algum, é um processo específico desta cidade; porém, como visto, as formas como as ocupações intervêm na produção da cidade, sim, pois a cidade esprou-se, modelou-se, produziu-se e reproduz-se em função do processo de ocupação ilegal de terras.

Para darmos início à reflexão acerca das ocupações urbanas, primeiramente é necessário compreender que, ao ocupar um terreno, a dimensão do planejado foge ao controle do poder público e aloja-se nas mãos dos ocupantes que passam a programar sua vida sem as intervenções imediatas do Estado que, nesse caso, não determina como e quem deve ocupar o espaço, ficando tal função restrita àqueles que estão à frente das ocupações.

Diante desse processo, Pierre Bourdieu (1984) esclarece que os socialmente excluídos, aqueles que não têm voz e parecem não ser vistos, delegam poderes aos *plenipotenciários*,¹⁹ com a finalidade de não mais aparentar ser transparentes e finalmente existirem perante o poder público. Para Bourdieu, quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de ser falados (1984, p. 192).

É nesse momento que surgem seus representantes e os organizam por intermédio de movimentos sociais. Os movimentos buscam legitimar a necessidade de outrem pela moradia. Ressalta-se, porém, que “é o conflito de classes que mobiliza os movimentos sociais e estes não são outra coisa senão uma expressão direta ou indireta daquele” (RESENDE, 1998, p. 211).

¹⁹ Ministro, mandatário, delegado, porta-voz, deputado, parlamentar, é uma pessoa que possui representação para fazer valer os interesses e direitos de uma pessoa ou um grupo (BOURDIEU, 1984, p. 187).

Todavia, os que recebem o poder de representação por vezes tende a delegar em favor de si próprio, situação essa geralmente não declarada publicamente. Em se tratando de Manaus, o Estado em 2003, como estratégia de política pública no combate às invasões, fez questão de divulgar um pacto com os invasores, no caso, representado por seus porta-vozes. “O Governo estabeleceu um pacto com os invasores: eles não conduzem nenhuma invasão e, em troca, o poder público implementa uma política de acesso à terra” (JORNAL A CRÍTICA, de 21 de setembro de 2003).

Esse pacto claramente tinha a missão de impor um freio na produção de novas ocupações. Todavia, o real sentido desse acordo foi cooptar àqueles que representavam a maioria e trazer para junto de si os que tinham o controle sobre os demais.

Essa estratégia consiste em beneficiar os líderes que, por sua vez, vão retribuir tais benefícios exercendo as funções desejadas pelo Estado. Ao declarar da existência desse pacto, o atual governo do Estado, cujo mandato iniciou-se em 2003 e estende-se até 2010, vangloriou-se do sucesso de sua medida implementada, pois, na mesma reportagem, o secretário de Estado de Terras e Habitação, da época, mencionou: *Tivemos este ano (2003) uma média de três tentativas de invasão por dia e nenhuma vingou* (Ibidem).

Certamente, em se tratando de ocupações urbanas, muitas particularidades existem nas oriundas em Manaus. Dentre elas, cito as duas principais: a velocidade com que surgem, pois em sua maioria as ocupações são produzidas em menos de 24 horas, e sua organização espacial.

A essa segunda especificidade, evidencia-se que em entrevista a um integrante de ocupação²⁰ durante o “I Seminário Estadual sobre ocupação e

²⁰ Atendendo à solicitação do entrevistado, a pesquisa não identificará a qual ocupação ele pertence, tampouco divulgará sua identidade.

resoluções de conflitos na terra urbana”, onde foi possível extrair que os líderes das ocupações têm a preocupação de se articularem planejando desde a área a ser invadida até o repasse de informações como dia e hora do processo e, onde, por vezes, até o transporte aos ocupantes é disponibilizado.

O entrevistado também menciona o fato de que tão logo cheguem à área, as pessoas vão se alojando e sendo orientadas conforme determinações dos líderes que estabelecem quais as áreas que não poderão ser ocupadas por estarem destinadas à construção de posto de saúde, escolas, quadra de esportes, igrejas e praças.

Com base nas informações disponibilizadas, a situação acima transparece que os líderes agem à revelia do poder público, mas têm consciência da necessidade da intervenção do Estado para, no caso da consolidação da ocupação, executarem os planos previamente idealizados no início da ocupação.

2.4.1 SURGIMENTO, EVOLUÇÃO E POSSÍVEL CONSOLIDAÇÃO DAS OCUPAÇÕES URBANAS – BREVES REFLEXÕES

Desemprego, déficit habitacional, ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas à produção da moradia, especulação imobiliária, inexistência de áreas destinadas à função social e indústria da invasão,²¹ estes são os primeiros itens que surgem ao tentar-se compreender o processo de produção das ocupações urbanas em Manaus.

Quanto ao desemprego, Elenise Scherer (2005) explicita não ser novidade histórica. A autora evidencia que “o mundo capitalista encerrou o século com mais de 800 milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados” (p. 15). É

²¹ Termo designado aos ocupantes que se apropriam da terra para posteriormente vendê-las.

sabido que no capitalismo as relações de produção são favoráveis aos detentores de capital estando os demais sujeitos a segregarem-se no âmbito das relações econômicas.

Em termos habitacionais, essa segregação econômica é facilmente identificada no espaço urbano. Por sua vez, a falta de emprego ou o subemprego limita o ser humano. Morar requer dinheiro. Concomitante a falta de emprego, há a falta e/ou precariedade das habitações. Ter casa pressupõe ter o mínimo de estruturas favoráveis à reprodução da vida. “A moradia pode ser caracterizada, por um lado, com relação ao seu lugar no conjunto do sistema econômico e por outro enquanto *produto* com características específicas (CASTELLS, 1983, p. 225).

Certamente os processos capitalistas que envolvem o desenvolvimento urbano são contraditórios. A relação entre ter um lugar para morar implica assegurar a reprodução da força de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista precisa da permanência da força de trabalho, limita o acesso à habitação. “A questão da moradia revela-se assim, como estando no centro da dialética conflitual para a apropriação social do produto do trabalho” (CASTELLS, 1983, p. 249).

Esse processo, por sua vez, gera o déficit habitacional, sendo ele entendido como “noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação, 2006). No Amazonas, estimativas da Fundação João Pinheiro (2006) estabelecem que, entre 2000 e 2002, o déficit habitacional no Estado do Amazonas era de 174.924 habitações. Em 2004, esse número saltou para 206.391 unidades habitacionais. Em 2005, o déficit chegou a 212.487 e, em 2006, houve redução para 200.000 habitações.

A explicação para a redução desse déficit talvez seja a implantação da política habitacional do governo do Amazonas. Dados da Superintendência da

Habitação (Suhab) evidenciam que, de 2003 a 2007, o governo construiu aproximadamente 28.939 casas, sendo todas no município de Manaus. É importante ressaltar que estimativas da Fundação João Pinheiro apontavam haver, no ano de 2000, na capital amazonense o déficit de aproximadamente 68.000 habitações. Todavia, em detrimento, cinquenta e quatro (54) ocupações surgidas na cidade entre os anos de 2000 e 2003, os números conotam ser surreais.

No cerne das questões relacionadas à aquisição da moradia também está a especulação imobiliária. Em Manaus, tal processo é muito intenso. Muitas são as áreas ociosas que ao seu redor vão adquirindo infraestrutura e valorizando-se. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso a terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano (SANTOS, 1994, p. 96).

Essa especulação limita àqueles cujas condições econômicas não são favoráveis à aquisição da habitação, pois as áreas especuladas só estarão à disposição da população a partir do momento em que estiver no auge de sua valorização. Tal prática tende a expulsar os financeiramente menos favorecidos para áreas cujas condições de moradia estejam aquém das ideais.

A prática da especulação imobiliária também corrobora para outra situação: a inexistência de áreas destinadas à função social. Essas áreas têm a função de destinar terras ociosas para abrigar benefícios de interesse social, podendo ser destinadas à moradia, praças, quadras de esportes, centros comunitários e afins.

Dentre os seis itens brevemente mencionados, provavelmente o mais inquietante fica com a indústria da invasão. Em função desse processo, surgem ao menos mais duas reflexões: Os ocupantes de terras, ao submeterem-se à apropriação ilegal, realmente necessitam de habitação ou apenas utilizam-se desse processo para obter proveitos financeiros?

Indubitavelmente, essa reflexão requer cautela, pois em momento algum se deve tomar partido de A ou B, tampouco rotular as pessoas que participam desse processo. A princípio, é interessante mencionar que em qualquer segmento da sociedade existem pessoas de boa e má índole. Os ocupantes de terras em Manaus são vistos, em sua maioria, como vândalos, pois essa é a imagem que a imprensa costuma repassar à população que não participa desse processo. Por sua vez, os ocupantes aproveitam-se do discurso da necessidade por habitação, pois sabem que ele conota forte comoção social para assim se defenderem.

O fato é que da mesma forma que há pessoas necessitadas por habitação, há os aproveitadores que os utilizam como escudo, ocupam as terras e posteriormente as vendem. Em Manaus, tal situação foi verificada em 2004, na ocupação denominada Carbrás. Nela, lotes foram oferecidos por R\$ 500,00, R\$ 1.000,00 e até R\$ 5.000,00 por alguns membros da ocupação.

O preço dos lotes variava conforme posicionamento do terreno. O detalhe é que, aos olhos, não havia sequer indícios de que os terrenos estavam melhor posicionados. Nesse momento retomo à questão de que na cabeça de seus moradores havia toda uma estratégia de planejamento. Quase tudo estava previamente concebido, o que nos leva a inferir que as ocupações não são desordenadas, tampouco espontâneas.

Mediante as reflexões aqui inseridas, constata-se que, em se tratando da ocupação de terras na cidade, muito há para ser analisado. A prática das invasões ocorre há mais de trinta anos em Manaus e se tornou comum para os habitantes que se definem como desprovidos de habitação. Essa prática fornece indícios de que não cessou e não deverá cessar, pois, durante a pesquisa, foi possível encontrar nas ocupações recentes os filhos dos moradores residentes em bairros que se originaram em função do processo de ocupação de terras.

Ademais, outro fator interessante nesse processo diz respeito à mobilidade existente nas ocupações. Os ocupantes tendem a se mudarem do lugar invadido de origem, porém vão para outras áreas de ocupações. Isso ocorre porque, com o

passar dos anos, a área consolidada vai adquirindo determinado valor, pois embora demore, se consolidada a ocupação, irá ser beneficiada primeiramente com energia, depois asfalto e posteriormente de alguns equipamentos de uso coletivo.

A pergunta que se segue é: Será possível o indivíduo que obtém sua casa, por meio de ocupação, mudar-se da área adquirindo outra residência cujo terreno não tenha sido adquirido da mesma maneira que o anterior?

Lúcio Kovarick (1979) explicita que tal situação só ocorre mediante duas situações. A primeira é tendo o ocupante ajuda dos parentes que os retiram das ocupações, ou pela intervenção do poder público que disponibiliza casas em melhores condições para essa população.

Quanto à consolidação das ocupações, talvez o que difere as ocupações oriundas no passado das atuais vem a ser a rigidez com que elas estão sendo combatidas pelo poder público. O discurso da intolerância às novas ocupações está sendo o carro-chefe do poder público e essa repressão vem ocorrendo com a justificativa do Estado em querer organizar a cidade.

Nesse momento, observa-se claramente a ação controladora do Estado que tenta regular o espaço urbano atendendo às suas necessidades e fortalecendo para a população que não participa desse processo a imagem de que os ocupantes promovem a desordem da cidade, empurrando-os à condição do não pertencimento à cidade. Como se dela não fizessem parte. Como se a ela não tivessem direitos.

Por certo, houve ausência de planejamento no decorrer da produção da espacialidade de Manaus gerando, aos olhos de alguns, desordem (menciono isso levando em consideração a produção das moradias populares da cidade). Mas esse planejamento não esteve ausente por parte daqueles que produziram suas moradias via ocupação de terras.

Em função disso, a intenção no capítulo que se segue é evidenciar como a ocupação Rio Piorini, surgida em 2002, e o Coroado (passados mais de trinta e cinco anos), um bairro oriundo de ocupação urbana, se apresentam na espacialidade de Manaus. Teriam seus moradores a certeza de que constroem a cidade? Que dela fazem parte e que a ela têm direitos?

3 OCUPAR PARA MORAR? REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE TERRAS EM MANAUS

O processo de aquisição da moradia por meio das ocupações pode representar, antes de qualquer outro aspecto, a demonstração de coragem, força e por vezes de vontade de viver do ser humano. O processo não é simplificado: exigem estratégias, articulação e confiança entre as vozes e seus porta-vozes que, no momento de sua criação, revelam haver entre os seus comandados a necessidade da habitação.

Nilciana Souza (1999) aponta que as ocupações ocorrem em bloco, onde um certo número de famílias se junta e identifica onde há áreas ociosas; escolhe a área; muitas vezes descobre até quem é o proprietário e estabelece a data da ocupação conjunta. Com esse processo, além da possibilidade de surgimento de um novo bairro, há o ressurgimento da esperança por parte dos ocupantes em obter sua moradia.

Certamente, pouco se sabe não apenas das reais circunstâncias que levam as pessoas ao ocuparem terrenos alheios, mas também, como, uma vez realizada, as ocupações se configuram no dia a dia da cidade. Por certo, parte da explicação para o não conhecimento a respeito das ocupações e os processos que nelas permeiam justifica-se em detrimento das particularidades apresentadas a cada nova ocupação. Fato esse que limita a conclusão dos porquês relacionados a esse processo.

As ocupações carregam consigo um forte apelo social, pois “trata-se de populações cuja maioria não dispõe de alternativas legais para aceder um abrigo ou habitação” (NUNES, 2006, p. 40), e que legitimam seus atos impetrando o

discurso da obrigatoriedade da moradia, que ganhou mais força após alteração da redação do art. 6.^o²² da Constituição de 1988 (cujo texto foi promulgado em 5 de outubro do referido ano), por meio da Emenda Constitucional de n.º 26,²³ de 14 de fevereiro de 2000, que elevou a moradia ao *status* de direito constitucional.

A legitimação do direito à moradia se apresenta no cenário brasileiro como o reconhecimento formal de que a habitação é item indispensável à reprodução da vida. Não obstante, havendo a ocupação ilegal de terras, obviamente há apropriação indevida nas propriedades novamente justificada pelo discurso de que todos têm os mesmos direitos; nesse caso, é o direito à propriedade que vigora. Todavia, esse arrazoado possivelmente proporciona negação por parte dos ocupantes, do direito à propriedade de quem obteve seu terreno ocupado.

Surgem, nesse momento, algumas indagações: Em Manaus, os que não têm casa precisam mesmo ocupar para morar? Esse processo possui legitimidade diante dos números que evidenciam o déficit habitacional? As ocupações promovem pressão no Estado?

Inicialmente, os ocupantes alegam se apropriarem de terrenos que estão ociosos mencionando que quem não possui casa, não deixa um terreno “vazio”. Entretanto, ao iniciar o processo de ocupação, o ocupante “(...) passa a ser definido na cidade por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império

²² Art. 6.^o – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/con1988_5/10/1988/art_6_.htm Acesso em 3 de janeiro de 2009.

²³ “Art. 6.^o – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/emc26_14.02.2000/emc26.htm Acesso em 3 de janeiro de 2009.

draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador” (KOWARICK, 1979, p. 91). Assim, perante os não participantes do processo de ocupação, os ocupantes são tratados como se não possuíssem direito à cidade.

O processo de ocupação, nesse caso, apresenta-se como um mal que também anula os direitos de quem adquire sua propriedade pelas vias legais, e por ela paga os tributos exigidos pelo Estado. Tal situação nos leva à reflexão de que a prerrogativa da negação ao direito à propriedade estará a favor de quem se ver usurpado de seus direitos.

A ambiguidade dessa situação nos leva a refletir entre ser ou não legítimo ocupar para morar. Na capital amazonense, o número de ocupações faz aflorar a chamada *indústria da invasão* que consiste na obtenção de benefícios individuais com o processo de ocupação ilegal de terras. Da mesma forma, há pessoas que ocupam e não se retiram da localidade por verdadeiramente não possuírem local de moradia e é esta segunda opção, embasada pelo déficit habitacional, que influencia o processo de ocupações de terras. Nesse caso, os que não têm onde morar se tornam escudo para os que agem de má-fé e apropriam-se de terrenos alheios.

Todavia, abrem-se parênteses para expor que a *indústria da invasão* está fincada sobre uma teia de relações cujas dimensões estão para além da apropriação de terras alheias e posterior seu repasse por meio da venda. Esse processo consiste também na “permissão” da ocupação pelo proprietário do terreno que objetiva receber do Estado indenização sobre as suas terras. No entanto, essa situação não transparece para os indivíduos que não vivem em

ocupações e novamente os que realmente não têm habitação protegem os *industriários*,²⁴ os maiores beneficiados com esse processo.

Nesse processo, também é possível encontrar aqueles que se utilizam das necessidades dessa população para barganharem por meio de promessas de proteção e posterior consolidação da ocupação, a confiança dos moradores que mais à frente tendem a retribuir tal “preocupação” nas urnas, fato que também pode ser caracterizado como *indústria da invasão*, pois apesar das retribuições virem de outra forma, elas não deixam de caracterizarem-se como benefícios auferidos via ocupação de terras.

Indubitavelmente, é em detrimento da *indústria da invasão* que os ocupantes têm surgido, “aos olhos da sociedade, como um usurpador que pode ser destruído sem a possibilidade de defesa, pois contra ele paira o reino da legalidade em que se acenta (*sic*) o direito de expulsá-lo” (KOWARICK, 1979, p. 91).

Nesse momento, o Estado surge como regulador do espaço e impetra pela força a ordem que ele vislumbra dever existir, conotando serem, as ocupações urbanas, responsáveis pela desordem no urbano e é “o direito de propriedade que respalda a ação do Estado” (MOURA, 1990, p. 36). Há de ressaltar-se que o Estado age mediante as suas conveniências, com isso, em alguns casos, fornece o entendimento de que o direito à moradia se sobressai à propriedade.

Para exemplificar essa situação, disponibiliza-se trecho do discurso do titular, no período 2003-2007, da Secretaria de Políticas Fundiárias²⁵ proferido

²⁴ O termo *industriário* nesse caso aparece adjetivando as pessoas que se utilizam da apropriação indevida de terras e posteriormente as vende transformando esse processo em um meio por vezes rotineiro de auferir dinheiro.

²⁵ Criada pela Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a Secretaria de Política Fundiária (SPF), antiga Secretaria de Terras e Habitação (Sethab), é a Secretaria de Estado responsável pela política de Regularização Fundiária e de Reforma Agrária do Governo do Estado do Amazonas.

durante o Seminário Estadual sobre a Ocupação e Resoluções de Conflitos da Terra Urbana do dia 7 de junho 2008:

Temos que fugir daqueles chavões: Manaus é toda irregular por causa das ocupações. As ocupações existem porque o crescimento demográfico da nossa cidade, impulsionado pelo Distrito Industrial, que é uma ilha de riquezas de um país de miseráveis; atrai gente de todos os lugares e é legítimo dos brasileiros cidadãos buscar (sic) a sua felicidade. É um direito das pessoas nesse país, o direito de ir e vir (...) O povo resolve o problema do seu jeito. Ocupa e, depois, que se vire a lei!

As palavras do secretário evidenciaram que o Estado busca prover moradia para quem não as possui, mas reconhece que, sem o processo de invasão, em Manaus, as pessoas não tinham onde morar, atitude nada surpreendente, pois ,como assevera Ermínia Maricato (1999), qualquer gestor público percebe que, dependendo da taxa de crescimento populacional de sua cidade, o município é absolutamente incapaz de evitar a ocupação ilegal, especialmente quando o crescimento intenso provém da migração da população pobre.

Há de ressaltar-se que dos presentes no seminário, aproximadamente 80% eram integrantes de ocupações que estavam preparados para refutar quaisquer discursos que se opusessem a eles. Obviamente, em razão disso, o secretário trazia o objetivo de corresponder as expectativas dos ouvintes, com o intuito de não aflorar nenhum conflito, afinal “o aparelho de Estado exerce ao mesmo tempo a dominação de uma classe, mas trata de regular, na medida do possível, as crises do sistema, a fim de preservá-lo” (CASTELLS, 1983, p. 295).

O ato do representante do Estado, nesse momento, corrobora para o pensamento de que, em Manaus, as classes desprovidas de condições, para adquirirem suas habitações por meio do mercado legal, necessitam ocupar para solucionar seus problemas. Partindo dessa perspectiva, e principalmente do fato de que cada lugar é único no espaço geográfico, analisaremos nos tópicos seguintes como se configura um dos maiores bairros da capital amazonense, o

Coroado, bem como o loteamento Rio Piorini após intervenções da população que mencionava não possuir sua habitação.

3.1 DE OCUPAÇÃO A BAIRRO: COROADO – TRINTA E OITO ANOS DE (RE)PRODUÇÃO

Nas páginas precedentes, vimos o contexto da criação e expansão da espacialidade de Manaus por intermédio da produção das moradias populares. Com isso, buscou-se constatar que a capital amazonense tem a produção dessas moradias cerceada pelas ocupações ilegais de terras. Da mesma forma, verificou-se que as ocupações tiveram seu *boom* entre o término da década de 1960 estendendo-se pelas décadas seguintes, sendo o Coroado, nesse contexto de produção de moradias populares, uma das mais representativas na espacialidade da cidade.

O Coroado, segundo o Censo de 2000 do IBGE, possui superfície de 1.142.21 hectares sendo habitada por aproximadamente 50.000 pessoas, está dividido entre 1, 2 e 3²⁶ e teve sua ocupação iniciada em 1971,²⁷ nas terras da Universidade Federal do Amazonas que “servia para a produção de carvão aos pés dos buritizeiros. O bairro recebeu este nome por inspiração da novela de grande sucesso da Rede Globo, nos idos dos anos de 69/70, cujo título era *Irmãos Coragem*, história decorrida na fictícia Vila dos Coroados” (HISTÓRICO

²⁶ Em detrimento da extensa área ocupada pelo bairro do Coroado, a pesquisa delimitou sua área de estudo entre a av. General Rodrigo Octávio (Contorno) a oeste, rua São Francisco a leste, av. Cristo Rei a sul, rua Brasília e rua da Paz a norte, pois estas áreas foram as primeiras a receber os moradores e atualmente configuraram-se como as mais valorizadas do Coroado.

²⁷ Os registros de fundação do bairro não informam a data exata do início da ocupação. No entanto, seus moradores decidiram em assembleia estabelecer o dia 12 de outubro como marco da fundação do Coroado. Em relação ao porquê da data, a pesquisa não conseguiu obter sucesso, pois entre os entrevistados há o desconhecimento do fato.

DO BAIRRO DO COROADO, 36 anos de luta – Circular em comemoração aos 36 anos do bairro do Coroado da Agremiação Recreativa Banda do Lambão, 2007).

IMAGEM 06 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO NO BAIRRO DO COROADO



Imagem 06. — Delimitação da Área de Estudo: rua da Paz ao Norte, av. Cristo Rei ao Sul, Av. do Contorno a Oeste e rua São Francisco a Leste.

Fonte: Google Maps, Brazil. Organização: Tatiana Barbosa, Janeiro de 2009.

Ao ter suas terras ocupadas, a Universidade tentou reavê-las utilizando-se de força policial. Nesse momento, “surge um marceneiro, de nome João Correia Barbosa, que finca suas estacas e declara que dali só sairia morto, tal ato de bravura rendeu-lhe o apelido de João Coragem, nome do então protagonista da novela” (HISTÓRICO DO BAIRRO DO COROADO, 36 anos de luta – Circular em

comemoração aos 36 anos do bairro do Coroado da Agremiação Recreativa Banda do Lambão, 2007).

A figura do Sr. João Barbosa foi essencial para a consolidação do Coroado, pois, de acordo com Mara Resende (1998), o indivíduo enquanto integrante da cidade manifesta consciência de seus direitos e perde o temor de exigi-los, com isso processa internamente o reconhecimento de que, além de indivíduo, também é sujeito.

Foi o reconhecimento de sua existência, enquanto morador da cidade, quem contagiou os demais integrantes da ocupação que naquele momento clamaram em única voz pela necessidade daquelas terras para construir suas habitações inicialmente de palhas e madeira, erguidas em terrenos divididos, em lotes de 10 por 20 e 30 metros próximo ao então quilômetro 4 da estrada do Aleixo, Zona Leste da cidade.

3.1.1 NOS TEMPOS DA OCUPAÇÃO

É sabido que o surgimento do Coroado foi marcado por conflitos entre a União, representada pela Universidade, com uma área de 6,7 milhões de hectares, e os “invasores”. No entanto, pouco se sabe sobre os primeiros movimentos dos ocupantes nessas terras: onde foi o primeiro foco da “invasão”, como a área se apresentava e, principalmente, como os moradores construíram dia após dia o bairro.

O contexto do surgimento do Coroado ocorre em meio ao início da retomada econômica da capital amazonense pela Zona Franca considerada como principal fator de crescimento econômico não apenas de Manaus, mas do Amazonas como um todo. José Aldemir expressa que sua implantação implicou na centralização das atividades econômicas do Estado do Amazonas na capital

apresentando como consequência a ampliação da malha urbana da cidade determinando o surgimento de contradições extremas.

Assim, o Coroadó se estabelece como o marco de expansão da Zona Leste de Manaus, cujos limites iam até as proximidades da atual Bola do Coroadó e os relatos de sua criação aqui descritos são os resultados da memória daqueles que, direta e indiretamente, produziram e até hoje reproduzem o bairro cuja ocupação inicial se deu nas margens do km 4 no castanhal da estrada do Aleixo, hoje compreendida pela rua Brasília e rua Santo Antônio.



Imagem 07 – Rua Brasília: início da produção do bairro do Coroadó.

Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2008.



Imagem 08. Rua Santo Antônio: início da produção do bairro do Coroadó.

Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2008.

“Quando cheguei aqui estava só uma queimada. A luz da lua era a iluminação. A marginalidade era grande. Eu sabia que estava em Manaus, mas era como se eu não morasse aqui”, revela o senhor Ivan,²⁸ com o olhar para o horizonte ao reviver pelas suas lembranças a origem do bairro.

²⁸ Com o intuito de preservar a identidade dos moradores entrevistados, a pesquisa os resguarda utilizando nomes fictícios.

Árvores, animais e água corrente proveniente do igarapé de águas límpidas e cristalinas, esses eram os elementos que compunham a paisagem do Coroado à época, restrita à natureza, gradativamente modificada com a chegada das famílias que produziram suas habitações sem usufruir, a princípio, os equipamentos de uso coletivo. No entanto, a ausência desses serviços (ver depoimento a seguir) não foi empecilho para os ocupantes se instalarem na área:

No meu pensamento não tinha dificuldades. Eu arrancava o mato na marra. Juntei um monte de areia e espalhei. Quando o sol secou a areia o terreno ficou bonito, aí foi só fazer o barraco (D. Maria).

Em detrimento da presença humana, a paisagem natural foi sendo associada à socialmente construída: o verde intenso da floresta cedia lugar aos barracos de madeira cobertos com palha. Solução imediata do problema dos que por lá se instalavam: a falta de habitação.

Esses moradores, conforme entrevistas²⁹ realizadas, advinham principalmente do interior do Amazonas (12%), sendo os demais oriundos de outros Estados da federação brasileira, como o Pará (3%), Ceará (3%) e Maranhão (2%). Há de salientar-se que, na década de 1970, a cidade já registrava o processo de apropriação ilegal e posterior venda do terreno ocupado.

Destaca-se nesse momento o depoimento do Sr. Carlos, à época, recém-chegado de Manicoré, que foi para o Coroado, 3 (três) anos após o seu surgimento:

Eu comprei esse terreno do pessoal que invadiu. A sorte da gente é Deus quem manda. Vendi tudo o que era meu em Manicoré, inclusive a canoa. Comprei primeiro um terreno no Alvorada, mas perdi porque passei um mês sem ir lá. Quando voltei já tinha outra casa lá. Eu pensei que as pessoas respeitavam as coisas aqui. Aqui [nesse

²⁹ No decorrer da pesquisa, 20% dos entrevistados participaram do processo de ocupação e/ou são os filhos dos que no Coroado chegavam em busca de um terreno para construir suas casas.

momento o Sr. Carlos se refere ao Coroadó] *eu já fui mais esperto. Do que eu comprei, já coloquei logo a madeira!*

O relato acima nos remete aos escritos de Lúcio Kowarick (1979) ao mencionar que a favela serve de trampolim para o recém-chegado à cidade. No caso de Manaus, são as ocupações, em sua maioria, única alternativa encontrada pelo recém-chegado de adquirir terra para posterior construção da sua casa.

Ademais, outras duas observações devem ser mencionadas: a primeira é que tanto é verdadeiro o fato de os migrantes na capital, desprovidos de casa e recursos financeiros, procurarem as invasões para construírem suas casas que o Sr. Carlos foi para o Alvorada (outro bairro oriundo do processo de ocupações) para solucionar o seu problema; a segunda, concerne ao fato de que mesmo ciente em estar comprando um terreno invadido, o comprador não se enxerga enquanto invasor e exige ser distinguido dos demais alegando merecer ser respeitado por ter adquirido a terra pela compra, independente de ela ter sido ilegal.

O Sr. Carlos, ao chegar ao Coroadó, deparou-se com o desbravamento da floresta existente e presenciou o avanço dos ocupantes no sentido da avenida Beira-Rio (ver Imagem 09), assim descrita pela Sr.^a Maria: *a Beira-Rio era um buritizal. Tinha uma ponte com madeira e bambu que era o corrimão improvisado pelos moradores.*



Imagem09 – Igarapé da av. Beira-Rio.

Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2008.

Há de ressaltar-se que as águas do igarapé serviam aos moradores que dela faziam uso para o banho, limpeza de roupas e alimentação, pois as condições de moradia dos habitantes eram precárias. O bairro conforme muitos relatos era um chavascal. A década de 1970 foi sofrida para os moradores. Seu Ivan informou que o *Coroado não tinha ruas asfaltadas, nem água encanada. A energia era por motor a diesel e funcionava de 18 às 21h. Só era ligada para ver o Jornal Nacional e a novela. Transporte não havia.*

Todavia, por tudo aqui já mencionado, é sabido que para além da produção há a reprodução do espaço. Por isso, após as lutas dos ocupantes para adquirirem seu “pedaço” de terra, os moradores iniciam a luta para garantirem as melhorias no bairro, o que, para o Sr. Ivan, *foi mais difícil do que ganhar a terra.* Ermínia Maricato (2003) nos fornece a explicação para as primeiras dificuldades enfrentadas pelos moradores do Coroado ao explicitar que o problema principal não é a unidade habitacional, mas o ambiente urbanizado. A moradia pode ser construída por meio da autoconstrução, ainda que de forma precária, mas a infraestrutura, os equipamentos coletivos e os serviços públicos somente podem ser providenciados pelo Estado, e nunca pelas famílias individualmente.

No entanto, para que esses equipamentos comecem a ser inseridos no urbano é necessário que o Estado “olhe” para os habitantes enquanto cidadãos. Quanto a isso, Maria Ghon (1991) assevera ocorrer pelo pagamento de tributos. Em se tratando do bairro do Coroado, os equipamentos de uso coletivo se iniciam, segundo seu Lúcio, com a *primeira empresa de ônibus, em 1978, de propriedade do seu Waldir*, pois, quanto mais pobre o indivíduo, mais dependente ele é dos transportes coletivos (SANTOS, 1990, p. 78).



Imagem 10 – Ao fundo visualiza-se o primeiro transporte coletivo surgido no Coroadó, 1978.

Foto: Acervo do morador do bairro.

E sendo à época o Coroadó distante do restante da cidade, o transporte coletivo obtinha a mesma importância que a água ou energia elétrica, pois os integrantes da ocupação necessitavam locomover-se para seus trabalhos ou para procurar por eles. Em relação à água, o Sr. Carlos informou que *demorou um bocado para chegar. A mulherada lavava roupa no igarapé e dia de domingo o pessoal tomava banho o dia todo nele*. Quanto aos demais equipamentos de uso coletivo, eles passam a fazer-se presente a partir da década de 1980, época em que, segundo d. Maria, a energia elétrica foi fornecida para o bairro e *quando chegou foi uma festa*.

3.1.2 O STATUS DE BAIRRO: IMPLANTAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS NO COROADO

Ana Fani (2001) expressa que o bairro é o espaço imediato da vida, das relações cotidianas mais finas, lugares onde o homem habita e que dizem respeito à sua vida cotidiana, um espaço palpável, como plano de prática socioespacial que, no Coroado, intensificou-se com a intervenção da Cohab-AM³⁰ por meio da Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas – Sham, que, na gestão do governador José Lindoso, foi executado no bairro um grande projeto urbanismo, removendo as pessoas que moravam em condições mais precárias na parte alta do local, indenizando-as e fornecendo lotes na extensão do próprio bairro então denominado de Coroado 3.

Ainda na gestão do governador José Lindoso, o Coroado recebeu melhorias urbanísticas: rede de distribuição de água e energia, asfaltamento de ruas e becos e a conclusão da avenida Beira-Rio, por meio do projeto Promorar,³¹ que urbanizou o antigo igarapé onde antes inúmeras casas estavam fincadas numa área alagadiça. A respeito dessa época, o Sr. Carlos mencionou *ver muitos moradores vendendo suas casinhas. O pessoal aproveitava que já tavam (sic) colocando asfalto, tinha luz, pegavam um dinheirinho e se mandavam. Agora, pra onde, eu não sei.* Em contrapartida, muitos moradores, que participaram do surgimento do Coroado, de lá não se retiraram e, segundo Sr. Carlos, ficaram contentes com as mudanças que o bairro começava a receber. *Era a invasão virando bairro!*

³⁰ Companhia de Habitação do Amazonas, fundada em 27 de junho de 1965 pela Lei n.º 226, sancionada pelo então governador Arthur César Ferreira Reis, cuja finalidade era estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com a Lei Federal n.º 4.380, de 1964, do recém-criado Sistema Financeiro de Habitação.

³¹ Implantado em 1982, para promover o urbanismo em áreas destinadas às moradias em áreas alagadiças.

Por outro lado, embora o urbanismo se aproximasse do bairro por meio das infraestruturas, a ausência de segurança incomodava os moradores. Quanto a essa situação, Maricato (2003) esclarece que a relação entre hábitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. A ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado.

Em se tratando do quesito educação, o Coroadó contou com o apoio e perseverança da Sr.^a Dilsena da Silva, moradora do bairro que, ainda na década de 70, fundou a Creche Coquinho e se dedicou à educação das crianças no espaço da casa em que morava. Sua filha, Tânia da Silva, relata, no ano I do jornal *Folha O Atual*³² de maio de 2004, que sua mãe “pegava caixotes no lixeiro do Sr. Paulo (onde fica hoje a fábrica de asfalto) e construía os bancos todos ao redor dos coqueiros, por isso a creche se chamava coquinho. (...) A ideia deu certo, estudavam ali em torno de 300 alunos”.

O projeto desenvolvido por esta senhora alcançou grandes proporções inviabilizando a continuidade das atividades educacionais em sua residência. No entanto, o ensino para as crianças no Coroadó não foi interrompido, pois d. Dilseana, em meados da década de 1980, com o projeto Promorar por intermédio do Sr. Edvar Martins doou a área para a construção da creche, inaugurada em 1987, à época com o nome Creche Municipal Coquinho, hoje Centro Municipal de Ensino Infantil – Cemei.

Há de destacar-se que as infraestruturas no Coroadó passaram a surgir mediante as reivindicações dos moradores junto ao Estado que, se em um primeiro momento agiu como repressor do processo de ocupação, posteriormente submeteu-se à solução imediata encontrada pelas pessoas que não possuíam habitação, possivelmente, as mais afetadas pelas contradições do

³² Informativo mensal criado em março de 2004 pelo Sr. Edi Lima (morador do bairro há 30 anos) com o intuito de abordar as questões que julga ser de interesse da comunidade.

desenvolvimento urbano capitalista. O fato é que tão logo o Coroadó foi se consolidando, o Estado disponibilizou os equipamentos de uso coletivo objetivando suprir as necessidades dos moradores.

Em termos gerais, a década de surgimento do Coroadó, pelos fatos aqui expostos, foi a mais difícil para os moradores que, além de estarem lutando para a produção de suas habitações, sujeitaram-se a condições precárias de moradia. Quanto aos anos de 1980, esses foram marcados pelo início da inserção dos equipamentos de uso coletivo que não desaceleraram durante toda a década de 1990, transformando o Coroadó num dos bairros mais bem servidos de infraestrutura.

O COROADO EM NÚMEROS

Dividido entre 1, 2 e 3, o bairro apresenta-se com uma população de aproximadamente 72.000 habitantes; 8 (oito) casas do programa Médico da Família, 16 (dezesseis) escolas, sendo 6 (seis) mantidas pelo município, 6 (seis) pelo governo do Estado e 4 (quatro) da rede particular; 1 (um) Serviço de Pronto Atendimento – SPA; 1 (uma) delegacia; 7 (sete) linhas de ônibus que interligam o bairro por todas as outras zonas geográficas de Manaus; 2 (duas) feiras, expressiva quantidade de lojas, mercadinhos, tabernas e padarias que impulsionam a economia do bairro; uma (1) minivila olímpica e 1 (uma) agremiação de samba intitulada Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade do Coroadó. Por lá também se faz presente o Centro Desportivo Comunitário do Coroadó, o CDCC, que representa não apenas o Coroadó, mas também os moradores do conjunto Ouro Verde.

O CDCC é dirigido por um presidente eleito a cada dois anos e proporciona à comunidade serviços relacionado à educação com cursos profissionalizantes, à saúde por meio de campanhas de vacinação, esporte por meio do jiu-jítsu, futebol, vôlei e lazer. Em sua sede (ver Imagens 8 e 9) se realizam inúmeras

festas que vão desde a escolha da rainha *gay* do bairro até os ensaios da agremiação de samba Mocidade do Coroadó.



Imagem 11 – Sede do Centro Desportivo e Comunitário do Coroadó.
Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2008.

Imagem 12 – Dependências da sede do Centro Desportivo e Comunitário do Coroadó.
Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2008.

Ao contrário da época de seu surgimento, atualmente o bairro conta com o apoio direto tanto da prefeitura quanto do governo do Estado, facilitando o acesso dos moradores aos equipamentos de uso coletivo e os índices de criminalidade, anteriormente um dos maiores motivos de preocupação aos moradores, vêm apresentando redução em decorrência da instalação de câmeras do Centro Integrado de Operações de Segurança – Ciops, coordenado pela Polícia Militar de Manaus.

A CONSOLIDAÇÃO

Na década de 1980, o governo do Sr. Gilberto Mestrinho beneficiou alguns moradores do Coroadó com o título do terreno, efetivando-os como proprietários legais das terras. O título, porém, não foi entregue para todos, gerando expectativa por parte dos habitantes que ainda não o tinham e que apenas

passaram a ser correspondidas em 2006, por meio do projeto intitulado “Meu lugar, minha vida”, cuja meta foi regularizar 30.000 imóveis.

Esse projeto vem sendo executado pela administração do governador Eduardo Braga, e foi “idealizado para reduzir a irregularidade fundiária existente na capital” (Disponível em <http://www.spf.am.gov.br/noticia.php?cod=12>). Os títulos são entregues sob a coordenação da Secretaria de Estado de Políticas Fundiárias – SPF que regulamenta a propriedade privada dos moradores de áreas invadidas mediante levantamento socioeconômico, vistoria e medição da área residida.

Por certo, as linhas precedentes nos remetem à impressão de que o bairro se consolida somente após a aquisição do título por parte dos seus moradores. No entanto, a sua consolidação não foi estabelecida pela concessão dos títulos aos moradores, mas, sim, por duas circunstâncias principais: 1 – fortes relações estabelecidas entre os moradores, o Estado e o espaço habitado. A consolidação foi produzida no dia a dia da ocupação que não foi removida em função do apelo social bem mais fortalecido à época de sua criação; 2 – em função desse apelo social, o contexto de produção do Coroadó estava envolto à demanda de migrantes que a cidade de Manaus recebia, tendo, portanto, o Estado “compreendido” a conjuntura permitido a produção das reproduções no espaço ocupado.

Afinal, após a conquista da área perante o Estado, visto que é “a capacidade que tem um conflito de incidir ou ainda modificar a estrutura urbana é que irá definir o alcance do movimento” (RESENDE, 1998, p. 213), não fosse a união dos moradores ao clamarem por melhores condições de moradias, o Estado não se mobilizava para atender os habitantes da ocupação.

COROADO: RELEVÂNCIA PARA ESPACIALIDADE DE MANAUS

A capital amazonense à época da criação do Coroadó, conforme já referido, possuía seus limites restritos próximos à área onde hoje se encontra a rotatória designada com o nome do bairro do Coroadó, pois as relações existentes entre os habitantes da cidade limitavam-se aos quilômetros iniciais da estrada do Aleixo que se estenderam mediante ocupação do então bairro do Coroadó.

Porta de entrada para a Zona Leste, materialização de lutas e expressão máxima da necessidade da moradia, essas são algumas descrições pertinentes ao processo de produção do Coroadó enquanto bairro, consolidado primordialmente em decorrência das relações estabelecidas entre os moradores e o espaço habitado. O bairro expressa a conjuntura vivida por Manaus nos anos primeiros da década de 1970 e assim a eterniza.

Após sua fundação, a cidade presencia expansão vertiginosa e desenfreada para a Zona Leste que se deu em parte pela criação de conjuntos habitacionais e loteamentos populares, mas, fundamentalmente, expandiu-se em decorrência do processo de aquisição da moradia popular via ocupação urbana. O Coroadó, por sua raiz histórica de lutas e conquistas, transforma-se como espelho para os demais habitantes da capital, sejam eles migrantes ou não, que vislumbravam a aquisição de suas habitações; afinal, em relativo curto espaço de tempo, o Coroadó se apresentava como a invasão que estava dando certo.

Por si só, em função das razões aqui expostas, o fato de o Coroadó ser a porta de entrada para a Zona Leste propicia a justificativa lógica de o bairro ser o maior propulsor da espacialidade de Manaus. No entanto, tal afirmativa não se restringe a isso. Mediante entrevistas realizadas, constatou-se que muitos dos primeiros moradores procuraram no bairro refúgio contra as enchentes sofridas pelo rio Negro na década de 1970, onde os índices ininterruptamente, até o ano

de 1978, registraram as cheias do rio Amazonas e seus afluentes de mais de 28 m. Ressalta-se, também, que a criação do Coroado permitiu a reprodução da força de trabalho necessária à continuidade da ZF, acontecimento este que fortalece sua relevância em face da espacialidade da capital.

Seus habitantes, ao produzirem o Coroado e reproduzirem suas vidas, inseriam na espacialidade de Manaus suas marcas, passando a renová-la com a expressão do anseio em pertencer à cidade e a ela ter direitos. Com isso, acima de tudo, o Coroado representa a concretização desses desejos, pois pelas reivindicações de seus habitantes, o bairro se configura trinta e oito anos após sua fundação como um dos mais promissores não apenas em detrimento dos equipamentos de uso coletivo, o que possibilita a seus moradores relativa qualidade de vida, mas principalmente pelas relações que no bairro permeiam fortalecendo-o enquanto parte do todo.

3.2 LUTANDO PELA CONTÍNUA (RE) PRODUÇÃO: MORADORES DA OCUPAÇÃO RIO PIORINI E O SONHO DA CONSOLIDAÇÃO

Rio Piorini. Assim se intitula o loteamento localizado no extremo norte da cidade cujas terras fazem parte do título definitivo concedido em 1903, pelo então governador Constantino Nery. No entanto, seguindo as normas da Lei Orgânica do Município (LOM), as terras identificadas como pertencentes ao Sr. João Frota somente foram loteadas a partir de 1993 e posteriormente registradas em cartório sob o número R702/44.708.

Num primeiro momento, há de ressaltar-se que, com este trabalho, não existem intenções de sair em defesa dos ocupantes do loteamento Rio Piorini, tampouco dos proprietários dos lotes. Embora em algum momento haja

conotação dessa impressão, é necessário esclarecer que o norte da pesquisa direciona-se para a relativização das situações: tanto os ocupantes podem realmente estar lutando para terem suas habitações quanto podem estar se aproveitando da situação para auferir ganhos, com isso promovendo ações prejudiciais a quem efetivamente pagou, tornando-se proprietário do terreno.

O estudo da ocupação Rio Piorini é linear e direcionado para as moradias edificadas nos lotes onde não havia presença humana, o que ocorreu em julho de 2003 gerando intensos conflitos marcados pelo uso da força policial que tentava, sem sucesso, conter os invasores, à época liderados pelo Movimento Sem-Teto de Luta pela Moradia – MSTL.

Os ocupantes alegavam para o Estado que estavam se instalando apenas nas áreas onde não havia casas construídas e utilizavam como escudo o discurso da necessidade da moradia, pois, para eles, quem precisa de terra para morar não compra um lote e o deixa abandonado, o que certamente ignora as possibilidades dos proprietários dos lotes invadidos os terem comprado, mas não possuírem condições de edificar suas habitações.

3.2.1 OCUPAÇÃO HARMONIOSA? PROPRIETÁRIO DOS LOTES X OCUPANTES

A ocupação dos lotes se instaurou após dez anos da existência do loteamento e foi considerada a mais conflituosa do ano de 2003, pois tanto aqueles que não residiam nos lotes e não aceitava perder suas terras quanto os que moravam em suas propriedades recusavam-se em permitir a presença dos ocupantes. Com isso, o Estado, por intermédio da polícia, usou de força para confrontar os ocupantes que não se intimidaram e se opuseram a sair da área.

O confronto direto entre a polícia e os ocupantes foi intenso e persistiu por três dias tendo como consequências a morte de um policial e a prisão de alguns

líderes, o que não os intimidou, pois da área eles não se retiraram, obrigando os proprietários residentes nos lotes a utilizar estratégias para manter sua propriedade, sendo a fixação de placas a mais empregada.



Imagem 13 – Ocupação Rio Piorini: tentativa dos proprietários dos lotes protegerem suas propriedades da ocupação ilegal.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.



Imagem 14 – Ocupação Rio Piorini: seis anos após o início do processo de ocupação, alguns proprietários dos lotes ainda se preocupam em tentar proteger suas propriedades da ocupação ilegal.
Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2009.

A Imagem 10, de forma abrupta, avisa aos ocupantes que o lote tem proprietário, sendo a placa a expressão da repulsa e do receio em relação aos ocupantes. Quanto à placa da Imagem 11, cujos dizeres são “Cuidado, propriedade particular, não ultrapasse a cerca”, parece remeter aos ocupantes que o proprietário está disposto a defender o seu terreno utilizando estratégias possíveis e necessárias. A peculiaridade nesse segundo caso se faz presente. A cerca que o proprietário solicita que não seja ultrapassada é imaginária (ver Imagem 15), pois o que há delimitando o terreno são algumas estacas na lateral do terreno, estando sua frente “protegida” pela placa.



Imagem 15 – Ocupação Rio Piorini: propriedade demarcada por estacas em sua lateral, “protegida” por uma placa que avisa não ser permitido ultrapassar a cerca.
Foto: Tatiana Barbosa, outubro de 2009.

O loteamento escolhido para a ação dos ocupantes, embora existisse há uma década, não apresentava rede de energia, água encanada, ruas asfaltadas e transporte coletivo. Os moradores dos lotes, embora pagando por sua propriedade e posteriormente pelo IPTU, encontravam-se à mercê dos equipamentos de uso coletivo (ver Imagens 13 e 14) e sofriam com suas condições de moradia.



Imagem 16 – Ocupação Rio Piorini: condições do arruamento do loteamento no início da ocupação.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.



Imagem 17 – Ocupação Rio Piorini: condições do arruamento do loteamento no início da ocupação.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.

Em conversa com os proprietários dos lotes, foi possível extrair que eles sentiam-se excluídos do restante da cidade. D. Joana, à época da ocupação,³³ mencionou que o Estado não se fazia presente no loteamento: *aqui tudo falta. Não tem água, não tem luz, a rua é desse jeito que você está vendo, se é que se chama isso de rua.* O loteamento conotava impressão de estranhamento entre seus habitantes e as demais áreas de Manaus. Era como se eles não pertencessem à cidade.

Por certo, em dez anos de existência, o restante da população de Manaus parecia tomar conhecimento da área no momento em que os jornais passaram a estampar na primeira página a invasão. Enquanto isso, os proprietários dos lotes aproveitavam a visibilidade para clamarem por melhores condições de moradias, pois além da total ausência de infraestruturas, eles eram obrigados a conviver com a criminalidade praticada pelos que se utilizavam das condições precárias do local para praticarem as ações criminosas.

Passados os primeiros conflitos, os proprietários residentes nos lotes não mais repudiavam os ocupantes, pois com a chegada deles o loteamento passou a receber mais movimentação inibindo um pouco a criminalidade. No entanto, a passividade foi definitivamente adquirida porque os ocupantes, que se apresentavam organizados à época, pelo movimento social e pelas suas reivindicações, tiveram a instalação dos primeiros equipamentos de uso coletivo na área: asfalto, transporte coletivo e energia elétrica, que se faziam presentes apenas na ilegalidade.

³³ O Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – Nepecab, por intermédio do Programa Institucional de Apoio à Iniciação Científica da Ufam, trabalha com a ocupação Rio Piorini desde a época do surgimento dos conflitos na área, fato esse que explica as entrevistas datadas em 2003.



Imagem 18 – Ocupação Rio Piorini: condições do arruamento no loteamento dois anos após a chegada dos ocupantes.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.



Imagem 19 – Ocupação Rio Piorini: condições do arruamento no loteamento seis anos após a chegada dos ocupantes.
Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.

Assim, após a percepção dos proprietários residentes no Rio Piorini os ocupantes passaram a lutar pelas melhorias da área, não mais houve conflitos entre eles. Mas isso não indica que a passividade impera na área. O que há é a aceitação da presença dos ocupantes por mera conveniência dos proprietários de lotes, pois, em dez anos de existência, apenas com a chegada dos ocupantes é que o loteamento passou a receber intervenções do Estado, proporcionando-os melhores condições de moradia.

3.2.2 OCUPAÇÃO RIO PIORINI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Ermínia Maricato (2003) assevera que, na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas. Mediante afirmativa da autora, a pesquisa por intermédio da aplicação de formulários buscou constatar quais os motivos levaram à produção da ocupação Rio Piorini. Para tanto, as análises seguintes baseiam-se nas informações socioeconômicas dos moradores que ocuparam a área.

Dos participantes da entrevista, 20% possuem idade entre 20 e 25 anos; 20% de 25 a 30 anos; 40% de 30 a 40 anos e 20% mais de 40 anos. Do universo de 50 famílias, 80% possuem união estável³⁴ e 30% não têm escolaridade; 46% cursaram o nível fundamental, mas não concluíram; 15% chegou a iniciar o Ensino Médio, mas também não o finalizaram. Em contrapartida, 9% conseguiram concluir o Ensino Médio.

Os dados expostos nos revelam ser os casais jovens os principais residentes na Rio Piorini, onde a falta de escolaridade impera e é expressa não somente por quem não frequentou a escola, mas, principalmente, por quem não concluiu os estudos, pois a necessidade de interrompê-los fez ante o desejo de seguir adiante nos caminhos do conhecimento. Nesse momento, a pesquisa abre parênteses para relatar o trecho de uma das entrevistas realizadas:

Entrevistada: *De onde mesmo tu é?*

Tatiana: *Sou aluna da Universidade Federal do Amazonas.*

Entrevistada: *Ah tá!...legal, né? Eu também queria estudar, mas não posso. Não tenho livros, nem dinheiro, tenho que dá conta da minha filha, aqui também não tem escola e quando ela ficar grandinha, vou ter de arrumar um trabalho, porque meu marido tá desempregado e trabalha de bico, aí já viu, né? Mas quem sabe um dia eu num estudo aí onde tu estuda, né?*

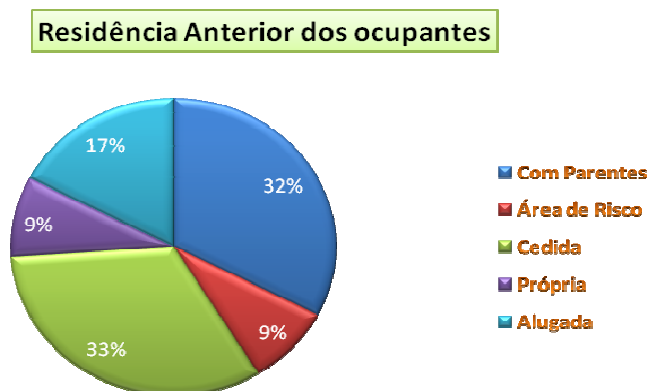
Quanto aos aspectos socioeconômicos, destaca-se neste momento que dos entrevistados, 61% é migrante dos quais 23% vieram do interior do Estado. Para esses moradores, Manaus apresenta possibilidades de melhores condições de vida, não apenas por poder lhes proporcionar emprego, mas principalmente pelo “fácil” acesso a serviços relacionados à saúde.

³⁴ Casais que moram sob o mesmo teto e que não oficializaram a união perante a lei.

Entre os demais moradores, 15% veio do Estado do Pará e outros 23% dos Estados do Maranhão, Ceará e Bahia, que evidenciaram ter o desejo de voltar para as suas cidades de origem apenas para passear, pois todos os migrantes entrevistados na ocupação estabeleceram residência em Manaus havia pelo menos 10, 15 e 20 anos, num contexto em que a capital amazonense passava a fortalecer-se no cenário nacional, em detrimento do Pólo Industrial, como a cidade das oportunidades, do emprego fácil *quiçá* da vida tranquila.

Quanto à antiga localização residencial desses moradores, identificaram-se os bairros do São José, Cidade Nova, Monte Pascoal, Santa Etelvina, Nossa Senhora de Fátima, São Judas Tadeu e comunidade Santa Inês, sendo S. José o único bairro que não faz parte da Zona Norte de Manaus. Observe agora o Gráfico 01 que exprime a forma anterior de habitação dos ocupantes da Rio Piorini:

GRÁFICO 01 - RIO PIORINI



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Organização: Tatiana Barbosa.

Os 9% que afirmaram ter sua residência anterior própria alegaram a terem vendido por necessidades financeiras. Ressalta-se, porém, estarem essas residências na comunidade Santa Inês, oriunda de outro processo de ocupação de terras. Em continuidade aos aspectos socioeconômicos, obteve-se a informação de que das famílias na ocupação instaladas, 54% têm membros acima

de 15 anos (idade considerada pelo IBGE como produtiva) estando os demais com idade inferior a 15 anos. Ademais, em se tratando das questões voltadas às condições de trabalho dos residentes na ocupação, constatou-se um relativo equilíbrio entre os que trabalham com carteira assinada (53%) e os que se utilizam os chamados bicos³⁵ e/ou trabalho informal para sobreviverem. No entanto, os trabalhadores de carteira assinada recebem de um a dois salários mínimos.

Por todos os dados aqui informados, possivelmente o leitor estabeleça pré-análises sobre o processo de ocupação do loteamento Rio Piorini: famílias com nenhuma ou baixa escolaridade, que em sua maioria, sobrevivem com apenas um salário mínimo, e que não possuíam casas, pois moravam em habitações cedidas, com parentes ou alugadas. Logo, a situação de vida desses moradores endossa o déficit habitacional brasileiro.

No entanto, a informação-chave para a elaboração de futuras análises consiste no fato de que dos entrevistados, 62% não participaram do processo de ocupação do loteamento. Eles se instalaram na área após a compra do lote. A particularidade, nesse caso, é que eles não se enxergam enquanto invasores, pois mencionam ter os recibos de compra e venda do terreno. Ao serem indagados pela titulação, porém, responderam unânimes não possuírem os títulos, mas sim o recibo. Para eles, não é o título que os define como proprietários, mas o fato de terem adquirido o terreno por meio da compra.

Em se tratando dos valores dos terrenos, alguns foram adquiridos por R\$ 500,00, R\$ 1.500,00, R\$ 3.000,00, sendo o mais caro vendido por R\$ 5.000,00. Nesse sentido, é possível asseverar que essa parcela dos moradores da ocupação Rio Piorini que adquiriram seus lotes mediante a compra, nesse caso, caracterizada como ilegal, – o terreno foi repassado por quem havia “invadido” –

³⁵ Trabalho informal diversificado praticado mediante surgimento da oportunidade.

se fazem presentes na área porque suas condições financeiras não lhes permitiram outra aquisição.

Mediante essa situação, a pesquisa observou três circunstâncias: a primeira consiste no fato de que os primeiros ocupantes da Piorini se desfizeram pela venda das terras inicialmente invadidas (*industriários da invasão?*); a segunda diz respeito aos proprietários dos lotes que negociaram as terras com os invasores para não perdê-las; a terceira se refere àqueles que conseguiram comprar a terra do dono do lote e meses depois a repassaram para um terceiro. Não obstante, ressalta-se que desses três processos de aquisição/compra e venda do terreno, do universo de 50 pessoas, não se constatou a existência do título da terra.

Em contrapartida, 39% dos ocupantes iniciais ainda se encontram na área e afirmam residir na Piorini por não possuírem outro local de moradia, motivo pelo qual os levou a participar do processo de ocupação eximindo-os de quaisquer pagamentos sobre o lote “invadido”. São esses moradores que afirmaram ser comum a prática de compra e venda dos terrenos na área de ocupação.

3.2.3 OCUPAÇÃO RIO PIORINI: HABITAÇÃO E MORADIA

A princípio, no que diz respeito à habitação, a paisagem da ocupação era em sua maioria composta de casas edificadas com pálete, lona, madeira, palhas e pedaços de isopor, distribuídas entre a encosta e o fundo do vale, nas proximidades do igarapé conduzindo-nos à reflexão de que o processo de ocupação de terras, ao menos na Rio Piorini, embora planejado por seus líderes, foi marcado pela improvisação, não apenas no habitar, mas também no modo de viver dos habitantes que buscavam adequar-se às adversidades e assim continuavam a reprodução de suas vidas.



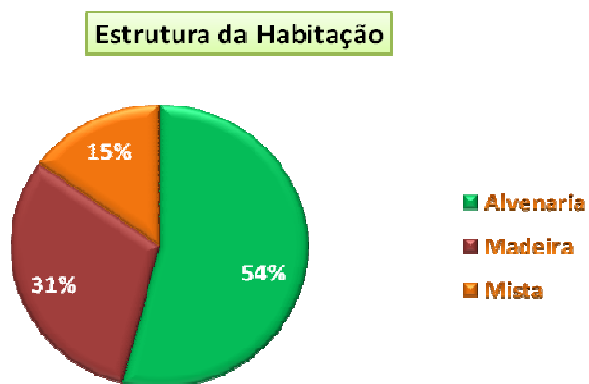
Imagem 20 – Improvisando a reprodução da vida: habitação edificada no início da ocupação.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.



Imagem 21 – Improvisando a reprodução da vida: habitação edificada no início da ocupação.
Foto: Tatiana Barbosa, agosto de 2003.

Com o transcorrer do tempo, porém, as habitações sofreram transformações e se apresentam edificadas em madeira, alvenaria ou mista – entre madeira e alvenaria (ver o Gráfico 02), sendo a quantidade de residências construídas em alvenaria significativamente superior as casas edificadas em madeira.

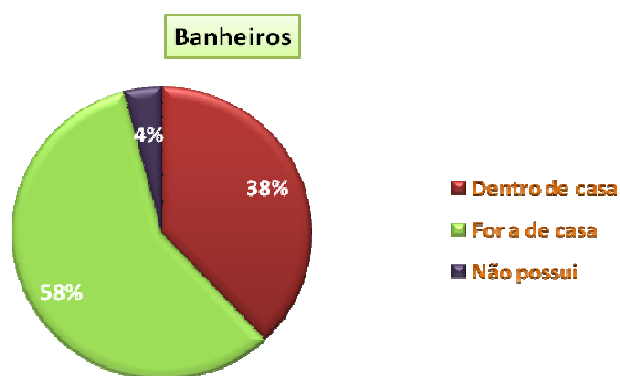
GRÁFICO 02 – RIO PIORINI



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.
Organização: Tatiana Barbosa.

Os moradores, mesmo conscientes do custo elevado na construção de suas residências com alvenaria, optam por esse material porque a produção de suas casas obedece a suas possibilidades mediante a autoconstrução. Assim, pouco a pouco as pessoas adquirem a casa que pode não ser a de seus sonhos, mas é sua. Casa esta que para 46% dos ocupantes iniciou com um quarto, estando 28% das residências com dois cômodos e 26% com até três cômodos cobertos com telhas de amianto ou alumínio, por vezes sem banheiro (ver Gráfico 03) e com fossa negra.

GRÁFICO 03 – RIO PIORINI – RESIDÊNCIAS

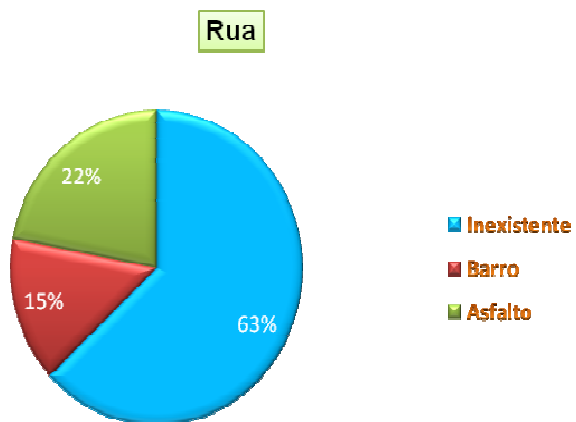


Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

Organização: Tatiana Barbosa.

Em se tratando das condições de moradia, em linhas anteriores já se mencionou que, no surgimento da ocupação, o loteamento não dispunha de rede de energia elétrica, tampouco água encanada. Faltava asfalto, carro coletor de resíduos sólidos e transporte coletivo. Também se evidenciou que a chegada destes ocupantes proporcionou benefícios a princípio em falta aos moradores dos lotes. Entretanto, os ocupantes usufruem parcialmente os equipamentos inseridos no loteamento, pois o asfalto se faz presente apenas nas ruas centrais do loteamento, estando as áreas mais afastadas das principais desprovidas de arruamento (ver Gráfico 4 e Imagens 22, 23 e 24).

GRÁFICO 4 – RIO PIORINI



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.
Organização: Tatiana Barbosa.



Imagem 22 – Loteamento Rio Piorini: infraestrutura do arruamento na rua principal.
Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.



Imagem 23 – Loteamento Rio Piorini: infraestrutura do arruamento nas ruas adjacentes a principal.
Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.



Imagem 24– Loteamento Rio Piorini: infraestrutura destinada à circulação dos ocupantes.

Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.

A geógrafa Doralice Sátyro Maia (2006) esclarece que as ruas antecedem os lotes, já que estes surgiram – pelo menos no sentido que tem hoje – com base na institucionalização da propriedade privada e do mercado de terras. Para a autora, na história da cidade, a rua é o elemento determinante da morfologia urbana. Sua importância é expressa porque, por ela, a cidade se articula. A rua proporciona o ir e vir de pessoas, mercadorias, materializa o cotidiano e revela a realidade do urbano na cidade.

No caso da ocupação Rio Piorini, sua reprodução fragmenta-se mediante a ausência e/ou precariedade das ruas. Quem pela rua principal da Rio Piorini passa obtém a impressão de que a área se não possui todo o aparato urbanístico está próximo de alcançá-lo. No entanto, não é preciso caminhar muito para visualizar que o local foi “maquiado” com uma camada de asfalto e meio-fio. As ruas secundárias apresentam em alguns casos sem condições de trafegabilidade por carros, ônibus e até pedestres, pois elas estão erodindo formando sulcos que, com as chuvas, evoluem para ravinas, pondo em risco todos os que por lá transitam.

Nessas áreas a energia elétrica não é utilizada legalmente por 38% dos ocupantes, que justificam o uso clandestino porque a rede não foi instalada até o local de suas habitações. A ausência de ruas também nos leva à outra informação: esses mesmos 38% de moradores não se deslocam de suas casas para deixar seus resíduos sólidos na área em que o carro coletor circula, optando, portanto, por queimá-los.

Quanto à água, tanto os ocupantes como os proprietários dos lotes não são servidos pela rede de abastecimento. A aquisição do líquido ocorre mediante quatro poços perfurados pelo governo do Estado que, ao inaugurá-los, presenteou os moradores com dois baldes para carregarem a água até suas residências. Entretanto, não satisfeitos com a situação imposta, os moradores reorganizaram a distribuição de água com a instalação de canos (ver Imagens 25 e 26), que se entrelaçam saindo do poço percorrendo as ruas em direção às suas residências.



Imagem 25 – Ocupação Rio Piorini: estrutura destinada ao fornecimento de água dos moradores.
Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.



Imagem 26 – Ocupação Rio Piorini: estrutura destinada ao fornecimento de água dos moradores.
Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.

Em contrapartida, aqueles que residem longe dos poços vivenciam outra realidade, pois os proprietários dos lotes se beneficiam da situação

comercializando a água (ver Imagens 27 e 28). Assim, aqueles que têm condições pagam o equivalente a R\$ 30,00 por mês para obterem 20 minutos de água a cada dois dias. Todavia, os ocupantes que não dispõem desse valor fixo submetem-se, quando podem, ao pagamento de R\$ 5,00 por 20 minutos de água. Caso contrário, contam com a amizade do vizinho que lhes cedem alguns minutos de água de seu abastecimento, atitude esta proibida pelos proprietários dos poços que, ao descobrirem, ameaçam o corte no fornecimento.



Imagem 27 – Ocupação Rio Piorini: fornecimento de água improvisado pelos donos dos lotes aos ocupantes.

Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.



Imagem 28 – Ocupação Rio Piorini: fornecimento de água improvisado pelos donos dos lotes aos ocupantes.

Foto: Tatiana Barbosa, janeiro de 2009.

A propósito, os comerciantes da água sequer estão prestes a ter seu comércio extinto, pois embora no loteamento haja presença dos equipamentos necessários à medição do consumo de água, não há expectativa por seu abastecimento pela empresa Águas do Amazonas. Situação essa que, somada às precárias condições de circulação dos moradores, da inexistência da rede de energia em determinadas áreas, da ausência de escolas e postos de saúde que atendam à comunidade, evidenciam que a moradia dos ocupantes da Rio Piorini ainda reproduz-se por meio da improvisação, aqui retratada como técnicas que visam minimizar a ausência de assistência por parte do Estado para com esses

que não pagam tributos sendo, portanto, considerados aos *olhos do Estado* como não cidadãos.³⁶

3.2.5 Ocupar para morar? Breves considerações sobre o processo de ocupação de terras do loteamento Rio Piorini

Conflituoso. Talvez seja essa a melhor adjetivação para a ocupação do loteamento Rio Piorini oriunda envolta ao discurso da necessidade de terras para construção da habitação. No cerne das situações envolvendo as ocupações, os questionamentos mais comuns por vezes limitam-se à preocupação em obter respostas a respeito da veracidade do discurso da ausência de moradias. Por certo a pesquisa não se limitou a isso, mas de forma alguma tem como deixar de abordar a referida indagação.

Assim, sucintamente e sem pretensões tendenciosas, menciona-se que dos entrevistados, 38% afirmaram ter participado do processo de produção da ocupação e não terem pago nenhum valor para nas terras permanecerem e esses mesmos moradores são unânimes em afirmar ser comum a prática de venda dos terrenos ocupados. Da mesma forma, é essa porcentagem de entrevistados quem piores condições de moradia possuem. Suas residências estão inseridas ou nas margens das encostas ou no fundo do vale, nas margens do igarapé.

Em contrapartida, obviamente os moradores que compraram as terras de quem a princípio ocupou não têm o título de sua propriedade, fato este que não aproxima deles o sentimento de ocupante de terra alheia, pois para eles o recibo

³⁶ Milton Santos (2007) esclarece que é certo que a cidadania se realiza segundo diversas formas, mas há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos, de modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são (p. 24).

de compra da área é suficiente para sua determinação enquanto proprietário do terreno.

Quanto aos vendedores das terras, endossam as possíveis rotulações negativas acerca das ocupações e nos conduz à reflexão de que é necessário relativizar o processo de ocupações, pois ele tanto pode ser a única alternativa para aquisição da casa, por parte de alguns, quanto fonte de obtenção de dinheiro por parte de outros.

Ademais, em termos gerais, mediante as entrevistas realizadas, é possível mencionar que dos participantes do processo de ocupação, nove anos após seu surgimento na área só permanecem aqueles que não têm outro local de moradia. Entretanto, é interessante ressaltar que os moradores da Rio Piorini, que estão por meio da compra ilegal de terras, findam compartilhando de precárias condições de moradia, por não dispor de estrutura financeira necessária para residirem em áreas coletivamente equipadas, o que os põe por isso e só por isso, em posição de igualdade com os ocupantes.

3.3 PROCESSOS DE PRODUÇÃO E (RE) PRODUÇÃO DAS OCUPAÇÕES COROADO E RIO PIORINI: SEMELHANÇAS E DESSEMELHANÇAS

Em um primeiro momento a comparação entre duas ocupações que se configuraram em espaço-tempo diferenciados pode apresentar-se como inalcançável, não apenas por se tratarem de ocupações modeladas em conjunturas temporais diferenciadas, mas principalmente porque o Coroadó, incontestavelmente consolidado e reconhecido enquanto bairro, representa para a cidade de Manaus um marco em sua expansão territorial e populacional, enquanto a Rio Piorini, cujas relações cotidianas a consolidam, mas não lhes proporciona o *status* de bairro, surge atrelada ao *boom* das ocupações rotuladas

pela imprensa como destinadas à comercialização ilegal de terras na cidade que continua se configurando como a capital das oportunidades.

Entretanto, é possível tecer algumas comparações em face do processo de produção e reprodução das ocupações em estudo. Inicialmente, menciona-se o óbvio: ambas as produções são oriundas do processo de ocupação de terras ilegal. Contudo, a princípio os produtores das ocupações em questão foram submetidos a conflitos intensos com o Estado que buscava manter a ordem no espaço assegurando a propriedade das terras aos seus reais proprietários.

O Coroadó é produzido numa área cujo acesso não era facilitado. Seus ocupantes necessitaram desbravar as matas do Campus Universitário para poder se instalarem e aos poucos foram substituindo o verde predominante na paisagem (hoje restrito a pouca vegetação do igarapé que corta o bairro) pelo colorido das edificações. Quanto aos moradores da ocupação Rio Piorini, embora tenham se alojado em áreas cujos terrenos eram divididos em lotes, ainda assim fizeram uso do desmatamento para produzirem suas casas. Obviamente não houve um desbravamento, tendo em vista que a área já era ocupada, mas ainda assim, como muitos ocupantes, buscaram as encostas e o fundo do vale, retiraram o verde existente, mas, em hipótese alguma, extinguiram-no da paisagem do loteamento.

No decorrer da produção do Coroadó se verificou total ausência dos equipamentos de uso coletivo no bairro, sendo eles implementados em relativo espaço de tempo reduzido, situação esta que se reproduziu na ocupação Rio Piorini; entretanto, dos equipamentos instalados, o ônibus foi o que primeiro surgiu no Coroadó. Quanto à Rio Piorini, foi a energia elétrica regularizada quem primeiro forneceu indícios da chegada do urbanismo.

À época do surgimento do Coroadó, o transporte era uma das maiores necessidade, pois os ocupantes que por lá se instalaram necessitavam se locomover até seus postos de trabalho. Eles abasteciam o modelo Zona Franca com suas mãos de obra, facilitando, assim, a instalação desse serviço. Já o

contexto da Piorini, revela-nos que a energia elétrica foi o ponto de partida para aquisição de bens de consumo, por sua vez, necessários à movimentação da economia.

Ainda em relação ao modelo Zona Franca, o Coroado, apesar do conflito envolvendo sua produção, foi uma ocupação cuja aceitação por parte do Estado não se fez demoradamente. O Coroado surge num contexto envolvendo duas conjunturas diferenciadas: a implantação da ZF e as cheias do rio Amazonas e seus afluentes que findaram impulsionando a vinda de muitos ribeirinhos para a cidade. Todavia, embora diferenciadas, essas situações promoveram o mesmo efeito na capital amazonense, que se transformou em num ímã e atraiu para si, seja pela ilusão da facilidade em conseguir empregos, seja pela única alternativa de fugir da enchente, num pólo receptor de migrantes.

Com isso, coube ao Estado facilitar para os moradores a inserção dos equipamentos de uso coletivo por meio de intervenção direta. Em se tratando da Rio Piorini, o Estado, passados nove anos de seu surgimento, parece não aceitá-la. Os moradores são precariamente assistidos pelo poder público que faz pouco caso às suas necessidades. No entanto, estes moradores, embora não aceitos pelo Estado, são bem vindos pelos proprietários dos lotes que residem na Piorini, pois foi mediante sua chegada que as poucas infraestruturas inseridas no loteamento se fizeram presentes.

Outro aspecto passível de relevância concerne à liderança empregada nas ocupações. Ambas foram distintas: no Coroado foi um homem cuja memória dos moradores exalta-o como corajoso e determinado o responsável pela resistência às pressões impostas pelo Estado que influenciou os demais membros. Na Rio Piorini, o processo de produção foi guiado por um movimento social a época devidamente estruturado quem passava confiança aos ocupantes e a eles pregava a responsabilidade em protegê-los nas terras ocupadas.

Há de ressaltar-se que, em meio à dinamicidade envolvendo o processo de produção de ocupações, a questão referente à ocupação e posterior venda dos

terrenos alimenta os debates acerca das ocupações ilegais. Nesse momento a pesquisa menciona que constatou a existência desse procedimento na Rio Piorini. No entanto, a realização dessa prática não é exclusividade de tal ocupação. O Coroadó, no início de seu surgimento, também se configurou mediante a venda de terras ilegais.

Todavia, nesse momento, a pesquisa reforça que, ao afiançar a comprovação desses procedimentos, não estabelece julgamentos, pois da mesma forma que se constatou a venda de terras ilegais, observou-se, também, que os moradores, participantes do processo de ocupação residentes até os dias atuais nessas áreas (Coroadó e Piorini), buscaram a ocupação como alternativa para solucionar os problemas referentes à falta de habitação.

3.4 PRECISA-SE MORAR, PRECISA-SE VIVER, MAS ESTÁ DE BOM TAMANHO SOBREVIVER: AS OCUPAÇÕES COROADO, PIORINI E SEUS OCUPANTES

Ana Fani (2001) assevera que o habitar tanto envolve a produção de formas espaciais, materiais, quanto o modo de habitá-las e concebê-la. Assim, o termo habitante deve ser empregado em escala que extrapola as dimensões da casa e se propaga na produção da cidade, e ocorre não apenas no plano material, mas também no vivido, pois é a dimensão do vivido, do ser enquanto habitante, que também constrói o espaço da cidade.

Em linhas gerais, como anteriormente mencionado, é por meio da habitação que o homem se percebe no espaço. Sua estrutura, localização e situação de moradia são o reflexo de sua condição enquanto produtor da cidade. Por isso, o plano do habitar tende a ser a materialização das diferenciações sociais expressas no espaço onde seus habitantes reproduzem-se e o concebe por meio de suas ações e sentimentos.

Partido desse pressuposto, evidencia-se que os moradores do Coroado, às vezes sem perceber, possuem a concepção de que o bairro tem significativa importância na produção da cidade de Manaus. Os moradores se enxergam enquanto produtores do espaço cujas ações podem intervir direta ou indiretamente na reprodução da cidade. Para eles, o Coroado é um dos principais bairros, sendo tal concepção instaurada pela convicção de que a sua população se faz existir perante o Estado, seja por meio de reivindicações ou implicitamente pelo sentimento de pertencimento à cidade.

Os moradores entrevistados foram unânimes em mencionar que o bairro é um excelente lugar para morar e em momento algum se sentem excluídos por fazerem parte de um fragmento de Manaus oriundo de processo ilegal. Ao contrário, os moradores vangloriam-se de habitarem no bairro chamado de porta de entrada da Zona Leste, vizinhos da Universidade que um dia foi a proprietária das terras por eles habitadas. Universidade esta que um dia conflitou com os ocupantes; 38 (trinta e oito) anos após seu surgimento celebrou, por meio do Carnaval, seus cem anos de existência, dos quais o Coroado ajudou a produzir.

Em contrapartida, os ocupantes da Rio Piorini se mostram alheios à produção de Manaus. Por vezes, durante o campo, a frase *isso aqui nem parece Manaus* foi pronunciada. Os ocupantes não se observam enquanto produtores da cidade. Sentem-se marginalizados, à mercê da boa vontade dos gestores públicos, conotando o sentimento de não pertencimento à cidade, como se a ela não fizessem parte, tampouco obtivessem direitos que “se manifestam como forma superior dos direitos: é o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao hábitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto ao direito à propriedade)” (LEFEBVRE, 1991, p. 135).

A imagem de Manaus produzida no imaginário dos ocupantes é a Manaus asfaltada, limpa e com muitos ônibus. É a Manaus do Teatro Amazonas, bonita e

elegante que faz quem nela vive sentir orgulho de ser amazonense³⁷... Essa é a Manaus dos comerciais de televisão que corroem suas mentes e os fazem sentir-se em função de sua casa e moradia cada vez mais distantes dessa Manaus.

No entanto, embora para esses ocupantes haja relativo estranhamento entre a cidade por eles visualizada pela televisão e a vivenciada em seu cotidiano, esses moradores não titubeiam ao responder que, apesar das dificuldades, sentem-se satisfeitos na ocupação, não porque eles conseguiram a casa sem pagar pelo terreno ou pagando pouco por ele, mas, sim, porque conseguiram a casa.

³⁷ Frase amplamente divulgada nos meios de comunicação de massa pelo governo Eduardo Braga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito de Morar

A cidade é multifacetada por abrigar diferentes paisagens reflexo das distintas relações entre os seus produtores (sociedade) e o produto (espaço). A essas relações, atribuem-se produções, reproduções, transformações, permanências, usos e desusos do (no) espaço urbano, por sua vez, condicionante para a reprodução da sociedade que imprime seu cotidiano no espaço, concedendo-lhe especificidades oriundas de suas condições resultantes dos processos de acumulação de capital.

Milton Santos (2007) exprime que “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças, e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos (p. 59), por ele assim designado em face da ausência e/ou precariedade de assistência por parte do Estado aos pobres da sociedade. Obviamente o processo de produção do espaço transcende as fronteiras materiais, mas no vivido, no dia a dia, a produção material concede a quem na cidade vive sentimentos que se afloram a partir do lugar habitado.

Os indivíduos se percebem no espaço pela sua casa, cuja significância está para além de ter um lugar para descansar. A casa por ser indispensável à reprodução do homem é seu esteio. Nela, ele cria os filhos, trilha sua história, evidencia sua existência. O homem tem o direito de morar, mas a moradia não se restringe à casa, pois o seu entorno garante ao habitante melhores condições para sua reprodução, mas fundamentalmente assevera para o morador qual o seu lugar na cidade.

O pobre é direcionado para a periferia da cidade, entendida como áreas cujos serviços de uso coletivo não se encontram ou são oferecidos sem qualidade. A periferia se apresenta, muitas vezes, para os pobres como única alternativa à aquisição da moradia, direito adquirido por ser a base para sua

reprodução, pois “os que vivem em nossas casas improvisadas, os que vivem o dia a dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever” (SANTOS, 2007, p. 85).

Para este segmento da sociedade, a concretização de seus sonhos expressa em sua maioria, pelo anseio em adquirir uma casa, extrapola os limites da chamada cidade legal e insere no urbano as favelas e ocupações ilegais, concedendo ao espaço a face da pobreza e da miséria refletida por meio de casas que não dispõem de condições para serem habitadas.

Partindo dessa perspectiva, a pesquisa constatou ser os escritos de Milton Santos aplicáveis à realidade de muitos habitantes da cidade de Manaus, pois o sonho para os moradores do Coroadó e do loteamento Rio Piorini, embora apresentados com diferença temporal de quase quatro décadas, foi o mesmo: o de ter a casa.

Os habitantes do Coroadó desbravaram as matas da Universidade e lutaram para a concretização de seus direitos, reivindicaram, fizeram-se existir perante o Estado e assim adquiriam suas habitações. Trinta e oito anos após a fundação do bairro é possível encontrar moradores da época de seu surgimento e/ou seus descendentes que, ao permanecerem nele até os dias atuais, expõem claramente ter sido a ocupação das terras da Universidade necessária à reprodução de suas vidas.

Da mesma forma, apresentam-se os moradores do loteamento Rio Piorini que integraram o movimento inicial de ocupação da área, esses expressam satisfação em ter adquirido uma casa para morar que não lhes oferece sequer um bom abrigo contra o sol e a chuva, *quijá* conforto, mas é sua casa, por ela não pagam nada e nela constroem seus sonhos.

Os escritos inseridos nestas considerações podem conotar um romantismo diante do processo de ocupação ilegal de terras. Por certo, para quem não

destinou sequer um dia para conhecer o universo das ocupações, o romantismo vem a ser exacerbado. Todavia, em momento algum, a pesquisa teve a intenção de enveredar suas análises com vistas a favorecer ocupantes ou proprietário de terras.

Afinal, este estudo teve sempre a preocupação de relativizar as diversas situações encontradas nas ocupações, que vão do necessitado pela terra, para construir sua habitação, aos que se apoderaram do discurso da necessidade para obter vantagens financeiras. A venda de terrenos ilegais é realidade presente na ocupação Rio Piorini, da mesma forma que existiu na origem do Coroadó.

Todavia, a pesquisa salienta, na ocupação Rio Piorini, tanto para quem ocupou e construiu sua habitação quanto por quem comprou o terreno ilegal, uma única realidade: a precarização da habitação. Há de mencionar-se também que, para os moradores da ocupação, nesse caso, não apenas do loteamento Rio Piorini, mas também do Coroadó, ao comprarem os terrenos de quem não possuía o título, não se enxergam/enxergaram enquanto ocupantes, pois, para eles, o importante não é/era o título e sim o fato de que pagou/pagaram para poder habitá-lo.

A essa situação, os muitos membros da sociedade não participantes do processo de ocupação de terras, incorpora-as como únicas e verdadeiras e não estabelecem preocupações quanto à generalização da conjuntura, impetrando, assim, um “olhar” legalista e discriminatório diante das ocupações urbanas. Mediante essas atitudes, vez ou outra os integrantes de ocupação não são vistos como integrantes da cidade, o que justifica o fato de por vezes não possuírem direitos.

Por certo, todas as ocupações têm participação direta na configuração do espaço urbano de qualquer cidade, em Manaus não é diferente. Entretanto, são as ocupações quem em sua maioria modelaram a configuração espacial da cidade, hoje dotada de bairros com relevâncias econômicas e sociais, vide, como exemplo, o Coroadó.

Após a constatação de que as ocupações possuem representatividade significativa na espacialidade de Manaus, figura como necessário o entendimento quanto ao lado dos proprietários dos terrenos ocupados. Afinal, é justo ocupar um terreno de propriedade de outra pessoa? Ocupar extingue o direito do outro à propriedade privada? Essa questão, de modo algum, foi neste trabalho esgotada e é respondida mediante as seguintes palavras: relativização da conjuntura apresentada.

Para o Coroadó e os ocupantes do loteamento Rio Piorini, é possível mencionar que o processo de ocupação de terras ilegal foi necessário, pois apesar de ambas as áreas não disporem a época de condições mínimas de infraestrutura para abrigá-los, ainda assim para os moradores as terras não deixaram de ser útil para edificação de suas casas.

O Coroadó, hoje consolidado, foi literalmente desbravado. Seus moradores não tinham água, luz tampouco transporte. Situação que em parte difere da vivenciada pelos ocupantes da Rio Piorini simplesmente porque para a edificação das residências, os moradores desta nova ocupação não precisaram desbravar a área. Em contrapartida, os moradores da Rio Piorini também não tinham e ainda não têm (com exceção da luz e transporte coletivo) acesso aos bens de consumo coletivo, e os que têm, são precariamente servidos.

Isto implica que na área do Piorini, independente de ter feito uso da ocupação ou da compra ilegal, por lá residem aqueles que necessitam de um lugar para morar, consideração esta que se estende para o Coroadó, reforçando, assim, a necessidade pela casa e moradia, entendida como o direito de ter um teto não apenas para morar, mas fundamentalmente para permitir que seu morador perceba seu lugar na cidade, pois mesmo que ele não se sinta parte dela, tendo o seu lugar nela, ele se percebe.

A discussão sobre as ocupações em Manaus repõe a discussão do direito à cidade conforme defendido por David Harvey: “Direito à cidade não é simplesmente um direito de acesso ao que existe. É um direito de participar da

construção e da reconstrução do tecido urbano, de formas mais condizentes com as necessidades da massa da população” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2009, p. 7). É possível que as ocupações na capital amazonense não atinjam essa dimensão do direito à cidade, mas é uma tentativa de seus moradores com as suas condições objetivas buscarem esse direito.

REFERÊNCIAS

AUZÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade**. Lisboa, Bertrand editora, 1994.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BITTENCOURT, Agnelo. **Fundação de Manaus: pródromos e sequência**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **A delegação e o fetichismo político**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n.º 52/53, jun. 1984. Conferência apresentada na Associação dos Estudantes Protestantes de Paris em junho de 1983.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas Nacional do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Organizadores). **O espaço Fim de século a nova realidade**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. (Organização). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Universidade Estadual Paulista – Unesp/Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT, Presidente Prudente, 2001.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Informativo do Centro de Estatística e INFORMAÇÕES (CEI). Belo Horizonte, junho de 2002, 69. www.fjp.gov.br

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. Tradução pelo Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GOTTDINIER, Mark. **A produção Social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GHON, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Le monde Diplomatique Brasil**. Ano 2, número 20, março de 2009. Disponível em <http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/david%20harvey.pdf>

Histórico do bairro do Coroadó, 36 anos de luta – Circular em comemoração aos 36 anos do bairro do Coroadó da Agremiação Recreativa Banda do Lambão, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.) 2.ed. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 69-88.

LYNCH, Kelvin. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, Doralice, Sátyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. **Cidades Médias: produção do espaço urbano regional**. (Org.). Eliseu Savério Sposito. M. da Encarnação B. Sposito, Oscar Sobarzo. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: Arte, 2003, p. 78-96.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: história e arquitetura (1852-1910)**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

MOURA, Alexandrina Sobreira de Moura. **Terra do Mangue: invasões urbanas no Recife**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 3. ed. Rio de Janeiro: Est. Gráficos Borsoi, 1971.

NUNES, Brasilmar Ferreira. O sentido urbano de ocupações espontâneas do território. In: **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano**. NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). Brasília: Líber Livro editora, 2006.

OLIVEIRA, José de Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Edua, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de Oliveira e COSTA, Danielle Pereira. **A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade**. Revista eletrônica de Geografía Y Ciencias Sociales. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24530.htm>

OLIVEIRA, José Aldemir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Organizadoras). **O espaço no fim do século: a nova realidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RESENDE, Mara. Movimento de moradores: a experiência de inquilinos da Ceilândia In: PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998, 209-230.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2.^a ed. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, [Manaus], Superintendência Cultural do Amazonas, Coleção reconquista do Brasil, 1989.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **Mobilidade Residencial em Manaus: uma análise introdutória**. Manaus: Edua, 1999.

RIBEIRO, Luís César de Queiroz e PECHMAN, Robert Moises. **O que é questão da moradia**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Secretaria de Comunicação Social. **São Jorge dos Orixás: História do Bairro de São Jorge**. Manaus, 1990.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Disponível em http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0654.pdf
Acesso em 3/1/2009.

SILVA, José Borzacchiello da Silva. Espaço e contradições. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Organizadores). **O espaço Fim de século a nova realidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

Síntese Econômica do estado do Amazonas: secretaria de estado e planejamento e Desenvolvimento Econômico. Manaus: Seplan, 2008. Disponível em [http://www.seplan.am.gov.br/downloads/Síntese Econômica do Amazonas 2008 Oficial.pdf](http://www.seplan.am.gov.br/downloads/Síntese_Econômica_do_Amazonas_2008_Oficial.pdf)

SOUZA, Nilciana Dinely de. **Moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus: o Igarapé do Quarenta**. Manaus: CCA/Ufam, 1999 (Dissertação de mestrado).

SCHERER, Elenise. **Baixa nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: Edua, 2005.

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na Década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n.º 54, fevereiro de 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel; Fapesp, 2001.

DOCUMENTO CONSULTADO NA INTERNET

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS -SECRETARIA DO ESTADO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. Coroado recebe títulos definitivos pela 6ª vez. Disponível em: <http://www.spf.am.gov.br/noticia.php?cod=12> Acesso em 12 de dez. de 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo Zona Franca, História. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm - Acesso em 12 de dez. de 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. São Raimundo, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=532 Acesso em: 20 de ago. de 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Cachoeirinha, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=492 - Acesso em: 20 de ago. de 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Colônia Antônio Aleixo, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=495 - Acesso em 20/08/2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Parque Dez de novembro, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=514 - Acesso em 20 de ago de 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Santo Antônio, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=526 - Acesso em 20 de ago. de 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. Zumbi dos Palmares, Bairro de Manaus. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=537 - Acesso em 20 de ago. 2008.

SENADO FEDERAL. Constituição de 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/con1988_5/10/1988/art_6_.htm - Acesso em 3 de jan. de 2009.

SENADO FEDERAL. Constituição de 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/emc26_14.02.2000/emc26.htm Acesso em 3 de jan. de 2009.

ANEXOS

Anexo01 Modelo do Formulário

Universidade Federal do Amazonas

Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas**Pesquisa: OCUPAÇÕES URBANAS E A (RE) PRODUÇÃO DAS MORADIAS POPULARES EM MANAUS: ESTUDOS NO BAIRRO DO COROADO E LOTEAMENTO RIO PIORINI****Pesquisadores: Tatiana da Rocha Barbosa****José Aldemir de Oliveira****1. Identificação**1.1 Idade_____1.2Sexo M F 1.3 Estado Civil: _____1.4 Escolaridade: Fundamental Completo Fundamental Incompleto
Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Superior
Completo Ensino Superior Incompleto Sem escolaridade1.5 Migração: Sim Não 1.6 De onde Veio? _____
Estado: _____ Interior do Am:

1.7 Há quanto tempo está em Manaus? _____

1.7.1 O (a) Sr. (a) pretende voltar para a sua terra natal? Sim Não

1.7.2 Em Manaus, qual o bairro em que o (a) Sr. (a) morava antes?

1.8 Sua residência anterior era:
cedida Alugada Morava com os parentes **2. Condições da moradia**2.1 Água: encanada Cacimba Poço
Outros: _____2.2 Iluminação na casa: rede gato motor
Outros: _____2.3 Esgoto: rede fossa séptica fossa negra
Outros: _____2.4 Lixo: carro coletor lixeira queima Outros: _____2.5 Rua: asfaltada barro rua inexistente 2.6 Meio de transporte: a pé de bicicleta ônibus outros:**3. Habitação**

3.1 Por que o Sr. (a) resolveu ocupar o loteamento Rio Piorini? _____

3.2 Como o Sr. (a) soube da ocupação deste lugar?

3.3 Participou do processo de ocupação? Sim Não

3.4 Chegou depois a pagar algo pelo terreno? Sim Não Há quanto tempo? _____ Em caso afirmativo, quanto? R\$ _____

3.4.1 O(a) Sr (a) É proprietário da casa: Sim comprou pronta construiu Não cedida alugada Aluguel\$: _____

3.4.2 Tipo de residência: quarto casa Outros-

3.4.3 Tipo de construção: Alvenaria Madeira Mista Lona Outros: _____

3.4.3.1 N.º de cômodos: _____ N.º de banheiros: _____ dentro de casa _____ fora de casa _____

3.5 Está satisfeito na ocupação? Sim Não Por que?

3.6 A ocupação deve (deveria) ser transferida? Sim Não

3.6.1 Em caso de afirmativo, para onde? _____

3.6.2 Em caso de permanência, quais as melhorias esperadas?

4. Condições socioeconômicas:

4.1 Quantas pessoas moram na casa: _____

4.2 Maiores de 15 anos: _____ 4.3 Menores de 15 anos: _____

4.4 Quantos trabalham: _____ 4.5 Em que trabalha? _____

4.6 Carteira assinada: Sim Quantos _____ Não Quantos: _____

5. Seus filhos estudam perto de casa? Sim Não

6. Quando existe algum problema de saúde o (a) Senhor (a) se dirige para:

Posto de saúde Qual a localidade: _____

Hospital Qual a localidade? _____

Rezador Qual a localidade? _____

7 Há a atuação de algum movimento social na ocupação? Em caso afirmativo, qual?

8 O (a) senhor (a) tem conhecimento de ocupantes que se apossaram da terra e depois venderam? Em caso afirmativo será perguntado se esta prática é constante na ocupação.

Universidade Federal do Am:
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas

**Pesquisa: OCUPAÇÕES URBANAS E A (RE) PRODUÇÃO DAS
MORADIAS POPULARES EM MANAUS: ESTUDOS NO BAIRRO DO
COROADO E LOTEAMENTO RIO PIORINI**

**Pesquisadores: Tatiana da Rocha Barbosa
José Aldemir de Oliveira**

Roteiro para entrevista com o (a) Chefe de família residente no Bairro do Coroado (gravada)

1 – Há quanto tempo o (a) Sr. (a) reside no local? O (A) senhor (a) é imigrante? De onde veio?

2- O (a) Sr. (a) tem conhecimento a respeito do surgimento do bairro?

3 – O (a) Sr. (a) participou do processo de ocupação? Conhece alguém que participou?

4- É possível o (a) Sr. (a) descrever como era o Coroado no período em que veio para a área? (Esta pergunta será feita se o (a) entrevistado (a) responder afirmativamente a questão de número 3)

5 – Quais os fatores que influenciaram para o (a) Sr. (a) residirem na área?

6- Sua residência é própria, alugada ou cedida?

8- O (a) Sr. (a) tem o título de propriedade da terra? (Esta pergunta será feita se o (a) entrevistado (a) responder que a sua residência é própria).

9 - O (a) Sr. (a) construiu ou comprou pronta?

10- O (a) Sr. (a) está satisfeito em residir no Coroado?

11- Em caso afirmativo, por que o (a) Sr. (a) está satisfeito?

12 – O senhor sente por parte das pessoas que não moram no Coroado algum impacto negativo (discriminação) por residir em um bairro que se originou de invasão?